ANÁLISE DE TEMAS SOCIAIS

COLEÇÃO DOS GRANDES TEMAS SOCIAIS

Fazem parte desta coleção as seguintes obras de Mário Ferreira dos Santos:

1) Tratado de Economia I vol.
2) Tratado de Economia II vol.
3) Filosofia e História da Cultura I vol.
4) Filosofia e História da Cultura II vol.
5) Filosofia e História da Cultura III vol.
6) Análise de Temas Sociais I vol.
7) Análise de Temas Sociais II vol.
8) Análise de Temas Sociais III vol.
9) O Problema Social

MÁRIO FERREIRA DOS SANTOS

ANÁLISE DE TEMAS SOCIAIS

III VOLUME

LIVRARIA E EDITÔRA LOGOS LTDA.
Rua 15 de Novembro, 137 — 8.º andar — Telefone: 35-6080
SÃO PAULO — BRASIL

1.ª edição, junho de 1962

ADVERTÊNCIA AO LEITOR

Sem dúvida, para a Filosofia, o vocabulário é de máxima importância e, sobretudo, o elemento etimológico da composição dos têrmos. Como, na ortografia atual, são dispensadas certas consoantes (mudas, entretanto, na linguagem de hoje), nós as conservamos apenas quando contribuem para apontar étimos que facilitem a melhor compreensão da formação histórica do têrmo empregado, e apenas quando julgamos conveniente chamar a atenção do leitor para êles. Fazemos esta observação sòmente para evitar a estranheza que possa causar a conservação de tal grafia.

MARIO FERREIRA DOS SANTOS

Êste livro foi composto e impresso para a Livraria e Editôra LOGOS Ltda., na Gráfica e Editôra MINOX Ltda., à av. Conceição, 645 — SÃO PAULO

ÍNDICE

Concepção Concreta do Lucro 11
A Igreja Católica e o Lucro 19
O Socialismo — Introducção ao Exame do Socialismo 25
Hegel e o Totalitarismo 33
Síntese dos Postulados Fundamentais da Doutrina Marxista 41
Os Sistemas Socialistas 67
O Anarquismo 69
O Conceito de Socialismo 75
A Igreja e o Socialismo 87
A Questão Social 91
A Teoria Marxista do Estado 97
Anotações Importantes Sôbre o Marxismo 99
Marx e Proudhon 111
Marx e Engels Contra os Marxistas 121
A Teoria Marxista do Estado 129
As Experiências das Revoluções para os Marxistas 141
Libertários e Anarquistas — O Estado para os Socialistas 147
Pode a Ditadura ser uma Escola de Liberdade? 151
Ditadura e Liberdade 163
O Definhamento do Estado 169
As Concepções Libertárias e sua Crítica do Marxismo 177
Síntese da Crítica Libertária 195
A Revolução Cubana 201

CONCEPÇÃO CONCRETA DO LUCRO

Podemos agora fazer uma síntese da concepção concreta do **lucro**, que é a nossa, e que só seria possível depois da análise do valor, dialècticamente tratado, e da **plus-valia**, afastando-nos dos erros clássicos, que haviam cometido tantos economistas.

O ciclo da operação econômica completa é:

necessidade — producção — consumo

A necessidade aponta a carência a ser preenchida, a desagradabilidade a ser aplicada, e, conseqüentemente, o bem que poderá eventualmente atender a necessidade.

São bens econômicos, pois, todos aquêles que podem aplacar uma necessidade, mas, para cuja obtenção, é mister que sejam produzidos, obtidos através da producção, por um esfôrço inteligente do ser humano para consegui-los. Todo bem que aplaque uma necessidade humana, cuja existência e posse não exija a producção, não é um bem econômico, como o ar natural, e não o ar condicionado, que já sofre uma operação econômica, e é um bem cultural.

Conseqüentemente, todo bem econômico é um bem cultural.

O bem, segundo a qualidade, revela a sua utilidade, e esta é o seu valor de uso (em e para o uso).

Mas, o bem econômico é um bem que necessita ser produzido.

A producção implica fundamentalmente um esfôrço, a onerosidade, que se chama **trabalho.** O bem produzido é um bem cultural, ao qual se **ajunta** mais um valor, o

valor do trabalho, o valor da producção, porque acabado, é êle o resultado de um esfôrço combinado sôbre uma coisa natural, que lhe impregna a intencionalidade económica.

A producção exige, portanto, fundamentalmente, a existência de alguma coisa à qual se **adjudique** um valor. A coisa, tomada como ser da natureza, constitui o que os economistas clássicos chamavam Natureza, e é ela o **de que** é feito o bem econômico, que, na linguagem aristotélica, é a **causa material** dêsse bem. E ainda, permanecendo na classificação aristotélica, o valor acrescentado, adjudicado, aposto, impôsto ao bem da natureza, é a **forma**, a **causa formal** do bem econômico, o **pelo qual (quo)** é êle um bem econômico.

Mas essa forma é adjudicada, realizada, actualizada na coisa pela acção de um ser que a faz, de um e-ficiente, **causa eficiente**, que é o trabalho movido pela intencionalidade humana (inteligente), portanto, **trabalho-humano.**

A coisa realizada dêsse modo não é algo feito ao acaso e através de uma espontaneidade inconsciente, mas de uma intencionalidade consciente, de servir para aplacar uma necessidade, com uma finalidade prèviamente determinada, ou, ainda, na linguagem aristotélica, uma **causa final.** A causa final é, assim, a satisfação da necessidade.

Uma coisa, assim produzida, podê-lo-á ser dispondo a causa eficiente apenas dos seus meios naturais, ou através do prolongamento dêsses meios, reforçados por objectos do meio ambiente, preparados, por sua vez, como meios sistemáticos para alcançar determinados fins. Assim, com o punho, o homem rompe objectos, amassa-os, mas com o martelo, com menos esfôrço e com mais potência, **multiplica** a fôrça do punho, obtendo resultados mais compensadores. Tais meios úteis e utilizáveis, utensílios, tomam o nome genérico de **instrumentos de trabalho**, e são também uma causa, **causa instrumental**, sem a qual não poderia muitas vêzes o homem alcançar os resultados desejados. Êsses meios, usados com habilidade, constituem uma arte (em grego **teknê**, daí **técnica**) e têm um papel prodigioso na producção. São **meios de producção.** Tais instrumentos precisam ser construídos, e exigem, por sua vez, trabalho. Não são êles pròpriamente sêres da natureza, mas sêres aos quais se dá uma intencionalidade intelectual, como uma pedra, que serve para romper a casca de um fruto, que se complexiona quando amarrada a um bastão, para com ela constituir, u'a maça capaz de romper objectos duros (martelo primitivo).

Há um valor no que é o material, um valor constituído pela possibilidade de se tornar pela forma econômica um bem capaz de satisfazer uma necessidade, graças à acção de um eficiente, que, com menor esfôrço e maior proveito, com o emprêgo de meios instrumentais, pode realizar êsse **desideratum** final.

Há em tudo isso valor, em tôdas as causas. Tôdas elas adjudicam a sua parte. Mas tudo isso, que se produz, pretende alcançar um fim, o uso, o gôzo ou o consumo, que é o **terminus ad quem** da operação econômica.

Tomado em si o homem, enquanto consumidor, êle obtém êsse bem em troca de algo, que dá ou que outrem dá por êle. O bem obtido custa certa onerosidade. E quanto menor fôr a onerosidade dada em troca, maior **ganho**, maior **proveito** para o consumidor.

A producção, portanto, inclui a causa eficiente e a causa instrumental.

Segundo o grau de complexidade da producção, a causa eficiente implica a causa eficiente braçal, a manual e a intelectual. Pode dar-se a combinação das três ou de duas, ou isoladas. A intelectual ainda pode admitir a subdivisão de causa intelectual executora e a gestora (dirigente).

A causa instrumental inclui os **meios de producção** (instrumentos, máquinas, organização técnica, gestão técnica, etc.).

Eis um ponto de máxima importância agora. Se o homem empregasse a totalidade do seu **tempo de trabalho** sòmente para colectar os bens para satisfação de suas necessidades, não disporia do suficiente para pensar sôbre o instrumento e construí-lo. Era mister poupar seu

tempo ou poupar o que consumia, ou aumentar ainda mais seu tempo de trabalho para construir instrumentos, ou então dispor das horas de ócio para aproveitá-las para construir os **meios de producção.**

Na verdade, o que em Economia se chama **capital** são os **meios de producção.** Segundo a complexidade social e o grau de desenvolvimento da producção, o capital também se complexiona, mas, na realidade, é êle constituído dos **meios de producção,** e representam horas poupadas, consumo poupado ou ócio dispensado, etc. E se tal realmente representa o **capital,** está perfeitamente justificado.

Nesse sentido, é impossível qualquer economia desenvolvida sem capital. Êsse capital pode pertencer ao mesmo homem que trabalha, como o artesão, ou pertencer a outrem, que o entrega ao trabalhador para usá-lo na producção. Ora, os meios de producção têm um valor econômico, porque poupam esfôrço e aumentam a productividade. Não é possível considerar que **caiba apenas ao trabalhador** tôda a producção e nada aos meios de producção, ou que se o trabalhador recebe do valor da producção uma parte, a parte que cabe aos meios de producção é uma expropriação daquele.

Tais idéias são fundamentalmente falsas. O artesão, quando produz bens para seus clientes, recebe tôda a renda dos mesmos, porque é proprietário dos meios de producção e do seu trabalho. Os meios de producção foram criados de trabalho poupado, de poupança de consumo, de aumento de intensidade de trabalho (productividade), etc., e não surgiram, na natureza, como surgem os cogumelos. Se a propriedade dos meios de producção tem sua origem numa pilhagem, foram êles arrancados violentamente da posse de seus genuínos donos, então poder-se-ia considerar producto de uma expropriação.

Econômicamente, o capital é um bem social.

Outra coisa para discutir-se é o **ismo,** capitalismo, a organização social dos proprietários dos meios de producção. Sabemos que, nesse conceito, não entram apenas instrumentos e máquinas, organização técnica, gestão técnica, etc., mas também valôres monetários, que representam, por sua vez, poupança, etc. Assim, uma indústria é uma emprêsa que realiza bens ou serviços econômicos (notem bem: realiza bens ou **serviços econômicos, ou ambos juntos,** porque também há indústria de prestação de serviços). O capitalismo é uma organização cultural, que inclui cosmovisão, esquemática própria, correlação e entrosamento de interêsses, etc., que termina por constituir-se numa entidade cultural dentro da sociedade humana, imprimindo-lhe uma direcção ou não, marcando-lhe rumos ou não, obstaculizando reformas ou não, criando instituições jurídicas, etc.

Podemos agora estabelecer a síntese do **lucro.** Há um lucro que corresponde ao capital, que é a sua remuneração pelo papel que exerce na producção, que não é apenas de oferecer os meios de producção, mas também de geri-la, trabalho intelectual, gestor. E há um lucro do consumidor que é a poupança na obtenção, que aumenta a **crono-renda** do trabalhador.

Esta é a conclusão final a que se alcança através de uma análise dialéctica da operação econômica.

Resta, porém, um problema, e êste é ético (notem bem agora os srs. socialistas: é um problema ético), e que consiste em saber se tem ou não o capital direito a participar do **lucro** da producção. As soluções a êste problema caracterizam definitivamente as diversas posições em face do problema social e, sobretudo, do que se chama a questão social.

Se o capital é fundado sôbre a poupança realizada sôbre o próprio trabalho, ou sôbre o consumo, ou pelo esfôrço intensistamente elevado na productividade; em suma, se o capital é feito com o ganho de um agente econômico, por seu próprio esfôrço, ninguém poderá negar-lhe a legitimidade. E quando êle traz a outro o seu capital, fruto do seu trabalho, para dêle obter maior producção, e com isso ganhar mais, onde está aí a infâmia, já que o seu proceder vem em benefício da colectividade pela maior producção? São dois pescadores, mas um

dêles tem uma rêde, e o que não a tem pede-lhe emprestado para realizar uma pescaria. Com ela, o que não tem rêde, pescará cinco vêzes mais do que faria antes apenas com uma vara. Pois bem, o proprietário da rêde pede-lhe que lhe dê a quarta parte da pesca pelo uso da rêde. Eis uma expropriação do trabalho alheio, exclama um socialista. Mas, acaso é só o trabalho, que é a causa eficiente, o factor único? Não é a causa instrumental, capaz de aumentar dez, cem, mil, um milhão, um bilhão de vêzes o poder da causa eficiente, tornando-a eficientíssima? E quem realiza essa realidade, quem a inventa, quem a constrói não presta um benefício social, não há um lucro ao consumo, poupando a **crono-renda** do trabalhador?

Pode-se, isso sim, condenar o capital quando leva êle a maior parte da renda, mas considerar que não merece êle nenhuma participação na renda, é uma verdadeira estupidez. Ademais do capital, há o trabalho de gestão, de inspecção, de direcção, sem o qual o trabalho meramente muscular seria improductivo.

Também é mister que de uma vez por tôdas se denuncie essa doutrina verdadeiramente falsa e mal-intencionada do marxismo sôbre a **plus-valia.** Marx sabia que ela não tinha fundamento, mas sabia também que serviria para impressionar todos os pequenos-burgueses inquietos, que formam a grande maioria dos partidos socialistas, já que o proletariado, em todo o mundo, demonstra seu desinterêsse pelo marxismo, sobretudo nos países mais desenvolvidos. É que o trabalhador sabe que a **plus-valia** de que fala Marx, sempre êle a dará a alguém. Se não fôr o capitalista, cobrar-lhe-á o Estado em volume mais elevado, e haja a ordem social que houver, não poderá dar tudo ao trabalhador, não poderá dar a êste o montante da renda da producção, porque haverá sempre outros serviços e despesas a atender: renovação de máquinas, direcção, gestão, orientação, contrôle, conservação do material, despesas administrativas de ordem social, etc. Tôdas essas despesas deverão ser pagas pela renda da producção. De qualquer forma, técnica e administrativamente, não pode caber ao trabalhador a totalidade da renda, e também não o pode se aplicarmos a filosofia concreta, a filosofia fundada em positividades e não em filosofemas imaginativos, porque ela também nos mostra que, além de injusto, tal seria impossível.

Contudo, essa doutrina foi saudada pelos socialistas como uma dinamite, porque ela correspondia aos interêsses imediatos dos trabalhadores, servindo, assim, para agitá-los em prol da "revolução" social desejada pelos socialistas autoritários, que consiste em acabar com todos os patrões e formar o patrão único, o Estado todo-poderoso. Muitos socialistas puseram-se desde logo em luta contra essa concepção. É mister não confundir **capital** e **capitalismo.** Capital é um factor fundamental da producção, superiormente desenvolvida; capitalismo é um sistema de domínio econômico, político, moral e jurídico, em que os detentores do capital, ou até seus representantes, exercem o domínio político e econômico, e quando sem contenção em seus abusos, sem limites em sua voracidade, pervertem e corrompem tôda a sociedade, preparando o advento de sua própria ruína.

A IGREJA CATÓLICA E O LUCRO

E o pensamento da Igreja Católica não se opõe ao nosso. Bem claro encontramos êsse pensamento exposto na encíclica **"Quadragesimo anno"**:

"É manifesto que as condições econômicas sofreram profundas mutações. Já sabeis, Veneráveis Irmãos e amados Filhos, que Nosso Predecessor, de feliz memória, fixou, em sua Encíclica, principalmente o regime capitalista, ou seja **aquela maneira de proceder no mundo econômico, pelo qual uns põem o capital e outros o trabalho,** como o próprio Pontífice definia, com uma expressão feliz: "Não pode existir capital sem trabalho, nem trabalho sem capital." Leão XIII pôs todo empenho em ajustar essa organização econômica às normas da ordem recta: de onde se deduz que não pode condenar-se por si mesmo. E, na realidade, não é vicioso por sua natureza; mas viola a ordem recta, quando o capital ajusta os operários ou a classe proletária com tal fim e tal forma, que os negócios e, portanto, tôda a actividade econômica, fiquem à sua vontade e para a sua vantagem, desprezando a dignidade humana dos operários, a índole social da economia, e a própria justiça social e o bem comum. É certo que ainda hoje não é êste o único modo vigente de organização econômica...

Mas o regime econômico capitalista se estendeu muitíssimo por tôdas as partes, depois de publicada a Encíclica de Leão XIII, à medida que se estendia por todo o mundo o industrialismo. Tanto que ainda a economia e a condição social dos que se acham fora de seu âmbito está invadida e penetrada dêle, e sentem e, de alguma maneira, participam de suas vantagens ou inconvenientes e defeitos. Assim, pois, quando fixamos as mutações que

a ordem econômica capitalista experimentou desde os tempos de Leão XIII, não só nos fixamos no bem dos que habitam regiões capitalistas e industriais, mas no de todos os homens.

Primeiramente, salta à vista que em nossos tempos não só há a concentração da riqueza, mas a acumulação de um imenso poder e de uma despótica dominação econômica, em mãos de muitos poucos. Muitas vêzes não são êstes nem donos sequer, mas apenas depositários e administradores do capital, que regem à sua vontade e arbítrio.

Êste domínio exercem-na em grau máximo aquêles que, tendo em suas mãos o dinheiro e senhores dêle, dispõem do crédito e manipulam os empréstimos; e assim administram, diríamos, o sangue do qual vive tôda economia, e têm em suas mãos, por assim dizê-lo, a alma da vida econômica, de modo que ninguém poderia respirar contra a sua vontade.

Esta acumulação de poder e de recursos, carácter nativo da economia moderníssima, é o fruto que naturalmente produziu a ilimitada liberdade de concorrência, que só deixou superviventes aos mais poderosos, que amiúde é o mesmo que dizer os mais violentos na luta, os menos cuidadosos de sua consciência.

Por sua vez, esta concentração de riquezas e de fôrças produz três classes de conflitos; luta-se primeiro por êsse domínio econômico; combate-se logo encarniçadamente por obter o predomínio sôbre o poder público, para poder abusar de suas fôrças e influência nos conflitos econômicos; finalmente, batalha-se entre os próprios Estados, já porque as nações, para promover cada uma suas vantagens econômicas, lançam também mão de sua fôrça política, já porque tratam de resolver as controvérsias políticas, que entre elas se suscitam, valendo-se de seu domínio e fôrças econômicas.

As últimas conseqüências do espírito individualista no campo econômico são, certamente, as que vós mesmos, Veneráveis Irmãos e amados Filhos, estais vendo e deplorando; a livre concorrência destroçou a si mesma, o domínio econômico suplantou o mercado livre; ao desejo de lucro, sucedeu a ambição desenfreada de poder; tôda

a economia se tornou extremadamente dura, cruel, implacável. Acrescentem-se os males gravíssimos que nasceram da confusão e da mistura lamentável das atribuições da autoridade pública com as da própria economia: como, por exemplo — um dos mais graves —, um certo envilecimento da majestade do Estado, que, devendo sentar-se em elevado sítio, como rainha e árbitra soberana das coisas, livre de tôda paixão de partido e atenta apenas ao bem comum, e à justiça, torna-se escrava, rendendo-se às ambições e à concupiscência dos homens. Pelo que toca às nações em suas relações mútuas, vêem-se duas correntes que manam da mesma fonte; por um lado, flui o **nacionalismo** ou, também, o **imperialismo** econômico; por outro, o não menos funesto e detestável **internacionalismo do capital,** ou seja o **imperialismo internacional,** para o qual, onde se está bem, é ali que está a pátria."

E em sua Encíclica **Divini Redemptoris,** Pio XI assim se refere aos abusos do capitalismo: "Por isso nos dirigimos de modo particular a vós, patrões e industriais cristãos, cuja tarefa é amiúde tão difícil, porque vós padeceis da pesada herança dos erros de um regime econômico iníquo, que exerceu seu ruinoso influxo durante várias gerações; recordai-vos de vossa responsabilidade. É, por desgraça, verdade que o modo de operar de certos meios católicos contribuiu para quebrantar a confiança dos trabalhadores na religião de Jesus Cristo. Não queriam aquêles compreender que a caridade cristã exige o reconhecimento de certos direitos devidos ao operário, e que a Igreja o reconheceu explicitamente. Como julgar da conducta dos patrões católicos, que, em algumas partes, conseguiram impedir a leitura de Nossa Encíclica **Quadragesimo Anno** em suas igrejas patronais? Ou a daqueles industriais católicos, que se mostraram até hoje inimigos de um movimento operário, recomendado por nós mesmos? E não é de lamentar que o direito de propriedade, reconhecido pela Igreja, tenha sido usado algumas vêzes para defraudar o operário de seu justo salário e de seus direitos sociais?"

E lemos ainda de Pio XII em sua **Mensagem no V Aniversário da Guerra Mundial,** em 1 de setembro de 1944, estas palavras: "Uma ordem social, que nega o princípio ou torna pùblicamente impossível, ou não, o direito

de propriedade, tanto nos bens de consumo como nos meios de producção, não pode ser admitida como justa pela consciência cristã. Mas, tampouco se pode aceitar aquêles sistemas que reconhecem o direito de propriedade privada, segundo um conceito completamente falso, e estão, por conseguinte, em oposição com a ordem social verdadeira e sã. Por isso, ali, onde, por exemplo, o capitalismo se baseia em princípios de errônea concepção e se arroga sôbre a propriedade um direito ilimitado, sem subordinação alguma ao bem comum, a Igreja o reprovou como contrário ao direito de natureza."

Tem a Igreja, pela voz de seus grandes Pontífices, mostrado o grave mal que é o sistema capitalista como organização de poder dentro da sociedade humana, não do capital como factor importantíssimo e principal da producção e do progresso humano.

A democracia moderna tem de se libertar do domínio político e econômico, não de uma verdade que é mister respeitar, a do capital, mas a do excesso de domínio de certos grupos capitalistas, que exercem um poder incontrolável, danoso e supremo sôbre tôda a ordem social.

O monopólio econômico é um mal social e não é êle decorrente da natureza do capital, mas sim do desejo de domínio e de poder econômico, como demonstramos, em "Filosofia e História da Cultura", e nêle o factor psicológico predomina sôbre o econômico.

Ao lado dos defeitos que o capitalismo oferece, também possui êle suas grandes virtudes. Também há positividades nas idéias socialistas, ao lado de erros fundamentais e perigos danosos da pior espécie. A conjunção do que há de grande e benéfico no capitalismo, e do que há de grande e benéfico no socialismo, deve ser a preocupação suprema de todos os que desejam dias melhores para o homem. Mas, para que tal seja possível estabelecer-se, é mister que não haja incompatibilidades fundamentais, e baseie-se a tentativa de concrecionar os aspectos positivos em teses que, por sua vez, gozem da máxima positividade. É o que mostraremos em "O Problema Social", ao expormos uma solução concreta e bem fundada da questão social, sem apelos a preconceitos, sem análises precipitadas, mas tendo por fundamento o que há de

real e efectivo no homem, e que pode receber uma justificação filosófica em bases apodìticamente demonstradas, e não em filosofemas de gôsto estético, ou postulados que mais falam a voz da inveja e do ressentimento do que a da justiça.

* * *

Com referência ao valor, devemos frisar agora os aspectos concretos que se devem anotar quanto à Economia.

O homem, e não apenas a função, é o ser econômico. E como tal são todos consumidores, enquanto uma parte são productores. Portanto, a complementaridade econômica está no consumo, que analoga a todos. É do ângulo do consumidor, e não do productor apenas, que se pode tomar o verdadeiro sentido social da Economia.

A completação realiza-se pela coordenação e entrosagem da producção e da usagem, incluindo-se, nesta, o uso, o gôzo, o consumo (neste sentido é que os antigos consideravam o abuso, não os modernos).

Há um lucro na producção e um lucro na usagem.

Na producção, verifica-se aquêle pelo menor custo e preço igual ou maior, cuja diferença é a plus-valia. Se o preço venal permanecer igual, o lucro é justo.

No consumo, dá-se aquêle pelo maior uso, e a menor onerosidade, que é a POUPANÇA, no seu legítimo sentido.

O lucro socialmente justo é o que reúne ambos, sem sacrifício, portanto, de nenhum dos dois.

O lucro social é o lucro concreto. E tudo quanto o prejudicar, obstaculizar, impedir ou falsear, é recriminável, odioso e deve ser extirpado da sociedade.

Tôda doutrina social, que não assentar-se sôbre tais realidades, falseia as conseqüências, porque não dispõe as premissas em bases verdadeiras.

Tôda visão da Economia, sem consideração à Ética, é abominável, porque falseia a verdade social, porque é a Ética que estuda as relações humanas, e, sem ela, a Economia pode tomar um sentido anti-humano e exclusivista, e gerar opressões cruéis e lutas constantes e sanguinárias.

O SOCIALISMO

INTRODUCÇAO AO EXAME DO SOCIALISMO

É em tôrno do tema da propriedade que gira sem dúvida tôda a especulação filosófica do socialismo, e segundo a maneira de compreendê-la surgem as distinções entre as escolas e doutrinas.

No "Tratado de Economia", examinamos a propriedade segundo essa disciplina, e poderíamos ainda fazê-lo do ângulo do Direito. Contudo, não é nesse sentido que nos pode interessar, pois desejando penetrar no campo do socialismo, devemos nos dedicar ao exame dêsse tema do ponto de vista sócio-histórico e sócio-político.

O ser humano carece de bens para satisfazer suas necessidades. E consegue aplacá-las pelo uso ou pela fruição dos mesmos. Em tôrno do conceito de uso e fruição paira uma problemática e uma longa controvérsia. Era êste um dos temas preferidos pela Escolástica, e fundamental nos estudos filosóficos. E, realmente, é em tôrno do conceito e da distinção entre **uti** e **frui**, que giram muitas doutrinas e teorias sociais.

Para aplacar suas necessidades, como vimos, **usa** o ser humano determinados bens, ou dêles **frui.** Também para obter os bens de que necessita, **usa** meios que lhes permitam alcançá-los mais fàcilmente, com menor esfôrço, como os **utensílios.**

Dêsses bens usados, alguns são **consumidos** total ou parcialmente, imediata ou mediatamente. Daí as distinções entre **consumo total, parcial, mediato ou imediato.** Para realizar o consumo, é mister **tomar** tais bens, dêles se **apoderar,** ou exercer sôbre êles o **poder** capaz de torná-los consumíveis. Quando há consumo total e imediato, o bem apoderado é transformado e incorporado, ou

não, ao que o consome. Neste caso, torna-se **próprio** do consumidor, e diz-se que é **de sua propriedade.**

Dêste modo, o têrmo **propriedade** apresenta-se com dois sentidos:

1) **objectivo,** e refere-se à coisa que pertence a alguma pessoa. Assim se diz que "êste prédio é propriedade de Fulano".

2) **Subjectivo,** quando tomado no sentido de **domínio,** significando o poder jurídico que a pessoa tem sôbre a coisa, como o definem os códigos civis. Neste sentido, os romanos diziam que a propriedade é o **jus utendi, fruendi et abutendi,** ou seja o direito de usar, de gozar e de abusar. No direito canônico, **abusar** é tomado no sentido de **consumir.** Posteriormente, examinaremos a concepção de Proudhon sôbre o **abuso,** que êle combatia na propriedade, mas num sentido muito diferente dêste, como veremos.

Para que uma coisa possa tornar-se um objecto de propriedade é mister que seja ela:

a) **útil,** porque, do contrário, para que a sua apropriação?;

b) de quantidade **limitada,** porque o ar, o mar, a luz solar são de quantidades ilimitadas para o homem;

c) susceptível de **ocupação,** pois do contrário como poderia exercer-se o direito?

Quando, pois, o bem **usado** é **consumido,** ultrapassa-se ao uso, realiza-se um **ab** (afastamento, acentuação) **usum.** Na fruição, não há consumo. **Usa-se** e **consome-se** uma maçã, que é comida; **frui-se** da beleza de uma obra de arte, da graça de um jardim, da sublimidade do mar, do conhecimento, do saber.

Quem **usa** alguma coisa e dela **abusa,** dela se **apropria;** quem frui uma coisa, dela **participa** e dela **não se apropria.** As coisas apenas fruíveis não são apropriáveis pròpriamente; contudo, há coisas **usáveis,** que são ao mesmo tempo **fruíveis** e **abusáveis.**

É mister distinguir o acto que realiza um animal, **apossando-se** de um bem para usá-lo ou consumi-lo, do

acto humano que se apossa de um bem **destinando-o, obrigatòriamente, a um fim que pode livremente alcançar.**

Êsse **acto humano** dá uma marca **cultural** ao bem. O animal realiza apenas um **acto natural,** mas o homem pode realizar, **além do acto natural, um acto cultural.**

O homem é um ser individual, porque a realidade concreta é sempre individual, e é um ser social, porque coexiste em sociedade, e necessita de outros para ser o que é, e perdurar como o que é.

Dêste modo, dos bens que se apossa e dêles se apropria, que é o acto cultural que pode realizar, e dêles abusar, há os que são de uso e consumo individual e os que são de uso e abuso social (particular ou universal).

Os primeiros são aquêles cujo **uso e abuso só podem realizar-se individualmente;** os segundos são aquêles cujo uso e abuso podem ser participados por muitos. Assim um pedaço de pão, que é consumido, é usado e abusado por um indivíduo, enquanto uma casa de moradia é usada por uma família.

A sociedade não existe antes do indivíduo, nem êste antes daquela. Contudo, ontològicamente, aquela é uma unidade formada de indivíduos. A subsistência daquela se realiza pela subsistência dos indivíduos tomados indistintamente. Sem indivíduos, é impossível a sociedade. E para que tais indivíduos sobrevivam é mister que se **apropriem** de determinados bens imprescindíveis à sua sobrevivência. Contudo, se a apropriação individual se realiza de modo a prejudicar o interêsse da colectividade, essa apropriação é contrária àquela. Dessa maneira, o atendimento da necessidade individual ordena-se, indirectamente, ao bem da colectividade, pois é conveniente e necessário, para a sustentação da sociedade, que o indivíduo seja, por sua vez, sustentado, pois sem êle é impossível aquela.

Neste caso, a **apropriação individual** é fundamentalmente justa, porque corresponde directamente à conveniência da natureza do indivíduo como da sociedade, dinâmicamente consideradas.

Podem-se dar dois casos: a) em que a apropriação individual prejudica o interêsse social e b) em que é mis-

ter **expropriar** o indivíduo em benefício da sociedade. Neste caso, perde o indivíduo algo que é de seu direito (lembremo-nos que já demonstramos que é de direito tudo quanto corresponde à conveniência da natureza de alguma coisa dinâmicamente considerada). Então, deve ser anulado **(in)** o dano **(damnum)**, que se lhe faz, deve ser **indemnizado**, se fôr, como dissemos, de justiça. Do contrário, já que a apropriação individual põe em risco apenas o bem colectivo, não se fêz dano ao indivíduo, mas apenas se evitou o dano à colectividade.

Nessa relação entre o indivíduo e a sociedade, desde logo se percebe que assegurado o bem do indivíduo é indirectamente assegurado o bem da sociedade, e que sendo o bem dêste prejudicado é prejudicado aquêle. Colocar-se extremistamente do lado do indivíduo, tomado distintamente, e julgar que se deve considerar o bem dêste apenas, sem se interessar pelo social, porque o indivíduo é mais real que a sociedade, e os seus direitos devem preponderar, foi o êrro fundamental do **individualismo**, que virtualizou o bem social e actualizou apenas o bem individual. O mesmo êrro comete o **colectivismo** ao actualizar o bem social, tomado distintamente de o bem individual, que é virtualizado.

Esta velha verdade, e tão meridiana e corriqueira, jamais deveria ser esquecida: **não há sociedade sem indivíduos, não há indivíduo sem sociedade.**

Na verdade não há o bem indistinto da sociedade, sem o bem dos indivíduos que a compõem. E tôda vez que se lesa um direto individual, é lesado um direito social. Essa maneira concreta (e não abstracta do individualismo e do colectivismo, que são extremados) é a posição da verdadeira concepção libertária e também a da Igreja Católica, apesar das calúnias e caricaturas que seus inimigos têm feito, com o intuito de incompatibilizá-la com o proletariado.

Não há uma colectividade rica com indivíduos miseráveis, nem a riqueza de uma colectividade pode ser considerada como a soma dos bens de que ela dispõe, mas sim da soma dos bens que dispõem os indivíduos tomados distintamente e não indistintamente.

Quando o ser humano se apropria de um bem para consumi-lo totalmente, realiza um acto de consumo **exclusivo e perfeito.** Mas, como o indivíduo está subordinado à colectividade a que pertence, êsse **poder é limitado e subordinado.** Lemos o que segue numa encíclica papal:

"Todo homem, por ser vivente dotado de razão, tem, efectivamente, o direito natural e fundamental de usar dos bens materiais da terra, cabendo, isso sim, à vontade humana e às formas jurídicas dos povos regularem mais particularmente a actuação prática. Êste direito individual não pode suprimir de modo algum, nem ainda por outros direitos certos e pacíficos sôbre os bens materiais. Sem dúvida, a ordem natural, que deriva de Deus, requer trocas e donativos e, igualmente, a função reguladora do poder público nestas duas instituições. Contudo, tudo isso fica subordinado ao fim natural dos bens materiais, e não poderia fazer-se independentemente do direito primeiro e fundamental que a todos concede o uso, mas, preferentemente, ajudar a tornar possível a actuação em conformidade com o seu fim. Só assim se poderá e deverá obter que a propriedade e o uso dos bens materiais tragam à sociedade paz fecunda e consistência vital, e não engendrem condições precárias, geradoras de lutas e ciúmes, e abandonadas à mercê do impiedoso capricho da fôrça e da debilidade.

O direito originário sôbre o uso dos bens materiais, por estar em íntima união com a dignidade e com os demais direitos da pessoa humana, oferece a esta, com as formas indicadas anteriormente, base material segura, e de suma importância, para elevar-se ao cumprimento de seus deveres morais. A tutela dêste direito assegurará a dignidade pessoal do homem e o permitirá atender e satisfazer com justa liberdade aquêle conjunto estável de obrigações e decisões, de que directamente é responsável para com o Criador. Certamente é dever absolutamente pessoal do homem conservar e dirigir a perfeição de sua vida material e espiritual, para conseguir o fim religioso e moral que Deus assinalou a todos os homens, dando-lhes como norma suprema, sempre e em todo caso obrigatória, com preferência a qualquer outro dever." ("Mensagem comemorativa do cinqüentenário da "Rerum Novarum" de Pio XII).

Esta é a palavra da Igreja, que afirma a posição concreta que expusemos acima.

O carácter **social** dos direitos **individuais** decorre, pois, da natural sociabilidade humana.

A propriedade é um direito **exclusivo** do indivíduo, ou da colectividade.

E essa **exclusividade** decorre da **limitação** essencial da utilidade. Contudo, é êle **restringido** pelas exigências do bem comum, e também **subordinado** ao bem comum. Tudo isso decorre do próprio carácter natural da propriedade.

A propriedade pode ser pública ou privada. A propriedade privada pode ser individual ou colectiva. Quanto ao objecto, pode ser móvel ou imóvel, ou ainda intelectual (espiritual). As classificações já apresentamos em outras passagens, e só serão reconsideradas quando forem necessárias para a melhor compreensão da análise que passaremos a fazer da propriedade, em face das doutrinas chamadas **socialistas.**

"Como não faltam aquêles que, com a mais injuriosa das calúnias, acusam o Sumo Pontífice e a própria Igreja de se terem colocado e continuarem ainda do lado dos ricos contra os proletários; e como entre os católicos há dissenção sôbre o verdadeiro e autêntico sentir de Leão XIII, pareceu-nos justo vindicar de tais calúnias aquela doutrina, que é, nesta matéria, católica, e defendê-la de falsas interpretações.

Primeiramente, pois, tenha-se por coisa certa e averiguada, que nem Leão XIII, nem os teólogos que ensinaram, guiados pelo magistério da Igreja, negaram em qualquer tempo ou puseram em dúvida o duplo carácter da propriedade, chamado **individual** e **social**, segundo a ordena aos indivíduos ou tenda ao bem comum; ao contrário, sempre unânimemente afirmaram que o direito de propriedade privada foi outorgado aos homens pela natureza, ou seja, pelo próprio Criador, já que, mercê a esta instituição, os bens que o Criador destinou a tôda a família, sirvam na realidade para tal fim; tudo o que de nenhuma maneira pode conseguir-se se não se guarda uma ordem fixa e determinada.

É mister evitar, portanto, cuidadosamente, um duplo escolho contra o qual pode chocar-se. Porque, assim como negado ou atenuado o carácter social e público do direito de propriedade, cai quem o faz no chamado "individualismo", ou dêle se aproxima; assim rechaçado e diminuído o carácter privado e individual do mesmo direito, por necessidade cai, quem o faz imediatamente, no "colectivismo", ou pelo menos chega a roçar com as suas máximas. Quem tal perca de vista, forçosamente irá água abaixo, a naufragar nos baixios do modernismo moral, jurídico e social... (Quadragesimo Anno, de Pio XI).

"Ao defender, pois, o princípio da propriedade privada, a Igreja propõe um elevado fim ético-social. Não pretende, na verdade, sustentar pura e simplesmente o estado presente de coisas como se nêle se contemplasse a expressão da vontade divina, e proteger por princípio o rico e o plutocrata contra o pobre e o indigente. Ao contrário, desde sua origem foi protectora do débil e oprimido contra a tirania dos poderosos, e patrocinou sempre as justas reivindicações de todos os grupos de trabalhadores contra qualquer iniqüidade. Mas a Igreja deseja preferentemente conseguir que a instituição da propriedade privada seja como deve ser, conforme aos desígnios da divina sabedoria, e segundo as disposições da Natureza: um elemento da ordem social, um fundamento necessário para as iniciativas humanas, um impulso ao trabalho em benefício dos fins temporais e, portanto, da liberdade e da dignidade do homem, feito à imagem de Deus, que, desde o princípio, e para seu proveito, lhe concedeu o domínio sôbre as coisas materiais." (Mensagem no V aniversário da guerra, em 1.o de setembro de 1944).

Estas palavras de Pio XI e as de Pio XII, anteriormente citadas, dão claramente qual o verdadeiro sentido do conceito que tem a Igreja sôbre a propriedade.

HEGEL E O TOTALITARISMO

Inegàvelmente, o único fundamento que encontramos no **nacionalismo**, está na exploração desmedida de nossos instintos tribais, do irracional que nos liga aos outros, e, sobretudo, do desejo que em todos se aninha, em graus maiores ou menores, de se libertarem do pêso da responsabilidade individual e substituí-la pela responsabilidade colectiva.

Está, assim, o nacionalismo, cheio de equívocos e é sempre o início das maiores brutalidades da história. Pretende encerrar a sociedade dentro de determinados limites, manifesta reacção ao cosmopolitismo e ao igualitarismo, e surge, ora em contraposição ao imperialismo ou para implantá-lo. Grandes países foram construídos de vários povos, mas a idéia nacionalista surge na Europa, do Renascimento para cá.

Apesar dos esforços dos juristas e dos políticos, o conceito de nação não obtém clareza, e é cada vez mais confuso, como já mostramos, pois nenhuma das concepções encerra a realidade, e esta se opõe, constantemente, às concepções formadas. Dizer-se que nação é constituída pelas pessoas que vivem ou nasceram dentro de certo Estado, como propõem muitos, foge ao sentido do princípio do Estado nacional, porque não é o Estado, segundo essa concepção, que funda a Nação, mas a Nação que funda o Estado. Nenhuma definição satisfaz. Na verdade o nacionalismo é apenas um mito irracional, romântico e utópico, e nada mais que o producto de certas aderências irracionais do tribalismo humano, despertadas em determinados momentos por hábeis políticos.

O **princípio do Estado nacional**, que exige que o território de cada Estado coincida com o território habitado

por uma nação não é evidente, nem tal se dá. E quanto às outras razões, como língua, costumes, raça, etc., tôdas ruíram ante a análise que provocou o nazismo. Não é possível deixar de reconhecer o extraordinário trabalho realizado pelos estudiosos nesses últimos séculos e, sobretudo, nestes últimos cem anos, para mostrar a invalidade das doutrinas nacionalistas, revividas precisamente por aquêles que, durante quase um século, lutaram contra todo nacionalismo, com uma veemência que alcançava os limites do paroxismo — os socialistas em geral —, para terminarem, apoiando a tese fundamental dos maiores inimigos que lhes surgiram no decurso da sua existência: o nazismo e o fascismo.

Não se pode, contudo, negar que há, no nacionalismo, uma possibilidade revolucionária, ou que seu ideal possa servir para os povos dominados, como sucedeu com a invasão do território alemão pelo **exército nacional** de Napoleão, que provocou a reacção nacionalista dos alemães, para libertarem-se da nova opressão, que lhe impunham aquêles que se diziam lutar pela libertação dos povos. O maior perigo que ronda todos os povos — e é o que nos conta a História — são os "libertadores de povos", que trazem novas e poderosas algemas para substituir as velhas e gastas dos antigos senhores. A Revolução Francesa, em nome da nacionalidade, organizou a conscrição geral.

O **nacionalismo**, que animou os pequenos estados alemães a erguerem-se contra Napoleão e seus **libertadores**, teve um surto que, posteriormente, pela acção inegável de muitos autores, que serviram aos interêsses de políticos ambiciosos, gestou os fundamentos do nacionalismo alemão, que teria de desembocar, fatalmente, no nazismo como síntese de **socialismo e nacionalismo**, do nacional-socialismo alemão.

Uma das personalidades a quem cabe a maior culpa, ou pelo menos a quem mais se atira a culpa dêsse nacionalismo, foi **Hegel**, o inspirador simultâneo do nazismo e do marxismo, dois filhos da sua doutrina, opostos, adversários, mas analogados em muitos aspectos como ainda veremos.

Hegel tornou o Estado a expressão da Divina Idéia concrecionada na Terra. É a marcha de Deus através do mundo, um organismo com consciência e pensamento, seus atributos essenciais, cuja realidade é necessária, e que existe por si e para si. Nunca se endeusou tanto o Estado, também nunca se endeusou tanto um filósofo, como o foi Hegel pelos autoritários prussianos e pelos filósofos alemães de então, cuja maioria o proclamava o supremo ditador da filosofia, apesar de muitos, de inegável valor e dignidade, terem-se oposto às suas doutrinas.

A lei é uma manifestação da vontade, dizem êles, mas de quem? Do Estado, afirmam os estatólatras; da nação, afirmam os nacionalistas; do povo, afirmam os democráticos; do proletariado, afirmam os marxistas e os socialistas autoritários em geral.

Deu-se uma **vontade** ao povo, à nação, à classe, uma **vontade** e uma **consciência**, que se transformaram em **supernacionalidades hipostasiadas**, criações do colectivismo romântico.

Marx substituiu o Espírito de Hegel pela **matéria** e **pelos interêsses econômicos**, do mesmo modo que o nazismo substituiu o Espírito pela **Raça.** E, então, quando Hegel afirmava que o **Espírito é o propulsor da história, o senhor do espetáculo da História,** Marx substituindo o têrmo Espírito, afirmava: **A Matéria e os interêsses econômicos são os propulsores da História, os senhores do espetáculo da História**. Hitler substituindo pela Raça, poderia dizer: a **Raça é a propulsora da História, a senhora do espetáculo da História.**

Em Marx, o Espírito vira de cabeça para baixo, e vira Matéria; em Hitler, torna-se **Sangue.** Essa é a inversão de que tanto êles se orgulharam.

O arsenal dos argumentos é o mesmo para todos. Não foram proporcionados apenas por Hegel, pois já vinham de antigas pilhagens de outras aventuras intelectuais do Renascimento, das lutas que procuravam impor o direito dos príncipes contra a concepção da Igreja, defensora das pequenas pátrias, a fim de acautelar e impedir as grandes guerras destructivas, e partir, a pouco e pouco, para uma maior unidade dos cristãos, que acima dos particularismos nacionalistas, deviam pôr a idéia da Humanidade em Cristo, e torná-la universal) católica (de

Kath'olon, em grego, **universal**), vencendo os obstáculos, que impediam a fraternidade universal e que reinasse a paz entre os homens de boa vontade.

Um conjunto de esquematismos gira em tôrno da idéia nacionalista. Podemos alinhar alguns:

a) o Estado é a encarnação do Espírito (Hegel), ou da Raça (Hitler) ou da Ditadura do Proletariado (Marx). Uma raça eleita, que deve conquistar o mundo (Hitler) ou um Estado eleito que deve dominar o mundo (Hegel) ou uma classe eleita, que deve dominar o mundo (Marx).

b) O Estado é independente e liberto de tôda obrigação moral. Deve realizar seus fins, sejam quais forem os meios (Os fins justificam os meios, é do patrimônio de todos, de Hegel, Marx e Hitler).

c) Para realizar seus fins é mister uma guerra impiedosa e totalitária (também do patrimônio de todos).

d) Portanto, impõe-se uma vida heróica, que não tema os perigos, que viva perigosamente a grande façanha de realizar o ideal (também do patrimônio de todos).

e) Realizar-se-á, finalmente, o Grande Homem do amanhã (o germano superior de Hegel e Hitler, **o revolucionário** de Marx). O Estado não é a meta final, mas sim a fusão dêle com o **ideal-typus** preconizado.

f) Treitsche, historiador prussiano, conclui: "A guerra não é só uma necessidade prática, mas também uma necessidade teórica; uma exigência da lógica. O conceito de Estado implica o conceito de guerra, pois a essência do Estado é o Poder. O Estado é o Poder organizado como poder soberano."

g) O Estado não está sujeito a nenhuma norma superior; êle é a lei, tanto a moral como a jurídica.

h) Os Estados podem estabelecer acordos mútuos entre si, porém não são obrigados a cumpri-los, porque seria **violentar a sua soberania** (Tese de Hegel).

i) Quando os Estados não encontram uma solução para as suas pendências, a guerra deve procurar resolvê-las (Tese de Hegel).

j) O bom êxito justifica tudo (Tese de Hegel). O bom êxito é o único juiz da História.

k) O despôjo será do forte, que expropriará os mais fracos (Tese de Freyer, aceita por todos os autoritários).

l) O ataque é sempre a melhor defesa (Tese aceita por todos os totalitários).

m) A moralidade particular, a filantropia, a caridade não são guias do Estado poderoso (Tese de todos, que renegam qualquer consideração aos direitos alheios).

n) Não se deve vacilar na propaganda ante o emprêgo da infâmia, da calúnia, da mentira. O êxito justifica tudo. "Caluniai, caluniai, que alguma dúvida ficará..." Todos os poderosos totalitários aconselharam essa prática. Lenine justificou-a várias vêzes, e aconselhou-a aos bolchevistas.

o) A guerra evita a corrupção, que é gerada por uma paz muito prolongada. (Tese de todos os totalitários).

p) Todo o bem conquistado em favor do Estado é justo (Tese universal de todos os dominadores).

q) Só a guerra viriliza os homens e impede que se enfraqueçam. A política, na paz, só é justificada se prepara uma boa guerra (Assim pensaram sempre os poderosos). A guerra é a forma mais perfeita da actividade do Estado (Tese de Max Scheler, existencialista, mas aceita por todos os totalitários). A guerra é um bem precioso e raro (Hegel).

r) O humanitarista não é um regulador da História. O homem adultera-se pela idéia humanista (Tese de Rosenberg, filósofo nazista).

s) Há uma missão histórica a ser cumprida, para a qual está **predestinado** o Espírito (Hegel), a raça (Hitler), a classe (Marx). São os novos **messias.** É preciso amar êsse **destino.**

t) O homem é um animal heróico. Tese de todos, de origem tribalista. O culto ao **herói guerreiro** é uma reminiscência de um primarismo humano. A suprema

bem-aventurança é a **camaradagem guerreira** (de origem tribal e ímpeto de retôrno à tribo).

u) Não há princípios morais acima do Estado. Tudo deve subordinar-se ao Estado como encarnação, ou da nação, da raça ou da classe, etc.

v) A tese aceita é dogmática e a expressão viva da Verdade. Qualquer opinião em contrário é herética e blasfemática, e quem a profere deve ser eliminado. (Tese de todos os totalitários).

x) A vontade individual deve subordinar-se à vontade colectiva, representada pelo Estado, como encarnação de Deus, Raça, Classe, etc.

y) O ideal preconizado é inevitável, e sua vitória final é determinada necessàriamente pela História (Tese universal dos totalitários).

z) O terror preventivo é o melhor meio de impedir as tentativas de oposição. A admissão de partidos é absurda, porque só há uma verdade, a do Estado, como encarnação de... (Tese universal).

Schopenhauer — pondo de lado suas deficiências — ergueu sua voz na Alemanha contra o totalitarismo e viu em Hegel o grande perigo para o seu povo e para a humanidade. Algumas de suas palavras não podem ser hoje esquecidas. Durante quase quarenta anos, fêz-se a **conspiração do silêncio** em tôrno de sua obra, que é a tática sempre usada contra todo aquêle que traz alguma coisa de novo e superior, e põe em risco a mediocridade oficial dominante.

Comentando Hegel, escrevia: "Exerceu não só sôbre a Filosofia, mas sôbre tôdas as formas da literatura germânica, uma influência devastadora, ou, para falar com maior rigor, de carácter letárgico e — até se poderia dizer — pestífera. É dever de todo aquêle que se sente capaz de julgar com independência, combater essa influência tenazmente e em todo momento. **Porque, se calarmos, quem falará?**"

E mais esta passagem, permitam-nos citar: "Se alguma vez vos propondes a embotar o engenho de um jovem, e anular seu cérebro para qualquer tipo de pensamento, então nada podereis fazer de melhor que dar-lhe a ler Hegel. Com efeito, êstes monstruosos cúmulos de palavras, que se anulam e se contradizem entre si, atormentam a mente que procura inùtilmente encontrar nelas algum sentido, até que, finalmente, se rende totalmente exausta. Dêste modo, fica tão perfeitamente destruída tôda capacidade de pensar, que o jovem termina por tomar por verdade profunda uma verbosidade vazia e ôca. O tutor, que teme que seu pupilo se torne demasiado inteligente para os seus projectos, poderia, pois, evitar essa desgraça, sugerindo-lhe inocentemente a leitura de Hegel."

E que frutos deu essa doutrina? O nazismo e o marxismo.

Contudo, Hegel, como filósofo, tem um grande valor, apesar do que partejou para a humanidade.

SÍNTESE DOS POSTULADOS FUNDAMENTAIS DA DOUTRINA MARXISTA

Estas palavras de Walter Lippmann merecem meditação e exame:

"Os colectivistas... sentem o afã do progresso, a simpatia para com os pobres; consomem-se num ardente sentido do que está mal e no impulso para as grandes acções: qualidades tôdas que faltaram ao liberalismo das últimas épocas. Mas sua ciência se funda num profundo mal-entendido... e suas acções são, portanto, profundamente destructivas e reaccionárias. Assim, destroçam os corações dos homens, dividem suas mentes e lhes apresentam alternativas impossíveis."

Caracteriza tôda doutrina colectiva a subordinação do indivíduo à totalidade. Não se nega que há alguma subordinação ao lado de certa margem importante de independência, como o aceitam os libertários, mas essa subordinação, para os colectivistas, é **total.** O indivíduo, tomado em si mesmo, é **nada** em face da colectividade. Embora o colectivismo tenha nascido com boas intenções, falseou êle uma realidade humana. Daí sua tendência a combater a liberdade humana, que nunca os colectivistas entenderam claramente o que seja, e a confundiram com o mero arbítrio desordenado. Também o humanitarismo foi compreendido falsamente e levado a certos extremos, que se tornaram anti-humanos. O colectivismo terminou por dividir o campo humanitarista, por **parti-lo** em **partidos,** seitas.

Ao examinar-se a ala esquerda do hegelianismo, vemos que dali surgiram dois grandes movimentos: o marxismo e o nazismo. Ninguém deseja negar o valor de Marx e também se pode admitir sua boa intenção, em-

bora alguns de seus seguidores tenham pôsto em dúvida a pureza de suas intenções, como veremos mais adiante.

Dedicou-se êle à emancipação dos oprimidos, e vamos aceitar a sua sinceridade. Mesmo que suas intenções fôssem producto de um falso ideal, surgido de um ressentimento, porque não conseguira ser reconhecido pelo oficialismo dominante em sua pátria, o que interessa é examinar a sua obra, pois esta é real, e teve e tem um papel importante na História e na seqüência dos acontecimentos que se têm desenrolado.

O que realmente há na doutrina de Marx, e à qual não se pode atribuir pròpriamente a maneira de agir do partido comunista russo, é que consistiu ela numa doutrina da revolução **inevitável**, que levaria à emancipação dos proletários. Marx não estabeleceu elementos práticos de aplicação social, e Lenine mesmo o reconheceu, quando dizia que, antes dêle, nenhum marxista havia estabelecido os métodos de aplicação da revolução proletária. Marx deteve-se apenas no estudo da **teoria da revolução social**, e quis dar-lhe a maior justificação científica que lhe era possível em face dos conhecimentos históricos — bastante parcos, sem dúvida — em sua época. Dispunha de um material ainda pequeno, mas inegàvelmente, foi um estudioso consciencioso e pertinaz, ajudado, sobretudo, por uma inteligência aguda e uma fôrça de vontade indomável. A leitura do "Estado e a Revolução" de Lenine dá-nos suficientes provas do que afirmamos, pois nada se encontra na obra de Marx que nos indique qual deve ser a economia do socialismo, porque até o lema: "a cada um segundo as suas necessidades e de cada um segundo a sua capacidade" é um lema anarquista, que os comunistas aproveitaram.

Marx viu, no proletariado, uma missão histórica: a de construir o socialismo. Até então o socialismo havia sido imaginado segundo uma esquemática romântica e utópica. Era mister agora dar-lhe um cunho científico e histórico. Para isso era mister conhecerem-se as causas que determinariam, inevitàvelmente, o seu advento. É mister distinguir, no marxismo, a doutrina e o método. Se alguns marxistas admitem que os pontos teóricos podem ter sido superados, e que Marx tenha cometido erros, o método, porém, é irrefutável.

Para muitos, o marxismo reduziu-se, afinal, apenas num método. É verdade que sentimos hoje, entre os que se intitulam marxistas, um quase desinterêsse pela parte histórica da doutrina e uma despreocupação pelos textos. Durante a luta entre Stálin e Trostky observou-se o contrário: os partidários de um como os de outro apegavam-se aos textos, e estabeleciam comentários de tôda espécie, justificando cada uma das posições. Por sua vez, outras tendências também a êsses textos se apegavam, de modo que o marxismo, nessa época, caiu numa forma viciosa escripturística, semelhante ao escolasticismo mais vicioso. Após esta última guerra (a de 1939), notou-se um desinterêsse acentuado pelos textos, e tôda argumentação em favor do marxismo gira em tôrno do método e da experiência realizada. Nós, contudo, nesta análise que faremos do marxismo, teremos que nos ater parte ao texto e parte aos métodos e às experiências realizadas.

Como método, o marxismo poderá ser examinado como realmente frutífero ou estéril e até pernicioso para o ideal socialista. Em outras palavras:

a) o método marxista foi proficiente para a realização do socialismo; ou

b) foi estéril, por não haver obtido conquistas fundamentais; ou, finalmente,

c) foi prejudicial ao próprio socialismo, pondo-o não só em xeque, mas desferindo-lhe um golpe mortal, impedindo que a humanidade alcançasse a realização de um ideal que fôra possível de actualizar-se de certo modo.

Embora pareça a muitos sem fundamentos, essas três maneiras de visualizar o método marxista, têm elas seus representantes, que apresentam sérios argumentos, que devem ser examinados e estudados.

Marx fundava-se em alguns argumentos importantes em favor do seu método:

1) o político socialista deve ser um político prático e com eminente base científica. É mister saber interpretar a História sob bases científicas, e não estar mais sujeito a esquematismos de ordem afectiva.

Marx parte de um preconceito: a capacidade da Ciência em predizer o futuro. Mas, a Ciência dedica-se ao

campo de estudo da natureza (as Ciências da Natureza) e ao campo da cultura (as Ciências Culturais). Há, assim, dois futuros: o futuro natural e o futuro cultural. Realmente, pode a Ciência Natural, em muitos aspectos, predizer o futuro natural, desde que disponha do conhecimento das causas e dos efeitos necessàriamente decorrentes destas. Quanto ao campo cultural, quem pode afirmar que a Ciência está nesse grau? Se aceitamos essa posição no tocante à História, caímos no historicismo. De qualquer modo, Marx não pode ser excluído do historicismo dogmático, cuja tese fundamental é a da determinação do futuro e da sua previsibilidade (1).

Outro preconceito está em identificar **método científico** com **determinismo,** ou que tudo quanto é **científico** é **necessàriamente determinado de modo absoluto.** A necessidade é metafìsicamente distinguida em **necessidade absoluta** e **necessidade relativa.** A primeira chamavam os escolásticos de **simpliciter,** e a segunda de **secundum quid,** ou também **hipotética.** Assim, para o filósofo, é de necessidade **simpliciter** a existência de um ser primeiro, origem de todos outros, a matéria, por exemplo, para os materialistas, pois, sem ela, nada há. Contudo, que escrevamos neste momento é uma necessidade hipotética, pois se escrevemos podemos notar as causas imprescindíveis da nossa actividade, não porém, é absolutamente necessário, para que exista qualquer coisa, que escrevamos neste momento, e se não escrevemos neste momento, nada impediria que as coisas não dependentes dêste escrever existissem, bem como poderíamos estar fazendo outra coisa, lendo, por exemplo, que também permitiria apontar as causas que lhe correspondem. Esta necessidade é hipotética. Assim tudo quanto acontece permite que conheçamos suas causas, mas daí afirmarmos que tudo quanto acontece, acontece por uma necessidade absoluta, é cair num **fatalismo extremo.**

Era mister demonstrar que a Ciência exige, por necessidade absoluta, tal determinismo, e que não fôsse possível construir-se nenhuma ciência sem a admissão

(1) Devemos distinguir o **historicismo dogmático** de o **moderado.** Êste afirma apenas que, na História, há leis, mas admite uma margem de frustrabilidade.

dêsse determinismo rígido e absoluto. Ora, tal é absurdo. Conseqüentemente, é absurda a identificação entre **científico e determinismo absoluto.**

Está precisamente na má compreensão do determinismo a origem dos erros de Marx, que caiu, inevitàvelmente, no historicismo dogmático.

Pode-se, na Ciência, realizar **previsões científicas,** mas daí cair num **profetismo absoluto** é uma conseqüência falsa, que muitos atribuem à influência racial de Marx, que pertencia a uma raça de profetas.

Foi fundado nessa concepção, que Marx acusou impiedosamente de **utópicos** todos os socialistas, que não rezavam pela sua cartilha.

Na análise que fizemos da "Filosofia e História da Cultura", sabemos que no período de domínio do empresário utilitário, a concepção determinista e materialista é predominante para êle. Marx sofreu a influência das idéias científicas de então, em que se julgava que, desde o momento que conhecêssemos as causas, poder-se-ia predizer o inevitável futuro. Marx acreditava que havia uma lei férrea a dirigir a História. A sua atitude mental era totalmente oposta ao liberalismo. A mente humana não explicava a História. Havia outra causa poderosa, absoluta e inevitável, oposta a todo psicologismo, que também era uma maneira viciosa de considerar a causação da História. "Não é a consciência do homem, que determina a sua vida, mas sim a vida social que determina a sua consciência", afirmava.

Adversário de todo psicologismo, que era uma tese muito combatida em sua época, Marx, seguindo outras vias, afirmou, então, que nos **móveis econômicos** é que se encontraria a razão do futuro.

Por acaso não é "a necessidade mais imperiosa do homem a de procurar um meio de subsistência"?

Os homens pensam e agem segundo os **móveis econômicos,** e, especialmente, segundo os **interêsses de classe.** Estas são as fôrças propulsoras da História. São fôrças materiais, são móveis materiais. Daí chamar a sua doutrina de **"interpretação materialista da História",**

ou "**materialismo histórico**". Tôda a vida psicológica do homem é, portanto, determinada pelos móveis de ordem somática. Também Freud viu o grande móvel humano na sexualidade, na constante sexual; Adler, na vontade de domínio, etc.

2) O ideal de Marx não era, porém, conter o homem no **reino da necessidade**, mas **libertá-lo.** E como? Pelo domínio, graças à Ciência e a Técnica, da natureza, e alcançar um ponto em que tôdas as suas necessidades somáticas pudessem ser atendidas. Neste ponto, começaria "**o reino da liberdade**". Êste seria iniciado pelo conhecimento da necessidade somática e a plena satisfação desta seria o seu têrmo. Ora, esta tese era anarquista e anterior a Marx, que êle aceitou, pois, na verdade, pretendia chegar ao anarquismo, mas por estágios que os anarquistas julgavam errados, e que Marx julgava absolutamente certo e científico, como ainda veremos.

3) O historicismo de Marx é econômico e, como tal, distingue-se das outras manifestações historicistas. O econômico constitui o elemento basilar e fundamental da vida humana (estructura) e as manifestações culturais são superestructurais, projecções daquela estructura. Já examinamos a significação do factor econômico, e não é mister realizarmos aqui nova análise, senão chamar a atenção para aquêles pontos importantes para uma análise honesta da doutrina de Marx, pois êste é o nosso dever, sempre que examinamos a doutrina de quem quer que seja.

4) É mister não se considerar o materialismo de Marx como algo idêntico ao materialismo francês ou alemão, embora êle mesmo se chamasse **materialista.** Sua doutrina não caía na vulgaridade dos outros. Lenine procurou especificar o materialismo como a aceitação da anterioridade do objecto sôbre o sujeito, e em sentido gnosiológico. Neste caso, o materialismo de Marx seria a doutrina que afirmaria que os esquematismos do sujeito têm sua origem na experiência humana, e a mente do homem não é capaz de criar, por si só, mas apenas pode esquematizar, fundando-se no que é dado pela experiência. Ora, essa tese é também a de Aristóteles e a dos escolásticos e de todos os empiristas racionalistas. Neste

ponto, há certa identificação em tais pensamentos. Dizemos **certa**, porque há aspectos em que divergem, e que não cabe agora examinar porque já o fizemos em outras passagens.

5) É inegável que Marx desejava a liberdade. Não a **liberdade** de Hegel, que é fundada na **vontade** do Estado. Mas aquela só poderia ser conquistada depois de se haver desimpedido o caminho humano dos óbices que viciam o acto humano. A doutrina de Marx, neste ponto, tem sólidos fundamentos, pois não é possível considerar a liberdade apenas como a liberdade de pensar, mas também a liberdade prática, de agir, de actuar, que não a tem aquêle que está obstaculizado pela miséria.

Suas palavras são expressivas: "O reino da liberdade só começa efectivamente onde terminam as penúrias do trabalho impôsto pelos agentes e necessidades externas; **encontra-se, pois, naturalmente, além da esfera da producção material pròpriamente dita.**" Notem-se estas últimas palavras, que nós sublinhamos.

Marx não negava que em **alguns instantes somos livres.** É verdade que em muitas passagens de sua obra **esquece tais instantes; entretanto os admitia.**

É inegável uma influência libertária em sua obra. Contudo, na verdade, êle oscilava entre o libertarismo e o determinismo, como veremos.

Nesse dualismo de Marx é que se podem encontrar muitas razões de suas atitudes. Engels, seu maior discípulo, afirmava que a libertação das necessidades econômicas garantiria o "desenvolvimento e o exercício de suas faculdades físicas e mentais." E no "Anti-Duhring", lemos: "A esta altura... o homem se desprende efectivamente do mundo animal, deixando... a existência animal às suas costas para penetrar num universo realmente humano." E mais adiante diz: "... quando desaparece o domínio do producto sôbre os productores, o homem... se converte pela primeira vez em senhor consciente e real da natureza, ao tornar-se dono de seu próprio meio social... Só neste momento, e não antes, poderá o homem realizar, com plena consciência, sua própria história...

É o saldo da humanidade desde o reino da necessidade ao reino da liberdade."

Gostaríamos que os marxistas lessem e meditassem bem sôbre tais passagens de Marx e Engels, pois elas evitariam que tomassem uma atitude tão contrária à liberdade, que a negam para defender uma tese **materialista vulgar**, que não é a de Marx.

Para alcançar tal reino é mister destruir, portanto, o que impede a liberdade humana. É mister expropriar os expropriadores.

6) Estabelecia Marx que "... com a mudança dos alicerces econômicos, tôda a vasta superestructura se transforma com maior ou menor rapidez... Jamais se originam relações novas e de maior capacidade productiva dentro da superestructura, antes de que as condições materiais requeridas para a sua existência tenham alcançado a maturidade dentro do próprio ventre da velha sociedade." Ora, tais condições não se davam na Rússia. Essa a razão por que Marx julgava que a Rússia seria o último país europeu a tornar-se socialista. Contudo, os bolchevistas tentaram a tarefa. As condições não eram favoráveis de certo modo e Lenine e os bolchevistas viram-se forçados a dar à Rússia todos os elementos e condições burguesas para sôbre elas poderem, posteriormente, tentar realizar o ideal marxista. A Rússia tem sido, por isso, mais um capitalismo de Estado que uma verdadeira revolução proletária, quer queiram ou não admitir os marxistas, mas é decorrente tal facto da própria doutrina de Marx.

7) Para Marx, "a história de tôdas as sociedades que existiram até o presente é a história da luta de classes." É a guerra das classes, e não a guerra das nações que propulsiona a História. Contudo, revela-nos a História que as classes têm se submetido aos **interêsses nacionais**, e o próprio aumento de productividade, que é um anseio de tôdas as sociedades humanas, tem encontrado no poder militar um estímulo extraordinário.

Tôda classe social busca simplesmente o que lhe é mais conveniente à sua natureza dinâmicamente considerada. Marx sabia disso, e não o negava. Para êle, a situação na classe, em que se encontra um homem, determina a sua consciência. Contudo, dava um conteúdo meramente econômico ao sentido de classe. Negava, assim, a possibilidade do estamento caracterológico, que êle não podia negar e, no entanto, negou. Não podia negar porque nem nêle, nem em Engels (e êste era até um abastado industrial) a consciência não era a de classe, mas sim a do estamento sociológico e caracterológico, que os levava a preferir o proletariado, embora dessem a tal atitude razões de ordem doutrinária.

8) A libertação do homem só se fará quando se libertar do processo productivo. Mas, pergunta-se como poderemos fazê-lo, a não ser que outros o realizem para nós. Nesse caso, a nossa liberdade seria conquistada à custa da escravidão de outros. Essa situação leva à luta de classes na sociedade, pois há os que desejam ser livres à custa da escravidão de outros. "Na producção social de seus meios de existência, os homens se submetem a relações definidas e inevitáveis, que não dependem de sua vontade. Estas relações productivas correspondem ao estágio particular porque passa o desenvolvimento de suas fôrças productivas materiais. O sistema de tôdas essas relações productivas constitui a estructura econômica da sociedade."

O capitalista actua como capitalista, como um homem prêso na rêde da própria sociedade em que vive, e procede de tal modo porque êsse é o único modo de proceder do capitalista, para ser tal. Nada adianta tentar fazer que os homens sejam diferentes do que é a estructura em que vivem. Para que sejam diferentes, é mister mudar a referida estructura. Tudo o mais que se tentar será utópico, e não obterá êxito algum.

O próprio Marx, Engels, Lenine (êste vinha da pequena nobreza Russa) e a quase totalidade dos socialistas não vieram das classes proletárias. E então? Neste caso, a sua consciência era outra que a da classe à que pertenciam.

Por outro lado, esquecia Marx de salientar que há uma luta dentro das próprias classes, e que às contradições do capitalismo (melhor se diria antagonismos), também correspondem a antagonismos no proletariado. A

História registra tais antagonismos. Para incluir tais casos, seria mister alargar o conceito de classe, além do meramente econômico. Neste caso, a sua doutrina nada mais diria que o que todos já sabiam: uma verdade simplesmente trivial. Êle não estava errado; contudo, não abrangia tôda a realidade.

9) Para êle, "o poder político... é simplesmente o poder organizado de uma classe para oprimir outra" e, como diz Lenine: "O Estado, segundo Marx, é um órgão para o **domínio** de classe, um órgão para a repressão de uma classe por outra; seu objectivo é a criação de uma "ordenação", que legalize e perpetue a opressão..." O Estado é o órgão pelo qual a classe dominante e governante luta contra os oprimidos, os expropriados.

Oportunamente nos dedicaremos com mais acentuada messe de pormenores ao estudo da doutrina marxista do Estado. Contudo, por ora, queremos apenas salientar alguns pontos fundamentais, que sirvam para dar uma situação sintética da doutrina marxista, cuja análise faremos mais adiante, bem como a crítica que ela vai merecer em seus tópicos e teses principais.

Para Marx, tôda **política é impotente** para realizar a transformação social, porque ela paira apenas nas transmutações accidentais, na superficialidade, embora possa ser aplicada para criar ou favorecer situações propícias para a revolução, porque êle só admite a transformação social através do processo revolutivo, ou seja, que **revolva** as bases fundamentais. A democracia é, para êle, um sistema cujo govêrno nada mais é que uma ditadura da burguesia sôbre o proletariado. A destruição do regime burguês exige uma ditadura do proletariado. Marx vivera em plena paleotécnica e assistia à mais ignóbil exploração do trabalhador, em que crianças de sete e oito anos trabalhavam quinze horas, e morriam de inanição e de esgotamento nas próprias oficinas. Êle nos relata informes dessa época em seu famoso "O Capital". Como se julgava que o manchesterismo era um filho legítimo do liberalismo, não era de admirar que combatesse o liberalismo. De nada adianta a igualdade ante a lei, porque esta apenas assegura a liberdade de morrer de fome a ricos e pobres. Conseqüentemente, pelo caminho das reformas políticas, dentro do regime em que domina a burguesia, é impossível obter-se qualquer melhoria, para os trabalhadores, diz êle. Portanto, a luta meramente política é para êle impotente. Ademais, a plenitude da liberdade para todos, num regime de tão tremendas diferenciações econômicas, levaria os mais fortes a explorarem os mais fracos, não tendo êstes a possibilidade de se defenderem. Êstes argumentos, manejados por alguns socialistas, cimentaram a doutrina do **intervencionismo econômico**, ou seja, a justificação da intervenção do Estado na economia e no direito, para opor obstáculos aos mais fortes, e amparar os mais fracos. O Estado apresenta-se assim com o papel **paternalístico**, que é o sonho dos cesariocratas, que se transformam em "amigos do povo", em "defensores dos direitos dos trabalhadores", em "advogados dos oprimidos", etc. Êsse papel também não o admirava Marx, e não o estimulava aos seus seguidores. O papel dos marxistas, para êle, só poderia ser o revolucionário, e não o reformista. Contudo, palmilhamos aqui um terreno cheio de controvérsias. Não se pode negar que, no fim de sua vida, tanto Marx como Engels deram muitos sinais de simpatia pelo reformismo. Não esqueçamos que a social-democracia (que era o nome do partido dos comunistas de então) tinha uma ala reformista e uma revolucionária. A primeira, que era moderada, e admitia a validez da luta política, tomou, na Rússia, o nome de **menchevique**, e a segunda, a de **bolchevique**, palavras russas que significam minoritário e majoritário. É o que veremos oportunamente.

Na prática, porém, os marxistas sempre confiaram no poder político e compreenderam que êste pode actuar sôbre o poder econômico. A História também demonstrava isso. Vemos os Fugger financiarem a ascensão de Carlos V, e êste, depois, quando cobrado, rir-se na cara dos credores, e dizer-lhes que tentem com seu poder econômico fazê-lo pagar. Também César foi auxiliado pelos credores a ascender ao poder. Mas se não caísse sob os golpes da famosa conspiração, de posse do poder absoluto, iria pegá-los?

Os planos intervencionistas do Estado soviético na economia, combatendo as **kolkozes** (cooperativas de iniciativa colectiva), impondo modificações na ordem econômica, demonstram que êles sabem que a política,

quando apoiada em boas baionetas e em fortes policiais, com tribunais submissos, é um poder que contém qualquer veleidade do poder econômico que se tente formar. Hitler poderia ter subido sob o apoio do dinheiro dos grandes industriais, mas precisava do irracionalismo nacionalista e racista para chegar até lá, bem como do ressentimento do povo alemão em face do tratado de Versalhes. Mas, no poder, burlou-se dos homens de negócio, e impôs-lhes a sua vontade.

10) O historicismo econômico de Marx é o ponto fundamental da sua doutrina. Em tese expõe que durante o período de domínio de uma forma econômica são criadas as fôrças destinadas a destruí-lo. Quando expusemos nossa doutrina das **disposições prévias corruptivas**, que se manifestam em todos os períodos que estudamos, vemos que elas preparam o advento da outra forma social de domínio econômico e político, sendo êste sempre posterior, em tais casos, ao primeiro, pois o domínio econômico do estamento que superará o outro se realiza sob a égide e sob o amparo do anterior. Assim os teocratas preparam o domínio econômico da aristocracia, a quem terminam por ceder o poder político, de início por participação, através de compromissos políticos, até que o domínio político é empolgado pela nobreza, que, por sua vez, prepara o desenvolvimento econômico do empresário utilitário, que aspira depois ao poder político, até êste, em pleno poder, favorecer o cesariocrata, que também acaba por arrebatá-lo. Tôdas essas mutações do poder político se realizam por revoluções políticas, porque a revolução econômica é lenta.

Assim a revolução aristocrática tem seu símbolo na **guerra das investiduras**, no ocidente, a do empresário utilitário, na Revolução Francesa, a do cesariocrata, na Revolução Russa.

Já mostramos, no exame histórico que fizemos, como se prepararam essas revoluções, e o advento ao poder de novos estamentos sociológicos e econômicos. Como Marx não admite o caminho de uma vitória do proletariado pelos meios políticos, mas sim pelos revolucionários; ou seja, não a admite pela acção política reformista, mas apenas pela revolução, sua doutrina é revolucionária neste sentido.

Pela sua concepção, deve-se buscar no próprio capitalismo as fôrças que o destruirão. As leis da producção não são leis inexoráveis, e as leis que os economistas afirmavam, que eram fundamentais de tôda sociedade, nada mais são que leis inerentes ao sistema capitalista. Tais fôrças corruptivas geram inevitàvelmente a revolução social, através da qual virá inevitàvelmente a sociedade sem classes, onde surgirá o socialismo em sua plenitude anarquista, quando o Estado já esteja totalmente aniquilado, e tenha ido para o museu de antiguidades.

A evolução do capitalismo leva, necessàriamente, a um constante acúmulo dos meios de producção em poder dêste, porque há a tendência ao aumento da productividade, e daí resulta que a riqueza se acumule cada vez mais em menos mãos, enquanto o proletariado se torna cada vez mais pobre. Haverá, assim, um aumento de riqueza de um lado e de outro um aumento de miséria. O número dos que dominam será cada vez maior, enquanto cada vez será maior o dos dominados. Êsse estado de coisas provocará uma oposição violenta, e uma tensão que arrastará a um fatal rompimento da ordem de coisas: que é a **revolução social.** E só essa revolução social permitirá o advento do socialismo.

O aumento da miséria radicaliza a pequena burguesia, e tornará rebelde o proletariado. Na luta contra os dominadores, o proletariado eliminará a burguesia, e estabelecerá uma sociedade sem classe.

Esquece o marxismo de uma verdade histôricamente elementar: as classes não são homogêneas; ao contrário, heterogêneas. Mostram os libertários que o conceito de proletariado apanha apenas o aspecto genérico e não o específico, pois há, nesta classe econômica, uma heterogeneidade suficiente para gerar novas lutas, e provocar o advento de novas possibilidades históricas. Não se pode considerar também um ciclo cultural sem o conjunto dos elementos que constituem a sua estructura concreta. Há um conjunto de idéias que são sinais evidentes que testemunham determinados esquematismos culturais, que sobrevivem e se manifestam de certo modo infensos às influências de ordem econômica e política, como se vê quanto aos estamentos sociológicos e caracterológicos, que já foram objectos de nosso estudo. Há, no proleta-

riado, teocratas, aristocratas, empresários utilitários em estado potencial, incluindo uma gama de intensidade muito ampla.

O estabelecimento jurídico de uma sociedade sem classes, mesmo econômicamente, não impede que se dê a estratificação sob outros aspectos culturais, como os caracterológicos, que constituem disposições prévias, não só corruptivas, como também generativas de outras possibilidades históricas. Na Rússia soviética, ninguém pode negar a existência de uma camada governamental, partidária, e de uma camada formada de homens aos quais cabe a gestão econômica, e que lhes são dados certos privilégios inevitáveis. Bastaria citar a elevação, não só econômica como também de prestígio social, que goza o cientista naquele país, no qual obtêm os melhores salários e gozam de prerrogativas que não são concedidas a outros. É inevitável que êsses homens, diferenciados segundo o papel que exercem na Economia, e na direcção dos negócios públicos e privados, não constituam uma tensão própria, já que êles se analogam por um têrmo comum, por uma participação comum.

Ademais, é também inevitável a consciência dessa situação. Ora, é uma lei que ultrapassa o campo do próprio marxismo a de que tôda tensão, actualmente estructurada, tende a tudo quanto é conveniente à sua própria natureza dinâmicamente considerada. Quer queiram quer não, tais tensões sociais provocarão providências tendentes à conservação dos **direitos** adquiridos, bem como a ampliação dos mesmos, justificando-os pelo importante papel que exercem na sociedade. Quem acompanha com cuidado os acontecimentos na Rússia, sabe que, a pouco e pouco, os **gerentes** e os sábios exigem maior participação no poder. Para isso, o seu ingresso no partido foi mais facilitado, e seus representantes já penetraram até no conselho supremo. Nenhum socialista, por mais elementares que sejam os seus conhecimentos de psicologia social, negará que há uma distinção muito grande, nos seus esquematismos, entre um simples trabalhador de fábrica e um gerente de indústria, ou um sábio de trabalho quase totalmente intelectual. Mesmo que tais indivíduos desejem corresponder a uma concepção igualitária, as bases heterogêneas de sua constituição e de sua actividade os impulsionarão a atitudes de diferenciação.

Queremos dizer com essas nossas palavras que esteja coartado o caminho do socialismo? A resposta a tal pergunta não poderia ser dada por nós agora. Mas poderia, sim, ser feita a pergunta aos marxistas, e êstes só encontrariam subterfúgios e palavras para respondê-la e não "soluções científicas" como seria de mister numa doutrina que se considera fundamentalmente científica.

Outro ponto importante consiste no seguinte: para os marxistas só existem duas possibilidades históricas: capitalismo ou marxismo, o que não demonstraram de modo suficiente, nem podiam fazê-lo, porque a história humana não revela apenas essas duas possibilidades. Por outro lado, a tese de Marx do excessivo aumento da riqueza nas mãos de um número cada vez menor, e da excessiva miséria de um número cada vez maior, tem sido desmentido nos países "capitalistas" de maior progresso, como os Estados Unidos, Inglaterra, Alemanha, Suíça, Suécia, etc., onde a riqueza é distribuída ao maior número e os "milionários" reduzem-se cada vez mais. Poderia o marxista, e alguns o fazem em face dessa evidência, dizer que realmente tal se dá em tais países, mas à custa do aumento da miséria dos povos menos desenvolvidos. Mas poderiam, objectar-lhe, dizendo-lhe que tal argumento é improcedente, porque, nos países menos desenvolvidos, quando são adotados os métodos dos países desenvolvidos, processam-se as mesmas condições que naqueles, aumentando a distribuição da riqueza, sem dúvida ao lado de um aumento dos milionários, mas evidenciando um estágio que se deu, semelhantemente, nos países desenvolvidos, com tendência a acompanhar o mesmo processo. E tanto os bolchevistas verificaram o acêrto desta tese e a improcedência da tese marxista, que lhes preocupa sobretudo superar o índice de progresso dos países chamados capitalistas, a fim de mostrar que **também** o seu "socialismo" é capaz de aumentar o bem-estar das massas. Se não há aqui uma inversão das coisas, não sabemos o que é que há. Se o "socialismo" dos bolchevistas propunha-se a dar às massas proletárias um bem-estar maior, deveriam hoje, depois de mais de quarenta anos de experiência "socialista", os capitalistas pro-

curarem imitar e tentar alcançar os níveis de progresso da Rússia, e não esta entregar-se ao afã de superar os níveis daqueles. Um estudo econômico e estatístico dos factos realizados nestes quarenta anos, mostram que o capitalismo, em menos tempo, foi capaz de melhorar os níveis econômicos do proletariado, em muito mais que o "socialismo" na Rússia. Ninguém pode negar que esta possui imensas riquezas naturais. É o país possuidor do maior número de matérias primas em todo o universo. Contudo, o optimismo com que os comunistas russos afirmam a próxima superação dos mais altos níveis capitalistas pela economia soviética, pode ter influência sôbre os que não se dedicam melhor ao estudo dos factos econômicos, os quais indicam que tais índices não serão superados nos prazos indicados, nem talvez o sejam nunca, porque ainda não estão esgotadas as possibilidades dos outros países em aumentar a riqueza das populações. Seria de desejar que houvesse razões do lado dos russos, e que se deslocasse a competição mundial para êste terreno, merecendo a palma da vitória aquêle que melhor e maior bem-estar oferecesse ao ser humano. Assistiríamos, assim, a um novo espetáculo, que a história não registra: os antagonistas, esportivamente, teriam escolhido um campo de competição, sem necessidade de manchá-lo de sangue e de destruição. Seria a guerra não dos destruidores, mas dos constructores. Seria a luta dos combatentes do bem e não dos combatentes do mal. Quem sabe, talvez, seja uma possibilidade histórica que nós, devido à influência dos factos passados, nem de leve suspeitemos de sua próxima actualização. Talvez se dê um **impasse** no campo guerreiro, pela impossibilidade de actualizar-se o processo destructivo da guerra, e, então, a competência entre as ideologias se dê no campo das realizações, merecendo a vitória aquêle que mais bem fizer ao ser humano, incluindo-se nesse bem, sobretudo, o direito de ser livre e de ser digno.

Não seria uma ingenuidade sonhar com um possível tão risonho, e se nos acusarem de ingênuos só teríamos que lamentar o nosso êrro. Jamais se poderia desejar tanto que um **êrro** fôsse verdade.

Se analisarmos lògicamente os argumentos proféticos de Marx, veremos que as suas conclusões ultrapassam o

que está contido nas premissas, e que seus silogismos são, conseqüentemente, sofísticos. Primeiro: conclusão da intensificação da riqueza e da miséria não era uma necessidade do capitalismo. Segundo, o desaparecimento da classe média também não se deu; ao contrário, esta fortaleceu-se em muitos países, de forma que esta conclusão também não estava contida nas premissas. Terceiro: que o proletariado se tornaria uma classe revolucionária, desejosa de romper a ordem vigente, e nos países super-desenvolvidos, observa-se o contrário: o proletariado esforça-se por manter a ordem vigente, e contribui com suas fôrças para a defesa desta ordem. São três conclusões desmentidas pela História. Ora, se a conseqüência desmente as premissas, é porque ela necessàriamente não estava contida naquelas. Não há dialéctica que destrua os fundamentos da Lógica. Nem os factos os destroem, pois êstes, para os que realmente conhecem Lógica, jamais negam as suas leis. Quem duvidar que dedique uma boa parte do seu tempo ao estudo da Lógica nos autores realmente credenciados, e verificará o acêrto do que dizemos. Quando alguns cientistas, em sua precipitação, afirmam que os factos desmentem a Lógica, apenas revelam desconhecê-la. Sôbre a validez dêsses nossos argumentos, basta ler o que já escrevemos em nossos livros especializados. A Lógica é como a Matemática; suas operações são absolutamente certas; êrro pode haver no operador, não na operação.

* * *

Os libertários acusam o marxismo de ter prejudicado mais o ideal socialista do que beneficiado, e entre estas críticas, alinham-se as seguintes:

11) a crítica de Marx ao capital abriu os olhos da burguesia, que deu uma guinada para outros rumos, fomentando a criação de uma classe média maior e mais sólida, e também criando assalariados privilegiados, como também utilizou o **lupen proletariat** (o operário em andrajos), para servi-lo nas lutas sociais, como se viu no nazismo, recrutando, nas mais baixas camadas do proletariado alemão, os seus SS, que foram o terror do seu próprio povo e do mundo inteiro. A êsses famintos, deu--lhes a sopa militar: a êsses corpos em andrajos, deu-lhes

a farda; a êsses espíritos desprestigiados, deu-lhes o prestígio do poder, da autoridade. E ei-los servis e obedientes a realizarem tôdas as brutalidades que a imaginação patológica dos seus chefes poderia criar. Vimos, no nazismo, um dos exemplos mais extraordinários da mobilização dos miseráveis para servirem de terror organizado contra qualquer tentativa de oposição. A história de todos os países conta factos semelhantes, e em tôdas épocas êsses mesmos miseráveis serviram para aumentar o poder dos opressores. Marx sentia certa repugnância pelo **lupen proletariat**, e os marxistas sempre viram nêle, ao lado dos delinqüentes de tôda espécie, os elementos dispostos a se venderem ao inimigo de sua classe, em troca de ínfimas vantagens.

Se a tese de Marx fôsse verdadeira, referente à intensificação da riqueza e da miséria, teria a burguesia ainda uma vantagem: a de poder dispor de um número ainda maior de **lupen proletariat.** Os libertários afirmam que Marx ensinou aos burgueses a conveniência de manter o **lupen proletariat**, para poder, dando-lhe a sopa militar, a farda e o prestígio da autoridade, tornar os instrumentos de opressão dos próprios irmãos de classe.

E dizem, até, que a burguesia deixa permanecer em seu seio grandes camadas de miseráveis (favelados, por exemplo), para ter sempre uma reserva à sua disposição para as grandes guinadas políticas, em que possam necessitar de fôrças para destruir aquêles que ameaçam o seu poder.

Quando apresentemos a nossa análise do marxismo, teremos oportunidade de alinhar outras críticas, que os libertários fazem a Marx, a ponto de alguns dizerem que o capitalismo devia canonizá-lo como **São Marx**, porque êle prestou mais serviço à burguesia do que ao proletariado.

12) A revolução social, para Marx, é um período de transição, porque ela deve tender, **imediatamente**, para a sociedade sem classes, para o deperecimento imediato do Estado. Os marxistas garantiam que o deperecimento do Estado se processaria no dia imediato à vitória da revolução e gradativamente crescente até à sua eliminação total. Ora, tal não se deu. Na parte onde analisamos a teoria marxista do Estado, estudaremos êste tópico com

mais proficiência, e também apresentaremos a crítica libertária a essa tese, que se fazia antes da revolução russa.

13) A revolução social preconizada por Marx seria violenta, porque a burguesia não iria abdicar dos seus direitos sem luta.

Os marxistas não se interessam pelos problemas pròpriamente éticos da História, nem têm preocupações éticas em relação aos seus actos. Não lhes interessa saber se deveriam agir assim ou de outro modo, segundo normas. Considerando-se científicos, o que lhes preocupa são os factos e as conseqüências que decorrem das causas.

14) O marxismo não admite que possa o capitalismo reformar-se, e considera que tenderá, fatalmente, ao maior poder da burguesia, o que tem sido desmentido pela História e, sobretudo, na época cesariocrata em que vivemos.

Contudo, Marx, três anos antes de sua morte, numa carta que escreveu a Hyndman (8 de dezembro de 1880), admitia que a **revolução na Inglaterra não era necessária, mas apenas possível.**

15) Marx não previu o fascismo, nem Lenine tampouco. Quando os fascistas se apossaram do poder na Itália e na Alemanha, os comunistas nada fizeram para impedi-lo. Posteriormente, apoiaram até os nazistas na luta contra a França e a Inglaterra, em que muitos comunistas serviram de espiões em favor dos nazistas.

Einstein, certa vez, declarou que de todos os grupos organizados da colectividade, o único que opôs alguma resistência séria foi a Igreja. Se o fascismo era a última etapa do capitalismo, como o afirmavam os marxistas nessa época, porque não lutaram contra êle como deviam, senão, depois, quando militarmente atacados?

16) A doutrina marxista é uma doutrina paleotécnica, e corresponde a uma visão revolucionária própria dessa época. Não previu as possibilidades do capitalismo, que até então tinha como clientela a nobreza, a burguesia e, quando muito, a classe média. O proletariado

era um consumidor de pequena importância. O desenvolvimento da indústria e do comércio teria que provocar a competência entre os grupos econômicos, já que o monopolismo, próprio da nobreza, levar golpes definitivos com o advento da democracia. A livre iniciativa é contrária ao monopólio, e já demonstramos que o monopólio não é genuìnamente capitalista. A competência levou o capitalismo a procurar novos clientes, e a tornar o proletariado consumidor importante, levando-lhe às mãos productos acessíveis a essa classe de pouco poder acquisitivo. Essa mesma possibilidade estimulou, no proletariado, o desejo de aumento de salário, o qual, trazendo o aumento do custo de producção, obrigou a burguesia a encontrar soluções técnicas, que permitissem um aumento da productividade e uma diminuição daquele custo. Tais factos fomentaram, no proletariado, uma tendência permanente para penetrar no mercado como consumidor. A burguesia conseguira, assim, encontrar um novo cliente, e de uma importância inesperada. E à proporção que o proletariado se tornou consumidor, tornou-se mais exigente quanto ao seu poder acquisitivo. Para aumentá-lo, era mister diminuir o custo de producção, já que a solução do aumento dos preços não era possível em face da concorrência. Novos investimentos técnicos, a mobilização dos técnicos para auxiliar a producção, dos inventores e, com o advento da electricidade, a dos cientistas para criarem melhores condições técnicas de producção, trouxeram como conseqüência, melhoria constante do padrão de vida do proletariado. Nada disso foi previsto por Marx.

17) O aumento do desemprêgo, como conseqüência da miséria constante da massa trabalhadora, também não se deu na proporção que Marx previa. Ao contrário, a burguesia soube diminuí-lo, e uma organização de seguros sociais garante a subsistência do desempregado em condições melhores do que o empregado dos países socialistas, como se vê nos Estados Unidos, onde um desempregado recebe um salário muitíssimo superior ao do proletário russo.

18) Marx não previu a ingerência do Estado na Economia, o intervencionismo estatal, que tem usado muitos meios em benefício dos trabalhadores e realizado obras

que asseguram algumas vantagens para êste, em detrimento, de certo modo, dos capitalistas. Note-se, por exemplo, o seguro contra o desemprêgo, que é pago em maior escala pelos capitalistas, de modo que as vantagens directas, que êstes possam ter no desemprêgo, são compensadas por desvantagens indirectas.

19) Muitos consideram a teoria do valor de Marx como um dos pontos fundamentais da sua doutrina, o que realmente é. Como vimos, a teoria do valor de Marx é fundada na teoria do valor-trabalho de Ricardo. Já estudamos a nossa teoria do valor, dentro da concepção concreta do que chamamos **crono-renda** do trabalhador. Nem sempre o lucro do capitalista é producto de uma **plus-valia** à custa do proletário, mas de uma **minus-valia** quanto à **crono-renda**, e em favor do trabalhador.

20) Engels, no fim de sua vida, ao observar que a miséria da Inglaterra em vez de aumentar diminuía, e que a situação do proletariado melhorava, terminou por afirmar que tal se dava, porque a Inglaterra explorava todo o mundo, e atacou o proletariado inglês de se tornar burguês. Marx acusara o capitalismo de proletarizar a classe média, e de empobrecer cada vez mais os trabalhadores, e Engels, depois, acusou a burguesia inglêsa de converter os trabalhadores em burgueses. Ora, isso não fôra previsto por Marx. Êsse melhoramento da classe trabalhadora não se deu apenas na Inglaterra, mas também em outros países, como os Estados Unidos. Explicavam os marxistas esta melhoria porque tais nações eram imperialistas e colonialistas. Não nos consta, porém, que a Suíça, a Suécia, a Dinamarca, a Noruega, o Canadá, e a Alemanha tenham colônias...

21) Hegel afirmava que nossas idéias eram determinadas pelos nossos interêsses nacionais e tradições, e Marx, pelos nossos interêsses e condições econômicas.

22) Enganam-se os que desejam emprestar a Marx a autoria do socialismo, ou que êle pretendesse tal título. Equivocou-se Toynbee quando afirmou que Marx se julgava o criador do socialismo. Em tôda a sua obra, estão expressos os postulados e teses socialistas, que êle aproveitou para a sua grande síncrese. A verdadeira contribuição de Marx foi a de tentar dar ao socialismo

um método científico e torná-lo científico. Se a aceitação da inevitabilidade da revolução social e do advento do socialismo, através da ditadura do proletariado, é uma doutrina que se assemelha à concepção apocalíptica messiânica judaica, com troca apenas dos personagens, tal afirmativa só poderia valer quanto às actualizações de Marx, não quanto ao socialismo, porque tôdas essas concepções já eram aceitas antes dêle, e por socialistas que não tinham qualquer origem judaica.

23) Marx não considerou a importância dos factôres fortuitos na História, porque desejava ver, nos factos que ocorrem, uma direcção dada pelo factor econômico, predominante e decisivo. É verdade que Engels afirmou, no fim de sua vida, que nem êle nem Marx haviam dado ao factor econômico êsse poder absoluto, e que havia factos, na História, que não poderiam ser explicados por êles, e que tôda tentativa em fazê-lo seria ridícula. Contudo, os marxistas, que são mais marxistas do que Marx e Engels, continuam afirmando a irreductibilidade de uma lei férrea. Mas, o que desejamos salientar é o pouco caso, ou nenhum, que o marxismo dá aos factos fortuitos, de tanta importância na História. Há acontecimentos que são o producto de causas essencialmente ordenadas, como a gestação de um ser vivo, e há outros que são o producto de causas accidentalmente ordenadas, como uma telha, que, caindo de um prédio, mata um cão que passa. Na gestação, o sêmen tende a realizar tôda a operação que leva a actuar de modo a realizar-se o surgimento do novo ser, de forma igual ao do procriador. Mas, na telha que cai, esta não tem a finalidade de matar um cão, nem o cão se move pelo local, tendendo a receber sôbre si uma telha, que vai cair. Tais factos são chamados ocasionais, ou fortuitos. Pois bem, a fortuidade tem um papel importante na História, como se vê na destruição da frota de Xerxes por um temporal, que muda a direcção dos acontecimentos da guerra entre gregos e persas; a destruição da **Invencible Armada** por um temporal, e que teve tão grande papel para os acontecimentos futuros, e a seqüência dos factos que se desenrolaram na Inglaterra; a pequena partícula de areia que provocou a uremia de Cromwell, hoje fàcilmente solúvel, mas que deu uma conseqüência diferente aos possíveis se êle so-

brevivesse à doença; a morte prematura de Alexandre, que trunca completamente o destino do helenismo, e muitos outros, pois poderíamos citar centenas, tiveram um papel importante nos acontecimentos futuros, mudando o curso da História.

Demos acima algumas das teses e dos postulados do marxismo, e o fizemos com a máxima exacção, sem caricaturizarmos o seu pensamento. Dêste modo, oferecemos uma visão sintética, que permite daí partir para a análise, seguindo a orientação do nosso método dialéctico-concreto.

* * *

Damos, abaixo, a síntese oferecida por Bukharin, filósofo do marxismo, caído depois em desgraça, mas cuja obra, neste ponto, é ainda o pensamento dos actuais detentores do poder na Rússia, e foi publicada em seu livro "ABC do Comunismo":

Crítica comunista do capitalismo:

1) Características do regime capitalista: a) economia mercantil; producção para o mercado e não apenas para satisfação das necessidades da família (economia familiar e feudal), nem tampouco para uma clientela até certo ponto fixa, com encargo prévio (economia urbana ou comarcal).

b) **Monopólio capitalista dos meios de producção;** o trabalhador não é proprietário dos meios de producção, como na economia familiar, na feudal e na gremial monopolizada da Idade Média; não pode mais trabalhar directamente para os consumidores; vê-se obrigado a fazê-lo para o empresário capitalista, a quem vende sua fôrça de trabalho; separação, pois, entre o productor e os meios de producção, entre o capital e o trabalho e, portanto

c) **trabalho assalariado:** no sistema escravocrata, comprava-se e vendia-se o próprio homem; aqui, pessoalmente, o operário é livre, mas se escraviza pela fome (escravidão do salário), e compra-se e vende-se a sua fôrça de trabalho (trabalho — mercadoria).

2) **Exploração da classe trabalhadora:**

a) o capitalista emprega operários assalariados, visando a um ganho ou proveito. Em vez da circulação simples das mercadorias (mercadoria — dinheiro — mercadoria), que tem por fim a satisfação da necessidade, entra, com a producção capitalista, a circulação do dinheiro como capital (dinheiro — mercadoria — dinheiro), que tem por finalidade o lucro.

b) Para obter o lucro, o capitalista compra a mão de obra (não o valor produzido), avaliada em subsistências (importe da manutenção da fôrça — trabalho).

c) Mas a fôrça-trabalho produz um valor muito maior do que as subsistências ou o importe de sua manutenção. A diferença entre o valor produzido em mercadoria e o cobrado para subsistência, constitui um **plus** valor, **plus-valia**, ou sôbre-valor, o ganho do capitalista...

A producção capitalista é como uma bomba aspirante, que serve para extrair a **plus-valia.** Cada movimento da circulação "dinheiro-mercadoria-dinheiro", em outros têrmos, a transformação "capital monetário-capital industrial-capital mercantil-capital monetário", é como um golpe de êmbolo que arrasta consigo uma quantidade de **sôbre valor** proporcional ao de **sôbre trabalho** (o qual é constituído pelas horas de trabalho excedentes). É de notar, observa Marx, que o sistema escravagista dava a impressão de que a totalidade do trabalho do escravo se invertia a favor do senhor, enquanto o sistema capitalista dá a impressão de que o trabalho do operário se inverte em seu próprio favor. Bem analisados os factos, ambas impressões são falsas; porque o senhor devia manter o escravo com o producto do trabalho dêste, e, ao contrário, o capitalista se apropria de um sôbre trabalho do obreiro não remunerado.

3) **O Estado capitalista:**

a) o processo de absorção da **plus-valia** só se mantém pela organização estatal. O Estado é uma associação de capitalistas. Os ministros, altos funcionários e deputados são, nos grandes Estados de tipo capitalista, os próprios capitalistas (latifundiários, empresários, banqueiros e seus servidores bem remunerados, advogados, diretores, professôres, generais, bispos).

b) **O fim da organização estatal** é: 1) reprimir os movimentos de insurreição obreira; assegurar a exploração imperturbada da classe proletária; reformar o sistema de producção capitalista; 2) combater os outros Estados competidores na repartição da **plus-valia.** Olhar sempre pelos interêsses do capital.

c) **Instrumentos de que se vale:** 1) de coerção material: exército, polícia, cárceres, tribunais, e seus órgãos subsidiários; espiões, agentes provocadores, sicários; 2) de escravização espiritual: escola do Estado, Igreja do Estado, imprensa do Estado.

4) **Vícios de constituição interna.** (Contradições no regime capitalista) é fatal a sua ruína, em virtude do processo (dialéctico-hegeliano) da evolução histórica, segundo a fórmula: negação da negação (cada grau do ser e do conhecer é a negação de seu precedente, e leva, em seu seio, a negação de si mesmo, como germe de uma forma ulterior: a producção capitalista — negação da propriedade privada do trabalhador — leva em seu próprio seio o germe do estado socialista do futuro);

a) anarquia da producção; emprêsas independentes; luta pelo mercado (concorrência); super-producção (crise pletórica periódica); o sistema de producção em rebeldia contra o sistema de troca, por defeito do poder acquisitivo das massas;

b) acumulação de capitais, por absorção constante de **plus-valia,** e concentração de indústrias e emprêsas, por eliminação de competidores, vítimas de concorrência;

c) empobrecimento progressivo das massas obreiras e crescente antagonismo de classes, em número e em teor de vida. As sociedades anônimas, os trustes e os Estados, apoderam-se das grandes emprêsas de producção e de comércio. Mas o próprio estado actual não é outra coisa do que uma máquina capitalista. Vai convertendo-se em capitalista universal, em universal explorador do cidadão. Todos os operários ficam convertidos em proletários. A contradição alcança seu ponto culminante. O choque é inevitável. O capitalismo cavou a sua própria fossa.

5) **Solução fatal:** a) ditadura do proletariado. O proletariado, pela revolução comunista (guerra civil), apossa-se do poder público, e transforma em propriedade social todos os meios de producção. O capitalismo lhe terá facilitado esta emprêsa, porque não só produz seus próprios inimigos e os conduz à vitória comunista, como também cria a base econômica (producção centralizada) para a realização do regime comunista.

b) Passagem da ditadura do proletariado (estado operário ditatorial) à sociedade comunista, sem anarquia na producção, nem concorrência, nem crise, sem antagonismos de classe, sem Estado, com direcção central nos distintos escritórios de contabilidade e nos de estatística, com distribuição no comêço provàvelmente, segundo o trabalho prestado, mais tarde, simplesmente, segundo as necessidades dos cidadãos, dos companheiros.

OS SISTEMAS SOCIALISTAS

Os bens podem ser de consumo ou productivos. Os primeiros são aquêles que se destinam apenas à satisfação das necessidades, e nelas se consomem, enquanto os segundos servem para produzir outros bens, como os instrumentos e máquinas, que tomam o nome genérico de **meios de producção.**

Em face da propriedade dos bens de consumo e de producção, distinguem-se as diversas escolas e doutrinas socialistas, o que permite, neste ponto, a seguinte classificação:

1) Negação de tôda e qualquer propriedade sôbre os bens de consumo e de producção é o que prega o **comunismo negativo. Tudo de Todos, nada de Ninguém,** é o lema dêsse socialismo. Cada um retirará do montante da producção, e se apoderará dos bens **necessários** à satisfação de sua necessidade, sem que ninguém tenha direito de impedi-lo. Argumenta-se contra êsse socialismo o seu exagêro utópico e o seu postulado fundamental, que acredita na extrema bondade humana, de modo que **ninguém** se apoderaria de mais do que necessita e apenas do que lhe é necessário.

2) Negação de tôda **propriedade privada,** tanto quanto dos bens de consumo como dos de producção, mas admite a **propriedade pública,** devendo todos entregar os bens produzidos e os meios de producção à comunidade, que os repartirá segundo as necessidades de cada um. Foi experimentado em Creta e Esparta, e teve, no ocidente europeu, inúmeros partidários e propagandistas, como vemos na obra de Thomas Morus, Campanella, Babeuf, Saint-Simon, Cabet, Fourier e Owen, com variantes accidentais. Modernamente, é defendido apenas por peque-

nos grupos anarquistas, de menor importância. Essa doutrina é chamada de **comunismo positivo absoluto.**

3) Negação da propriedade privada de alguns bens, não todos, e aceitação da propriedade pública. Os bens de consumo seriam de propriedade privada, enquanto pertenceriam à comunidade os bens de producção. Esta doutrina toma o nome de **comunismo positivo moderado,** e se divide em **anarquismo** e **colectivismo** (os católicos chamam de socialistas aos colectivistas). É mister aqui considerar que, neste ponto, há uma grande controvérsia, em conseqüência de não se ter uma definição nítida do que seja pròpriamente socialismo, porque os anarquistas se consideram socialistas libertários, dando ao socialismo o sentido genérico de tôda doutrina e de tôda acção que se preocupa, directamente, com o bem comum. Nesse amplo sentido, incluir-se-iam no socialismo, a democracia, o fascismo, o nazismo, etc. Sôbre êste ponto, volveremos a tratar oportunamente, quando tenhamos precisado outros aspectos do socialismo. Para evitar essa confusão, preferimos chamar a tais comunistas de **colectivistas.**

O ANARQUISMO

Inegàvelmente, o anarquismo é a doutrina social sôbre a qual pairam as mais desencontradas informações. Também não houve nenhuma doutrina que apresentasse tantos motivos de divergência, e isso se deve ao facto principal de terem os anarquistas defendido inúmeras posições, algumas até opostas. Uma classificação, que tentamos fazer do anarquismo, levou-nos a encontrar cêrca de seis dezenas de posições distintas. Não nos é possível examinar, por ora, a longa classificação, que exigiria obra especial. Queremos apenas salientar os aspectos gerais.

Em primeiro lugar, o anarquismo não é uma doutrina, nem uma filosofia, mas uma **atitude.** Em suas linhas gerais, parte da aceitação de que o homem é um animal que revela a máxima autonomia, superando qualquer outro. Não estabelece o anarquismo se a origem do homem é natural ou divina, ou se é parte natural e parte divina. Não estabelece se há ou não um princípio espiritual no homem, nem submete sua posição a postulados meramente filosóficos, ou teológicos, etc. O ponto de partida do anarquismo é que a autonomia humana revela que é êle um ser que alcançou a liberdade, sem se ater, precisamente, em se essa liberdade tem uma origem natural ou sobrenatural. Todos êsses temas podem discuti-los os anarquistas, aceitando ora uma tese, ora outra, porque consideram que tôdas as questões filosóficas, teológicas e científicas são questões abertas, e que não se encerrou ainda a pesquisa humana em tôrno do saber mais profundo das coisas. Êste ou aquêle anarquista pode aceitar esta ou aquela posição, porque é livre para aceitá-la ou rejeitá-la. É da essência do anarquismo o respeito à liberdade de pensamento de cada um, e não estabelece dogmas de nenhuma espécie, podendo cada um aceitar os que

quiser, defender, discutir e até acusar outros dos quais divirja. O fundamental é a aceitação da liberdade humana e da capacidade que revela o homem de aumentar o seu conhecimento. Como essa autonomia é a mais alta perfeição do homem, e ela implica, necessàriamente, um grau de intelectualidade, de racionalidade superior, que não têm os animais, o ideal anarquista supremo é dar ao homem a plenitude do acto humano, que possa êle realizar-se em seu maior grau de perfeição. Como, naturalmente, essa perfectibilização encontra obstáculos, deseja o anarquismo uma forma social em que tais obstáculos sejam afastados, a fim de não criar embaraços ao desabrochamento do que há de mais elevado no homem. O primeiro obstáculo que encontra o homem moderno está no Estado, e sua organização burocrática e política, e na propriedade, razão pela qual os critica, analisa e combate, segundo variâncias accidentais. Embora essencialmente **todo anarquista seja contrário ao monopólio de poder do Estado,** opõe-se a todo **liderismo mandonista,** e exige a **máxima responsabilidade de todos em relação ao bem social** e estabelece uma **ética rigorosa,** porque a **única coacção que admite é a ética.**

Quanto aos bens, considera que os de consumo e os de producção devem caber à comuna ou municípios, ou às associações livres de productores independentes entre si. Os membros dessas comunas ou associações livres, federadas em grandes organismos, produzirão, e possuirão todos os bens em comum, que serão distribuídos, eqüitativamente, tendendo sempre a alcançar uma base de producção, que assegure "a cada um segundo as suas necessidades, e de cada um segundo a sua capacidade", que é uma máxima anarquista, aceita depois pelos comunistas bolchevistas. O anarquismo é também chamado de socialismo comunalista, socialismo comunista, e também como uma espécie de socialismo libertário, já que combate tôda autoridade absoluta.

Dêsse modo pode um cristão ser anarquista, como o foi Tolstoi, um materialista como Jean Grave, e muitos espiritualistas são anarquistas também.

Combate todo poder central, até em suas federações. O organismo, que centraliza as funções, não centraliza o poder, mas apenas é um órgão de função estatística, de

estudos dos problemas gerais, e que propõe soluções que atendam aos interêsses mais vastos. Quanto ao funcionamento da actividade pública, o anarquismo considera o Estado apenas a sociedade organizada, e combate a **acção indirecta,** que é a política, para aceitar apenas a **acção directa** das organizações sociais, de modo que todos participem dos trabalhos administrativos, a fim de evitar o carreirismo político e a burocracia. Os representantes do povo são apenas delegados, com missão determinada prèviamente pelos organismos que os nomeiam, e são constantemente substituídos, para evitar o carreirismo, e também permitir que todos possam participar das funções sociais e administrativas, com o intuito de tornar a todos aptos às funções sociais de tôda espécie (**mandato imperativo**).

Vamos reproduzir uma passagem de Kropotkine (príncipe russo, famoso naturalista, que se tornou um dos apóstolos do anarquismo) constituída de uma nota do seu livro "L'État, son rôle historique", publicado na França, em 7 de março de 1896:

"Através dos séculos, duas tendências distintas se manifestam e lutam em tôda parte: a tradicção **romana** e a **popular;** a **imperial** e a **federalista;** a **autoritária** e a **libertária.** Nas vésperas da revolução social, as duas tradicções enfrentam-se de novo. Entre uma e outra, sempre em guerra — a tendência popular por uma parte e a das **minorias sedentas de domínio político e religioso,** por outra — sabemos perfeitamente a que nos atermos. Adotamos a que impulsionou os homens do século XII a organizarem-se sob a base do **livre acôrdo,** da **livre iniciativa** e da **livre federação,** deixando que se aderissem como ostras os outros à tradição **imperial, romana** e **canônica.** Não é a História um exemplo de revolução permanente? Em muitas ocasiões uma zona determinada estacionou para volver a seu curso noutra parte. Egito, Ásia, as costas do Mediterrâneo e a Europa Central foram, alternativamente, cenários de evolução histórica; mas a evolução iniciou-se sempre pela fase da **tribo,** para seguir com o **povoado** e a **cidade livre,** e terminar com a morte, quer dizer, com o **Estado.** No Egito inicia-se a civilização na tribo, passa à colectividade de povoados e cidades livres, mas desemboca no Estado, que, após um

período florescente, procedente da vitalidade do anterior, produz a morte. A evolução assinala-se na Síria, na Pérsia, na Palestina, e passa pelas mesmas fases até que morre. O eixo da civilização se translada para a Grécia, e ocorre o mesmo. Nas cidades, alcança a civilização as mais altas expressões; mas o Oriente tem tradicções despóticas e alento de peste. Cria-se, mediante guerras e conquistas, o império de Alexandre da Macedônia, entroniza-se o Estado, torna-se um polvo gigantesco e mata a civilização. Em Roma, achamos a tribo e suas origens, e produzem-se os mesmos fenômenos na evolução, até chegar ao apogeu da civilização, que morre com o Império, com o Estado.

Entre as ruínas do Império Romano, as tribos volvem a iniciar a sua acção civilizadora: celtas, germanos, eslavos, escandinavos. A tribo elabora, lentamente, suas próprias instituições para chegar à associação local, e tarda em dar um fecho até o século XII.

Surge, então, a cidade republicana, e produz-se uma eclosão do espírito humano, como observamos no desenvolvimento grandioso da arte, nos monumentos, nas belezas arquitetônicas, nos descobrimentos, que representam a base das riquezas naturais; mas o Estado volve a actuar e sobrevém a morte. A morte e a vida, depois no curso da evolução incessante, destroçados os Estados, começa de novo a vibrar a vida em diversos lugares, impulsionada pela iniciativa dos indivíduos e dos grupos, completada mediante livre acôrdo dos participantes. Pois bem; o Estado se compraz, esmagando a vida individual e local, e apoderando-se de suas possibilidades de desenvolvimento, invadindo o terreno da iniciativa, e provocando guerras para ocupar o poder, fazendo revoluções artificiais, que só terão o efeito de mudar tiranos. À espera do fim de tal corrente está a morte. Escolhei!"

Os períodos chamados clássicos, quando o Estado todo poderoso imprime um auge ao progresso, como com Augusto em Roma, com os Raméssidas no Egito, com Alexandre na Grécia, é o comêço do **grande finale.** Aí tudo o que a cultura anterior havia realizado constitui a civilização no seu grande momento ascensional. Mas a capacidade de criar está estancada. O brilho dessa época é o resultado final da soma dos esforços realizados.

Assim o sentiu Spengler. Começa aí o outono, que anuncia o longo inverno que se aproxima da morte. Não aceitam os anarquistas o império do Estado, mas apenas a federação das comunidades livres. Só a liberdade é criadora, porque o acto de criar é um acto livre, do contrário é apenas uma ordenação mecânica de causas e efeitos.

Demos, assim, uma rápida notícia dessa doutrina, sôbre a qual volveremos a tratar em outras passagens desta obra. Continuemos, pois, a estudar as outras posições socialistas.

O **colectivismo,** que toma também o nome de **socialismo,** e que se intitula ainda **democracia social, socialismo nacional,** etc., só admite a propriedade do Estado e não das comunas, nem dos indivíduos. Ao Estado cabe organizar a producção e a regular o consumo.

Como exemplo dêsse colectivismo, temos o **comunismo bolchevista,** que predomina na Rússia. Essa doutrina estabelece uma crítica da sociedade capitalista, e afirma que, de sua corrupção, deve sobrevir, inevitàvelmente, o regime comunista, como vimos há pouco.

Há, ainda, outras espécies de colectivismo, como o **socialismo agrário,** que preconiza apenas a socialização da propriedade rural; o **socialismo de Estado,** pelo qual o Estado legisla sôbre o trabalho, determinando a duração do jornal e do salário, nacionaliza bancos, emprêsas industriais, vias férreas, meios de transporte; em suma, em que o Estado intervém em tôda a vida econômica e civil. Êste socialismo também é chamado de **reformista** e foi defendido por marxistas reformistas.

O **socialismo anarquista,** também conhecido por **sindicalismo revolucionário,** é a doutrina que caracterizou a C.G.T., a famosa Confédération Géneral du Travail da França; e a C.N.T., espanhola, Confederación Nacional del Trabajo, sob a influência da F.A.I., Federação Anárquica Ibérica, que teve um grande papel na Revolução Espanhola, formando as mais aguerridas e decisivas milícias populares, que realizaram a famosa defesa de Madrid, quando o govêrno socialista de Largo Caballero, junto com os comunistas, abandonava a capital aos franquistas, e fugia para organizar o govêrno em Valência.

O CONCEITO DE SOCIALISMO

Como já salientamos, em tôrno dêste tema há uma discordância extrema, e os próprios socialistas não conseguem dar uma definição clara do que realmente é. Schaeffle, em sua obra "Quintessenz der Sozialismos" diz que o que o caracteriza é a substituição do capital privado ou do sistema de producção privada, regulada ùnicamente pela livre concorrência, pelo **capital** colectivo único, ou seja por um sistema de producção mediante o qual se levaria a cabo uma **organização unitária, cooperativa ou social do trabalho nacional.**

O famoso escritor católico Cathrein considera que "socialista é todo sistema econômico que trata de entregar ao Estado a propriedade inalienável de todos os meios de trabalho, e de organizar, mediante o Estado democrático, a producção e a distribuição de todos os bens que até agora foram objecto de comércio e da indústria."

Seria mister, portanto, para maior clareza dos têrmos, distinguir: **social, socialização** e **socialismo.** E embora muitos empreguem tais têrmos como sinônimo são êles distintos. Não é a mesma coisa **negativo-negação-negativismo**, nem **positivismo-positivação-positivismo, nem colectivo-colectivização-colectivismo.**

Diz-se **social** do que pertence à sociedade, enquanto tal, ao que a constitui, a tudo quanto a ela se refere intrinsecamente. Socializar é tornar social o que antes não era, é dar à sociedade ou tomar no sentido da sociedade o que não era. Portanto, dizer-se **social** e falar-se em socializar ou socialização ainda não se fala em **socialismo,** como muitos confundem. Socialismo, como o **ismo já** indica, é um sistema que pretende realizar a socialização na vida humana sob um determinado critério. É preci-

samente neste critério, nessa orientação, que surge a divergência quanto ao conteúdo eidético-noético de tal têrmo. Se consideramos que o critério de socialização pode ser qualquer um, desde que se realize, então socialistas são tôdas as práticas e doutrinas que realizam ou pregam a socialização. Neste caso, todo regime, seja qual fôr, que realize alguma socialização, é socialista. Uma monarquia absoluta, que socialize algum sector da vida administrativa, que torne, por exemplo, de uso social uma determinada floresta, para que todos possam nela caçar, socializa-a, e é socialista quando realiza uma socialização. Ora, nenhum socialista admitiria tal coisa, tal sentido amplo do têrmo socialismo. Neste caso, desde logo se vê que socialismo não significa apenas socializar accidentalmente, mas no sistema cuja tendência é essencialmente ordenada para a socialização. Assim, socialista seria tôda prática ou doutrina que realiza ou prega, por essência e sistemàticamente, a socialização. Mas desde logo se verá que ainda êste conceito não satisfaz pelas razões seguintes:

Para que uma coisa sofra uma acção é mister que essa, por ser inerente àquela, tem de, necessàriamente, ser-lhe proporcionada. Tôda acção é uma modal, e a modal é absolutamente inerente à coisa modificada. Se se fala em socialização sistemática, fala-se na modificação do que antes não estava socializado para o que, depois, será socializado. Conseqüentemente, tôda socialização implica um ser que sofrerá a acção correspondente. Daí decorre que a socialização é uma possibilidade actualizável. Sendo tal, é mister que a coisa a ser socializada tenha no seu acervo potencial essa possibilidade, porque, do contrário, não poderia sofrer essa nova determinação, pois um ser só recebe uma determinação que lhe fôr proporcionada à sua natureza. Do contrário, cairíamos no absurdo de afirmar que um ser pode receber uma determinação que lhe é impossível de ter. Conseqüentemente, a socialização só pode realizar-se sôbre o que é socializável.

Temos, assim, **a lei de proporcionalidade intrínseca** do socialismo (**logos**), que corresponde à **forma** aristotélica: é a prática ou doutrina que realiza ou prega por essência a socialização sistemática.

Mas, conhecer-se apenas a forma não nos permite um conhecimento senão parcial, porque uma coisa é mais conhecida à proporção que conhecemos as positividades das quais ela depende realmente para ser, que toma, no aristotelismo, o nome genérico de **causas**. Assim, conhece-se melhor uma coisa na proporção que se conhecem mais as suas causas.

Como a acção de socializar realiza-se sôbre algo, temos de procurar o sôbre o qual se ordena êsse **logos**; ou seja, a matéria informável por tal forma: a **matéria do socialismo.** Esta não pode deixar de ser senão as coisas já socializadas e as socializáveis. Poder-se-ia dizer apenas as socializáveis, porque o que já está socializado, prova que era socializável.

E que procura socializar o socialismo: as coisas do homem, ou sejam aquelas que dizem relação de dependência com o homem, dêste para com elas e delas para com êle. O socialismo pretende socializar tais coisas. Mas, tôdas, ou algumas? De qualquer forma, o socialismo tem de tender para socializar as socializáveis, em primeiro lugar, pois se houver as não-socializáveis seria estultície ou vão intento tentar socializá-las, e se houver possibilidade de fazê-lo em muitas, pelo menos parcialmente, tal só poderá ser conseguido por meio da violência, e nesse caso será feito de modo não conveniente, mas inconveniente à natureza da coisa. Se assim proceder o socialismo como prática, ou como doutrina, terá êle realizado uma violência, mas vamos partir de que as coisas não-naturalmente socializáveis, para se tornarem tais, terão de sofrer, necessàriamente, uma violência. E aqui já temos o apontar de um dos mais sérios motivos que levam os genuìnamente católicos a se oporem ao socialismo, como ainda veremos.

Mas, para que nossa análise dialéctico-concreta seja proveitosa, é mister prosseguir examinando outros aspectos:

Já demonstramos que socialismo não é a aceitação ou a caracterização do acto de mera socialização. Já vimos que socialismo, por essência, prega a socialização sistemática.

Essa socialização só pode realizar-se sôbre as coisas socializáveis, e as outras, para se tornarem tal, terão de sofrer uma violência que as deturpará em sua natureza, já que esta não é socializável. Portanto, são coisas relativas ao homem as socializáveis. Mas se há algumas que não o sejam, socializá-las será cometer uma violência sôbre elas e, conseqüentemente, sôbre o homem, porque já vimos que a entidade regulável pelo **logos** do socialismo são as coisas do homem, relativas ao homem, portanto que dizem respeito a êle. Se houver dessas coisas relativas a êle, que não são por natureza socializáveis, o socialismo, tentando socializá-las, ou pregando fazê-lo, tenta ou prega uma violência contra a natureza de certas coisas do homem, e conseqüentemente, contra o homem. Mas uma estructuração feita pela lei de proporcionalidade intrínseca sôbre alguma entidade, que pode dêsse modo ser estructurada, em suma, para exercer-se uma acção de informação (no sentido aristotélico ainda) sôbre uma matéria, é mister um agente que actui, e êsse agente é a **causa eficiente**, a causa que faz a socialização do socializável, ou tenta fazer no que não é socializável. Que causa poderia actuar aí? Uma causa sobrenatural, acima da natureza da sociedade humana, ou uma causa natural, um agente, que já está na própria sociedade.

Ora, o socialismo não prega a socialização através de causas sobrenaturais, mas, sim, naturais; portanto, por aquelas que possam estar na imanência da própria sociedade. Nessa sociedade, há os indivíduos e os grupos. A socialização se fará, portanto, por meio do indivíduo ou por meio do grupo, ou pelo actuar combinado de ambos. Como a sociedade tem já um regime jurídico, o que é socializado toma outro modo de ser distinto de o que tinha antes, portanto tem de sofrer uma modificação ou seu regime jurídico. E como essa modificação não pode ser feita a bel-prazer de qualquer indivíduo ou grupo, ela deve ser feita segundo uma norma, para a qual tende a socialização, porque ela não é feita pelo gratuito desejo apenas de se fazer uma coisa diferente do que já é. Quando se socializa alguma coisa, pretende-se, com isso, atingir um fim. E qual o fim da socialização: o mal? Não é isso o que afirmam os socialistas, mas sim o bem. Mas que bem? O bem da sociedade, do colectivo e também do indivíduo. Portanto, o socialismo tendendo para um fim, tôda acção de socialização pende realmente dessa finalidade, que é, pois, no conceito aristotélico, sua causa final. Assim, aristotèlicamente falando, temos devidamente caracterizadas as **quatro causas** do socialismo:

causa formal: socialização sistemática e essencial **(forma ou logos);**

causa material: das coisas relativas ao homem (socializáveis);

causa eficiente: por meio de um agente (cuja discussão e caracterização determina as distinções das diversas doutrinas socialistas);

causa final: com a finalidade de alcançar melhor ordem social, mais benéfica ao homem (ou seja, tomado sob todos os aspectos: individual, colectivamente, etc.).

Para se conhecer agora com mais cuidado o que seja socialismo, só nos resta saber quem é o agente para realizar tal acção. E não é só êste ponto, mas também é mister saber se é justo tentar pela violência socializar o que não é, por natureza e por espontaneidade, socializável. Sim, porque se o socialismo visa ao bem do indivíduo e da colectividade, se pratica uma violência sôbre um ou outro, foge, conseqüentemente, à sua finalidade. Para que, então, socialismo? Para aumentar as desgraças humanas, ou para substituir apenas as actuais por outras novas, ou seja: destruir algemas antigas e velhas para substituí-las por outras novas, mas algemas ainda?

Desde logo se vê que colocado o tema do socialismo como o fazemos, é fácil distinguir uma série de pontos de divergência, que nos explicam o porquê de tantas doutrinas socialistas e das polêmicas que se travam nesse campo.

Contudo, nossa análise prévia ainda não está acabada, e precisamos desenvolvê-la para que disponhamos de elementos suficientes para levar avante novas análises.

O agente do socialismo é, pois, o homem, directa ou indirectamente. Directamente, seria o indivíduo, e como êste poderia desbordar-se em sua acção, todo socialismo tem de admitir que sua acção individual deve estar enquadrada em determinadas normas. Sendo o agente um grupo social, como há vários grupos, poderá êle ser formado pelo grupo familiar, ou pelo grupo estamental (a classe, por exemplo, como o marxismo prega), ou pelo grupo dominante pollticamente organizado, que é o Estado.

De qualquer forma, reconhecem os socialistas que a socialização sistemática implica resistências dos indivíduos e grupos, cujos interêsses criados se opõem aos novos, criados pela socialização. Todo socialista sabe que a socialização não poderá realizar-se por uma acção espontânea, sem resistências. Portanto, aceita: 1) resistência de gradatividade maior ou menor; 2) a acção de socialização, procurando vencê-la, 3) e, finalmente, a necessidade de um **poder.**

Que **poder?** O dos indivíduos congregados em grupos, êstes congregados em estructuras mais poderosas, e a máquina estatal actual ou dominada por um grupo? Pois bem, os socialistas admitem: 1) que se possa realizar a socialização por meios de persuasão, como os reformistas, os que preferem a luta democrática (sabemos que há três meios de realizar as relações sociais: pela persuasão, pela troca de vantagens ou pela fôrça);

2) que se realizará pela fôrça (socialistas revolucionários);

3) não conhecemos nenhum grupo que defenda ser possível o socialismo pela troca de vantagens, pois sendo êle feito às expensas de interêsses criados de outros, terá de prejudicá-los, o que não permitiria tal troca. Só são aceitas como práticas de socialização, a troca de vantagens, nos casos de socialização restricta, como de uma indústria de propriedade privada, que é expropriada em benefício da colectividade, mas com indemnização correspondente ao valor da mesma. No socialismo, como sistemàticamente realizado, tal processo é impossível, e contra a essência do mesmo.

Restam, assim, duas práticas: a por persuasão e a pela fôrça (ou pela violência). A segunda implica o rompimento de uma resistência, o não reconhecimento de um direito anterior aceito, a derrogação, pela fôrça, de um estatuto jurídico.

A persuasão será feita pelo convencimento dos opositores de que devem ceder à socialização sistemática, já que os que aceitam não precisam mais serem persuadidos. A forma democrática afirmaria o princípio de que a vontade da maioria, expressa na forma da lei, seria suficiente para derrogar um direito anteriormente estabelecido. Nesse caso, embora houvesse oposição à nova norma, o direito de a maioria regular as normas sociais seria a afirmação de que tôda oposição se tornaria uma violência contra a lei. Contudo, quanto à justiça de tais medidas, há controvérsias, porque a retroactividade da lei ofedenderia o conceito de justiça, pelo menos como é aceito na sociedade ocidental. Não poderemos entrar aqui na análise dêste tema, mesmo porque não é essencial para o que desejamos examinar, já que se referiria a um aspecto mais accidental do tema, pois o que pretendemos alcançar é o conceito claro de socialismo, e não o queremos fazer sem partir da análise que se impõe.

Referente ao socializável, teríamos de considerar: 1) as relações humanas; 2) os bens de consumo; 3) os meios de producção.

Desde logo se vê que há aí divergências notáveis. Quanto às **relações humanas,** e nesse conceito amplo incluímos **tôdas** as relações do homem, inclusive as com o que o transcende, e com o que constitui a sua imanência. Pergunta-se, então: são tôdas socializáveis? A resposta só pode ser uma: não. A relação da mãe com o filho não é socializável, nem a do marido e espôsa, nem a da pessoa humana com a divindade que aceita. A Igreja,

neste ponto, não poderia aceitar a socialização. São socializáveis os bens de consumo? Os de que o homem necessita **directamente** para sua satisfação, só **directamente** podem atendê-lo. Poder-se-ia socializar a distribuição dos bens de consumo, mas êstes, quando satisfazentes da necessidade individual, se individualizam numa relação directa com o indivíduo, porque ninguém se alimenta socialmente, mas individualmente. A aceitação da socialização dos bens de consumo seria um absurdo sob certo aspecto, embora uma possibilidade sôbre outro, ou seja: o da sua socialização actual para uma individualização potencial. Mas, como o socialismo depende da sua finalidade, é mister que tal socialização seja apta a realizar tal finalidade: ou seja, não seria justificável fazer uma socialização dos bens de consumo se tal procedimento resultasse desvantajoso em sentido social e individual, ou apenas vantajoso para uma parte com desvantagem para outra. Ora, não consideram todos, inclusive os socialistas, que tal procedimento seja vantajoso, pois muitas experiências demonstraram que pode até prejudicar mais vastamente do que se pensa, como se tem verificado nos chamados países socialistas, onde tal socialização tem trazido diminuição da colectação dos bens de consumo. Sôbre êste ponto, há trabalhos especiais, e seria longo enumerar, aqui, por ora, as experiências feitas. As queixas contra tais procedimentos estão contidas nos próprios relatórios dos dirigentes russos, que apontam constantemente que não foi possível regular, como se desejava, êste sector, sobrevindo, ao contrário, uma carência ainda maior, razão pela qual muitas vêzes se viram obrigados a volver à economia de mercado, e permitir que o abastecimento se processasse por meios semelhantes aos usados pelos capitalistas.

Quanto à socialização dos meios de producção, também os resultados não foram compensadores, pois a producção não só encareceu como minguou, e não conseguiu atingir a quantidade, nem a qualidade, nem o custo, que a forma capitalista oferece. Contudo, palmilhamos um campo onde as discussões e as análises são muito amplas, e seria impossível, por ora, abordar o que se tem verificado aqui.

Os socialistas quanto à socialização dos meios de producção apresentam divergências: 1) uns afirmam que se devem socializar sòmente os meios de producção empresariais das grandes unidades econômicas de producção, deixando livres as artesanais, as cooperacionais e as familiares; 2) outros pretendem socializar tudo de modo absoluto; 3) outros, enfim, que devem apenas ser socializados aquêles meios de producção que realmente convenham à sociedade, deixando para a actividade privada, individual ou colectiva, os outros.

Quanto ao agente da socialização, afirmam os socialistas: 1) uns, de que só é admissível, sendo realizada pelo Estado, ou dêste dominado por um grupo social poderoso (uma classe, por exemplo, a proletária; 2) outros, pelo Estado segundo as normas democráticas; 3) e ainda outros, pelos grupos livremente organizados, como o pretendem os anarquistas.

Quanto ao emprêgo da violência, os socialistas afirmam: 1) uns, que deve ser empregada porque os fins justificam os meios; 2) outros, que não deve ser empregada, mas sim a persuasão; 3) ainda outros, que só deve ser empregada nos casos de manifesta justiça.

Ora, desde logo se vê que o socialismo funciona em relação directa e dependente do fim, e que êste implica um critério de **justiça.** E tanto é assim que todos os socialistas afirmam que a socialização se impõe por um motivo de justiça social.

Contudo, é mister distinguir os socialistas deterministas de os socialistas arbitristas. Para os segundos, o socialismo será o resultado de um acto de vontade e de liberdade; para os primeiros, será uma conseqüência das condições da sociedade actual capitalista, que, devido às suas internas **contradições,** gerará a acção que romperá (revolucionàriamente, portanto) a ordem vigente, para estabelecer outra. Para êstes, o socialismo é apenas uma conseqüência fatal do capitalismo.

É fácil agora compreender essa bifurcação: se o socialismo é o resultado de um acto de vontade e de liberdade, sua justificação se fará se realmente representa êle um benefício para **todos.** Neste caso, é mister provar

que o regime no qual vivemos não atende o interêsse humano, e mais: que ofende os direitos naturais do homem, representando uma injustiça inominável. Ademais, é mister que o que se propõe sane tais defeitos, e represente uma acção justa, que não implique a substituição apenas de uma injustiça por outra injustiça, o que tornaria o socialismo vituperável. Para a posição determinista, a **justiça** seria de carácter secundário (embora nunca esqueçam de apelar para ela), pois o socialismo advém como uma conseqüência incontrolável e fatal de um processo evolutivo, que pode ser retardado, não, porém, imediato.

Quanto ao agente, os que defendem a acção estatal afirmam que só esta tem o poder suficiente para realizar a socialização, já que implica uma violência, e como tal exige um poder capaz de realizá-la. E nenhum poder é mais capaz do que o do Estado. É, portanto, de posse do Estado que os socialistas poderão realizar o socialismo. Quanto às soluções persuasivas, como a democrática, juigam que ela é retardadora, porque há meios hábeis para impedir que sua acção seja eficiente, pois, não sendo fulminante e violenta, será impedida pelos processos emperradores da acção parlamentar, etc. Quanto à sua realização, por meio de grupos sociais, é ela impraticável, porque sendo tais grupos poderosos, entrariam fatalmente em choque devido às divergências naturais do homem, dependentes do carácter, do temperamento, das concepções, o que exigiria, fatalmente, o emprêgo de uma fôrça superior, capaz de conter os excessos e manter uma ordem, para evitar prejuízos maiores.

Temos, então, as seguintes definições possíveis de socialismo, que podemos construir segundo as quatro causas, com os aspectos accidentais, por alguns julgados como propriedades essenciais, o que é discutível.

1) Em sua generalidade, pois,
socialismo é a prática ou doutrina que realiza ou prega a essencial socialização sistemática do que é relativo ao homem por meio de um agente capaz, com o intuito de alcançar uma ordem social mais justa.

CAUSAS

FORMAL	MATERIAL	EFICIENTE	FINAL	ESPÉCIE
Socialização sistemática	**Relativo ao homem**	**agente capaz**	**justiça social**	**Socialismo em geral**
total e absoluta	total e absoluta	Grupos sociais livres		comunismo anárquico
total e absoluta	total e absoluta	Estado (violentamente)		comunismo bolchevista
total e absoluta	total e absoluta	Estado (não violentamente)		socialismo reformista absoluto
parcial e relativa	parcial e relativa	Grupos sociais (violentamente)		Socialismo libertário revolucionário
parcial e relativa	parcial e relativa	Grupos sociais livres (não-violentamente)		Socialismo libertário não-violento (Tolstoi)
parcial e relativa	relativa parcial e	Estado (por meios democráticos)		Socialismo democrático
parcial e relativa	parcial e relativa	Estado (por meios violentos)		Socialismo revolucionário

Antes de prosseguirmos, examinemos o sentido do têrmo **socialismo**, tomado històricamente. Pròpriamente, não se sabe quem o empregou em primeiro lugar. Apesar de nossas pesquisas não encontramos a sua origem. Contudo, pode-se observar o seu uso já no princípio no século XIX, na Inglaterra e na França, com o intuito de opor-se ao têrmo **individualismo.** Ora, desde o momento que êste último têrmo foi empregado, o têrmo socialismo teria de vir necessàriamente, pela oposição da idéia. Logo, é de concluir que o têrmo surgiu como oposição a individualismo. Ao individualismo manchesteriano, que é uma forma viciosa do individualismo ético e do liberalismo econômico (indevidamente confundidos como sinônimos), o **socialismo** representaria, em seu primitivo conteúdo, a idéia do primado do colectivo sôbre o individual, considerando-se que o individualismo afirmava o primado do individual sôbre o social (colectivo).

Nesse sentido amplo, o catolicismo não poderia admitir o socialismo do mesmo modo que não admite o individualismo. Ambos são extremos, e formas viciosas da compreensão do homem na sociedade e da sociedade em relação ao homem. Por isso, quando a Igreja, por seus Pontífices, declara que há contradição entre **socialismo** e **catolicismo**, está tomando o têrmo socialismo no sentido acima, e referindo-se apenas às suas formas extremadas.

Há vários pontos do **socialismo** que exigem exame:

1) Se o socialismo pretende socializar a propriedade privada ou o faz porque esta é injusta, ou porque a expropriação da mesma se faz por um determinismo histórico (como o aceitam os defensores do determinismo econômico e do materialismo histórico).

Neste sentido, o catolicismo repele a solução do determinismo histórico. Quanto ao aspecto da **justiça** da propriedade privada, como vimos no exame já feito sôbre esta matéria, a Igreja julga que a propriedade é justa em têrmos, mas pode ser injusta em sua função e actuação.

2) A Igreja admite certa socialização do que é socializável ou do que não encontra outra solução melhor do que esta, mas repele a forma sistemática da socialização.

3) Não admite que o Estado seja absolutamente soberano para regular a propriedade, nem as relações humanas, porque há parte delas cujas normas transcendem o âmbito da imanência em que actua o Estado.

Como naturalmente é de nosso dever expor as razões que compendiam os autores da Igreja sôbre êste ponto, passaremos a expô-las, para tecermos após nossos comentários.

A IGREJA E O SOCIALISMO

Se mantivermos presente o que expusemos no capítulo anterior, fácil se torna para nós o estudo da posição da Igreja em face do socialismo.

Se examinarmos as encíclicas papais e os mais categorizados autores da Igreja, desde logo se verificará que o socialismo é para êles o que está exposto na definição de Cathrein, mas incluindo, em seus princípios filosóficos, o **materialismo histórico** e a **igualdade natural de direitos**, consideradas afirmações gratuitas e falsas. Também não aceita, no referente ao marxismo, a teoria do valor de Marx, nem tampouco que a sociedade deva ser organizada apenas pelo aspecto econômico. Ademais, no conceito de socialismo, julga estarem contidas a destruição da família, a instalação do amor livre, a luta de classes, pois a Igreja deseja uma sociedade estável e pacífica, e não admite a nacionalização de todos os meios de producção. Ademais, nega o socialismo pela sua impraticabilidade, pois na proporção que se tenta, nos países socialistas, fazer socialismo, êste malogra, e só há progresso onde se observam as normas do que já vigora de melhor no resto do mundo não socialista. Em suma, quando a Igreja fala em **socialismo**, o conteúdo eidético noético dêsse têrmo não é o mesmo dado por todos os **socialistas**.

Ora, desde o momento que socialismo é compreendido assim, sem dúvida há completa incompatibilidade entre êle e o cristianismo, quanto mais com o capitalismo.

O argumento fundamental é que o socialismo não corresponde ao fim para o qual se deseja implantar, pois não realiza plenamente o indivíduo, nem dá-lhe ensanchas de realizar-se, como tampouco realiza um bem colec-

tivo, que não pode dar-se sem que os indivíduos sejam atendidos. Se a finalidade é o bem social e o do indivíduo, afirmado por todos os socialistas em suas intenções, as práticas socialistas não oferecem as vantagens que prometem. Ademais, o não reconhecimento da propriedade privada é outro êrro que não perdoam os católicos. Os argumentos principais sôbre êste ponto, podemos compendiá-los do seguinte modo:

1) Os bens externos estão destinados à utilidade do gênero humano, sem exclusão de nenhum indivíduo.

Se alguém fôsse excluído, ofenderíamos o direito natural.

2) Contudo, tal não impede a existência de propriedades particulares. A terra não foi dada a nenhum em particular, mas a todos. Contudo, de acôrdo com o direito dos homens, podem êstes estabelecer normas quanto ao uso, gôzo e emprêgo da terra. De qualquer forma, o homem, para sobreviver, precisa dela e mesmo aquêle que não possui nenhum pedaço de terra, vive dos frutos que ela dá.

3) A propriedade das coisas, com exclusão dos outros, é um direito natural. Quanto aos bens de uso, ninguém pode duvidar da justiça dessa tese. Quanto aos bens de producção (meios de producção) as razões são as seguintes:

a) O direito à propriedade é corolário do direito do homem ao fruto do seu trabalho.

Êste direito não é negado pelos socialistas. E combatem o capital, porque furta o homem de parte dos frutos do seu trabalho.

Por que o que toma um pedaço de terra e a cultiva, e depois colhe, deve ceder ao vizinho, que nada fêz, a metade do que produz?

A producção do trabalho pode ser tal que exceda as necessidades de quem o realiza. Neste caso, por que não pode trocar o seu excesso pelo excesso de outro nas mesmas condições? E se o operário, que do seu salário poupou uma parte, e juntando aos poucos a sua poupança, obtém meios para adquirir uma casa ou construí-la, ou um pedaço de terra, e nêle plantar, e depois colhêr, não são acaso êsses bens o próprio salário poupado?

b) O direito de propriedade decorre necessàriamente do direito natural do homem ao uso pacífico e sossegado dos meios de sustento para si e para a sua família.

O homem preocupa-se com o futuro, e não procede como o animal que apenas busca a imediata satisfação de suas necessidades. Pensa no amanhã, na falta que poderá haver, numa doença que lhe pode acometer, a êle ou aos filhos, e busca os meios de garantia que o ponham a salvo dos males que possam advir. Ademais, aproveita seu tempo para estudar, cultivar seu espírito, para passar do trabalho bruto braçal para o manual, e dêste para o intelectual, e busca obter os meios que lhe possam garantir o futuro, e sabe que isso só obterá se algo lhe fôr próprio, uma propriedade. Se se disser que pode, na sociedade civilizada, obter direitos de protecção futura, seguros, etc., tudo isso são títulos de propriedade, que êle deseja ter, sem receio de que amanhã lhe expropriem.

c) O direito de propriedade é, ademais, um estímulo para quem trabalha. Diz Tomás de Aquino que a satisfação das necessidades fisiológicas, a sexual e a fome são acompanhadas de recompensas, de satisfações plenas, prazeirosas, às quais a natureza impulsiona o homem. O trabalho, porém, de per si, é fatigante, e se não tiver a esperança de que assegura o bem-estar, faltar-lhe-á o estímulo para realizar o esfôrço productivo. E como realizar êsse bem-estar sem a propriedade, sem que algo obtenha que lhe seja próprio?

Dizer-se que a propriedade comum pode dar essa segurança é uma afirmação que Tomás de Aquino considera sem fundamento, porque cada um cuida melhor do que lhe é próprio que o que é comum.

Conseqüentemente, para o pensamento católico: a) a propriedade é um direito natural, e basta ser homem para ter direito à propriedade (Ahrens). O direito de propriedade não se funda num pacto tácito, como julgava Grotius, nem na lei civil, como afirmavam Benthan, Hobbes e Montesquieu, nem ùnicamente nos direitos aos frutos do trabalho, como o afirmavam Ricardo e George, mas,

sim, e iniludìvelmente, no direito natural, no direito que cabe a todo ser humano por ser humano.

Também estas idéias católicas sôbre o direito de propriedade não se opõem totalmente ao que pensam muitos socialistas, segundo as diversas doutrinas como vimos.

Contudo, há limites para tal direito. Ouçamos Tomás de Aquino: "Com respeito aos bens exteriores, duas coisas competem ao homem: uma delas é a faculdade ou poder de administrar e distribuir (**potestas procurandi et dispensandi**), e quanto a isto, está permitido ao homem possuir coisas próprias e tal é necessário à vida humana...; outra é o **uso** dos mesmos bens, e quanto a êste não deve possuir os bens exteriores como próprios, mas como comuns, quer dizer, de tal maneira que fàcilmente os comunique aos outros em caso de necessidade. Por isso diz São Paulo (I Tim., VI, 17). "Aos ricos do mundo, manda-lhes que com facilidade repartam e comuniquem de seus bens..." (**Summa Theologica**, 2-2, q. 66. a. 2). A sociedade, pelo seu poder jurídico, pode determinar as normas da propriedade privada e seus limites.

Vê-se que tais doutrinas podem perfeitamente se conciliar com muitas concepções socialistas. O que daqui desde logo se observa, é que os católicos tomam uma definição específica como a definição genérica e, dêste modo, excluem muitas doutrinas que se consideram socialistas.

A QUESTÃO SOCIAL

Quando Gambetta, de triste memória, afirmava com arrogância: **Il n'y a pas de question sociale**, proclamando na Câmara dos Deputados de Paris que não existia a questão social, e que só existem **questões sociais**, apenas problemas passageiros e transeuntes, meramente accidentais, que preocupavam apenas aos que não se dispunham a aprofundar melhor o tema social, lançava uma frase que fêz época e entre nós, até 1930, ainda havia políticos que afirmavam não existir a questão social no Brasil, e que esta não passava de um mero caso de polícia, que se deveria resolver apenas nas delegacias.

Mas, em suma, que se entende por **questão social?** O têrmo **questão** significa interrogação, pergunta, problema, investigação, e também o que é pôsto em discussão. Com o adjectivo **social**, entendemos o conjunto de perguntas e de respostas, que se tem procurado dar aos problemas do antagonismo que hoje se verifica na sociedade moderna entre os representantes do capital e os representantes do trabalho, e sôbre as possíveis soluções dêsse antagonismo, ou até da liquidação do antagonismo pela aniquilação social de um dos antagonistas ou até de ambos. É verdade que êsse antagonismo não é novo, e tem seus correspondentes em todos os ciclos culturais. Como, porém, é o problema actual, pela sua agudez, o que avassala tôdas as mentes responsáveis, é sôbre êste que procuraremos apresentar uma síntese, capaz de situar o leitor no âmago do problema, e permitir-lhe uma clara noção da situação, para que possa, por sua vez, escolher a posição que julga melhor tomar.

Pode-se tomar a **questão social** em sentido amplo e em sentido restricto.

Em sentido restricto, refere-se apenas ao antagonismo entre o capital e o trabalho, mas, em sentido amplo, abrange, não só o campo econômico, mas o campo cultural total, o campo do homem em suma, sobretudo o campo ético.

Dêste modo, considerando-se assim, a questão social é uma questão cultural, e é nesse sentido que deve ser tomada, porque a consideraremos, então, mais concretamente, e não apenas restringida a um âmbito dos problemas sociais, como se costuma fazer.

É impossível hoje negar-se a **questão social.** Os tempos de Gambetta e dos que afirmavam que não passava de um **caso de polícia** já foram ultrapassados. Hoje, todos, sem excepção, estamos imersos nessa questão, mesmo aquelas jovenzinhas ridículas e estéricas, que julgam viver à parte de tudo que se refira a ela, ou aquêles trêfegos irresponsáveis que, como um pobre poeta, exclamam: "nada tenho que ver com a questão social". Mas, têm; e êsse é o problema que se oferece a todos, quer queiram quer não.

Perguntam muitos por que surgiu essa questão. Teria ela motivos reais objectivos, ou foi apenas uma especulação subjectiva que a provocou? O grau de intensidade, que oferece a referida questão é intrínseca a ela ou é oposta por uma supervalorização que o ser humano fêz de problemas que poderiam ter solução fácil, complicando-o com teorias e disputas, que mais têm servido para separar e desentender os homens do que favorecer uma aproximação e uma solução? Até certo ponto tais perguntas têm fundamento, e apontam algo de verdadeiro. Seria ingenuidade indesculpável pensar que não há a questão social em sentido objectivo. Mas, também, seria um êrro julgar que as doutrinas sociais, as disputas e a excessiva demagogia de muitos políticos não tenham contribuído, poderosamente, para agravar o problema e desentender aquêles que buscam uma solução.

Considerando-se, ademais, que tal questão não abrange, ou se encerra apenas no campo econômico, mas invade outros sectores da vida humana, sobretudo o cultural, onde a crise se instalou de modo avassalante, é compreensível que tal questão exija respostas muito várias e que se atenham a todos os sectores.

Por outro lado, é mister considerar a grande crise filosófica que se tem manifestado na época moderna. Na verdade, a grande contribuição analítica da escolástica, que ofereceu tantos elementos novos que permitiriam se prosseguisse em novas análises, mas também realizarem-se sínteses proveitosas e seguras, foi quase totalmente perdido por aquêles que actuam **extra ecclesiam.** Em grande parte, a caricatura intencionalmente feita por muitos pseudo-filósofos da escolástica, a valorização excessiva de representantes do escolasticismo, apresentados como os reais valôres daquele importante movimento filosófico, favoreceram uma visão falsa do seu papel. E cabe em grande parte essa culpa a autores católicos, que não estando à altura da herança que receberam, contribuíram decisivamente para que os não pertencentes à Igreja tivessem uma visão deformada do pensamento medievalista, e não pudessem aproveitar os frutos que a escolástica dadivosamente oferece.

A dificuldade de se obterem os textos medievalistas, as edições feitas quase exclusivamente em latim, não permitiram o manuseio fácil de tais obras, como também os divulgadores dessas doutrinas, apegados e comprometidos com esta ou aquela posição, por sua vez, caricaturizam a opinião contrária, estimulando, assim, maior confusão. Quantos tomistas fazem afirmações que não são pròpriamente de Tomás de Aquino! Ademais, quantos partidários das idéias do aquinatense tratam os escotistas e os suarezistas com desprêzo, e até com acentuada oposição, a ponto de chamá-los de heréticos? E o mesmo se dá quanto às outras posições. Ora, tais polêmicas, muitas vêzes mais alimentadas pelas paixões mesquinhas de um partidarismo prejudicial, têm fomentado mais dissensões e desconfianças do que oferecido soluções melhores.

O filosofismo dos modernos tem provocado, por sua vez, males imensos, e oferecido uma seqüência de doutrinas delirantes e mal fundadas, que têm encontrado eco em grandes camadas intelectuais, favorecendo a confusão que se verifica em nossos dias, e exaltando personalida-

des equívocas da Filosofia, como se fôssem verdadeiros luminares do pensamento humano, enquanto aquêles, que realmente contribuíram com soluções melhores, ficam indevidamente esquecidos.

O quadro dos grandes erros fundamentais que se perpetuam é muito maior do que se pensa, e seus frutos têm sido os mais atrozes para o ser humano.

Não se pode negar que a questão social tem sido agravada pela acção deletéria de tais **filosofastros**, que pondo idéias falsas malsãs em mentes débeis, têm favorecido mais a confusão que o esclarecimento. Pode-se acaso negar a influência de uma dezena de idéias falsas, expostas por socialistas, culpadas de tanta brutalidade, de tanto sangue derramado, e de tantas perseguições ignominiosas, de tantas mútuas ofensas e calúnias lançadas sem pejo, uns contra os outros?

Tome-se, como exemplo, o êrro palmar da **teoria do valor** de Marx, e o papel que tem ela na consideração dos factos econômicos. Ao analisarmos essa teoria, mostramos os seus erros e a falsa compreensão da **plus-valia**, que tem servido para dar um conceito falso do trabalho operário, sem considerar outros factôres importantes da producção, que é mister serem considerados de modo concreto e não no modo abstracto, em que são tomados apenas alguns aspectos, e não todos aquêles que podemos anotar neste sector.

Também seria grave êrro não considerar as causas econômicas que influem na agravação da questão social.

Entre estas é mister considerar as seguintes: o colonialismo, a exploração desenfreada dos povos subdesenvolvidos; o desenvolvimento espantoso da indústria e da técnica, os meios de transportes, que favoreceram o progresso econômico, a competência entre os productores no mundo inteiro, e a luta pelas zonas de influência e até de domínio do mundo; a especulação, a agiotagem, a usura num progresso sem precedentes; a acumulação excessiva de grandes massas proletárias em centros urbanos; o despovoamento crescente do campo; o desenvolvimento excessivo do luxo e dos prazeres; a desvalorização acentuada do homem, transformado apenas numa máquina

(**homo aeconomicus**); a formação dos grandes Estados, o armamentismo monstruoso, as guerras destructivas, a burocracia triunfante, a demagogia descabelada, a exaltação dos baixos valôres (especulação sôbre a baixa no campo axiológico), a valorização da mediocridade, a auto-suficiência do intelectual especializado, que despreza o generalismo, e a deformação mental correspondente; a ignorância diplomada, a degradação da cátedra; a espantosa diminuição do índice de inteligência; a vitória da moeda e dos moedeiros falsos da cultura, dos fariseus, etc., tudo isso são factôres que contribuíram para agravar essa questão, e a exigir em conseqüência, uma solução urgente.

Soluções foram propostas nos últimos séculos. Já examinamos a que propôs a escola liberal, e como decorrência desta, o liberalismo, e como decorrência desta, já viciosa, o liberalismo econômico, e mais agravada ainda pelo vício fundamental, o manchesterismo, indevidamente confundido com o liberalismo. Já analisamos essa escola e as soluções que ofereceram os seus partidários, que podem ser sub-divididos em diversas posições.

O defeito fundamental do liberalismo consistiu na aceitação de que a natureza humana é perfeita, e está sempre tendente ao bem justo. Esqueceu que a realidade é outra, e que o ser humano necessita de condições exteriores favoráveis para desenvolver plenamente o que tem de virtuoso e evitar o que tem de vicioso.

Já examinamos as soluções socialistas e as divergências que surgem neste sector, desde os revolucionários exaltados aos reformistas mais atenuados. Soluções fascistas, nazistas e outras semelhantes foram propostas, e tôdas malograram na prática. Há a solução católica, a solução democrática e tantas outras. Não vamos reproduzir aqui o que já foi tratado incidentalmente nos diversos tópicos que compõem esta obra. Cabe-nos, após mais alguns exames, apenas fazer uma síntese, uma síntese concreta, que reúna o que realmente há de positivo, segundo o exame que fizemos do **acto humano**, e o que se pode fazer, considerando-se o homem em sua concreção e em sua plenitude, o que o homem pode fazer em benefício de si mesmo, tomado individual como colectivamente, mas afirmando a sua humanidade. Em suma,

o que o homem pode fazer em benefício de si mesmo, afirmando-se em tôda a sua plenitude perfectiva, que outra coisa não é que a solidificação das bases fundamentais que permitam alcançar ou aproximar-se tanto quanto possível da **plenitude do acto humano**.

É o que faremos no volume final, com o qual daremos o que de concreto se pode afirmar quanto ao homem, segundo a nossa posição filosófica, que é a da filosofia concreta, apresentada dentro do nosso método dialéctico-concreto, acompanhada dos argumentos e demonstrações que se fazem mister em abono da nossa posição. Queremos com isso contribuir apenas para esclarecimento do problema, oferecendo alguns elementos que julgamos sobejamente úteis para o que todos desejamos: **um homem melhor num mundo melhor.**

É o que faremos logo após tenhamos examinado a teoria marxista do Estado, e empreendido a análise decadialéctica daquela doutrina.

A TEORIA MARXISTA DO ESTADO

ANOTAÇÕES IMPORTANTES SÔBRE O MARXISMO

«Semeei dragões e colhi pulgas».

(Karl Marx)

Já fizemos uma síntese do que constitui pròpriamente a doutrina marxista. No entanto, aqui, pretendemos apresentar os aspectos mais importantes, suficientes para predispor elementos para a análise dialéctica a ser empreendida.

Na construção da sua doutrina, Marx sofreu diversas influências do pensamento que o antecedera e que se desenvolvia, no sector da História e das idéias sociais, em sua época.

Reproduzamos a seguir as influências que sofreu Marx, segundo a classificação de Barnes e Becker.

1) Devia a Hegel seu sistema dialéctico e sua fé na actividade estatal;

2) foi provàvelmente nos trabalhos de Lorenz von Stein, onde encontrou, pela primeira vez, notícias gerais sôbre o socialismo e o comunismo na França e em outros países; e também é muito provável que recebera de Stein as idéias da "sociedade civil" e das classes sociais;

3) o materialismo histórico tomou-o de Feuerbach e, em parte, talvez, de Heeren;

4) a teoria do trabalho, como medida do valor, deriva de Ricardo, Rodbertus e dos socialistas ricardianos;

5) encontrou a doutrina da **plus-valia** nos escritos de Thompson;

6) a noção da luta de classes e a necessidade de um levantamento proletário tinham sido assinaladas nas obras de Louis Blanc, Proudhon e Weitling;

7) Marx recebeu de Sismondi a convicção de que os capitalistas se iriam debilitando pela progressiva concentração da riqueza em mãos de uns poucos;

8) suas idéias acêrca da "primitiva sociedade sem classes", deriva, parece, de sua herança do "mischpat" hebreu e de certas teorias sôbre os "direitos naturais" — Morgan apenas trouxe uma "confirmação" posterior;

9) pode ter derivado de Rodbertus a tese de as crises continuamente recorrentes constituírem um aspecto necessário da vida econômica sob o capitalismo;

10) sua fé numa futura Idade de Ouro de carácter quase místico, pode ter derivado de suas leituras do Antigo Testamento;

11) por último, embora de modo algum seja o factor de menor importância, suas noções da tática revolucionária derivavam, em parte, de Danton e de outros líderes jacobinos da Revolução Francesa".

Numa carta que escreveu a Joseph Weydemeyer, em 5 de março de 1852, Marx considerava que estas eram apenas as suas contribuições:

"... No que me diz respeito, não é a mim que me cabe o mérito de haver descoberto nem a existência das classes na sociedade moderna, nem a luta que se verifica entre elas. Muito tempo antes de mim, historiadores burgueses já haviam estudado o desenvolvimento histórico dessa luta entre as classes e economistas burgueses haviam feito sua anatomia econômica. O que fiz de novo foi apenas isto:

1) Demonstrar que a **existência das classes** está ligada a **certas fases de desenvolvimento histórico da producção;**

2) Que a luta de classes **conduz** necessàriamente à **ditadura do proletariado;**

3) Que essa mesma ditadura não constitui senão uma fase de transição no sentido da **abolição de tôdas as classes**, isto é, **a uma sociedade sem classes**..."

Para os críticos anti-marxistas, todo êsse processo leva a um círculo vicioso.

Se as classes surgem de um desenvolvimento histórico da producção e se a ditadura do proletariado implica a formação do Estado, tende a instituir uma casta dirigente, que se separa da producção, fatalmente parasitária, que termina por tornar-se numa classe, cuja manutenção se processa à custa da **plus-valia**, realizada através de impostos, contribuições de tôda espécie, etc., provocando, conseqüentemente, uma nova luta de classes, que levaria a uma nova ditadura do proletariado, que, instituindo-se em forma estatal, geraria outra classe usufrutuária da **plus-valia**, provocando outra luta de classes e, assim sucessivamente. O exemplo russo é demasiadamente expressivo e revela, de forma irretorquível, que a "ditadura do proletariado" se estructurou de modo não previsto nem por Marx, nem por Engels, nem por Lenine, refutando, na prática, o que fôra afirmado em teoria.

É verdade que os defensores do estatismo russo alegam que as conjunturas históricas, etc., impediram a realização do que fôra "cientìficamente" previsto por Marx.

Mas os adversários do marxismo respondem: e que valor científico tem essa doutrina que não previu tais conjunturas? Marx, Engels e Lenine acreditaram sempre no deperecimento do Estado, e, no entanto, êste aumentou de poder constantemente, fortaleceu-se cada vez mais, em vez de definhar.

Que maior refutação às afirmativas que os factos?

Na verdade, os marxistas fazem malabarismos espantosos para justificar a imprevisão de Marx e de Lenine. Mas essas justificativas não destroem as afirmativas que aquêles fizeram. Nunca admitiram a possibilidade do que aconteceu depois. Portanto, exclamam os anti-marxistas: Marx e Lenine foram legítimos utopistas. Os factos vieram comprovar, de maneira irrefutável, que

os chamados utopistas que os combatiam eram muito mais realistas que os realistas Marx e Lenine.

Inegàvelmente, os factos confirmam a crítica ao marxismo feita antes e durante a revolução de Outubro.

Êsses aspectos importantes serão por nós examinados.

* * *

Não se pode, entretanto, deixar de consignar que a contribuição de Marx a essas teses é verdadeiramente importante. Seria até primarismo desejar atribuir-lhe uma originalidade, que só lhe seria em grande parte desabonadora. Êle não era um "litterateur" anelante de expressões inéditas. Procurava interpretar os factos, captar através dêles o nexo que apontariam, através de sua simbólica e significação. Naturalmente que seu pensamento teria de encontrar precursores, e nisso não há nenhum desabono à sua acção. Mas as contribuições, o rigor de suas análises, discutíveis em grande parte, aceitáveis ou não, obedeciam a certa intenção honesta, filosófica e cientìficamente cuidadosa. Se falhou muitas vêzes, deve-se mais à precariedade dos factos conhecidos, aos meios que dispunha, à deficiência de certos conhecimentos que não adquirira, o que lhe criava óbices a um estudo mais fundamentado.

É digno de menção esta passagem de Gray, grande estudioso da obra de Marx, embora não seja pròpriamente "marxista". Vejamos:

"Marx... sustentava que o modo fundamental do desenvolvimento social era a revolução e a marcha acumulativa da tecnologia e da ciência, embora tivesse feito uma contribuição valiosíssima à ciência social ao assinalar o significado dêsses factôres. É uma ironia que os modernos sociólogos, guiados pela ciência natural, destaquem como principal contribuição de Marx ao pensamento do século XIX, o que o próprio Marx considerava como apêndice de sua doutrina essencial.

Foi a social-democracia alemã, e não Karl Marx, quem apadrinhou a noção do "determinismo econômico", como lei sociológica completa. A doutrina de Kautsky,

— equivalente alemão do metodismo inglês — assegurou às massas exploradas, que o milênio social havia de produzir-se sem necessidade de nenhum esfôrço feito por elas, simplesmente pela marcha irresistível dos acontecimentos econômicos. As opiniões de Marx... não postulam êste necessitarismo. Salvou-os dêsse defeito político fatal a concepção da dialéctica e a teoria da luta de classes. Marx... cria no poder da vontade humana de forçar o ritmo da mutação social, de produzir uma revolução num lugar de preferência a outro, num momento de preferência a outro. A dialéctica não é uma filosofia determinista. É uma exposição do módulo geral pelo qual os homens mudam o mundo".

* * *

Embora a teoria do Estado de Marx tenha decorrido da concepção de Hegel, aquêle não permaneceu na deificação do Estado. Já em sua polêmica com Rouge, em 1884, no "Vorwaerts", atacou o socialismo de Estado, e declarou que o Estado era "uma instituição da sociedade", que devia estar subordinado a esta (Rühle, "Karl Marx", pág. 78). Tanto Marx como Engels estavam longe de admitir que às funções do Estado coubessem a direção dos "interêsses comuns da sociedade". Idéia esta que julgavam absurda e impossível. (Veja-se Engels, "Origens da família", pág. 214, e "Introdução" à 3.ª edição alemã de "A guerra civil em França", de Marx).

Em primeiro lugar, a expressão "ditadura do proletariado" não aparece de forma explícita no "Manifesto comunista". Há, entretanto, naquele documento, expressões tais como elevação "do proletariado à posição de classe governante", o "Estado", isto é, o "proletariado organizado como classe governante".

Foi sòmente depois da revolução de 1848, que Marx deu um significado concreto à idéia da "ditadura do proletariado". É na "Guerra Civil em França", onde vemos esta frase: "... Em vez das exigências de reforma... ouviu-se o grito audaz de guerra: Derrocada da burguesia! Ditadura do proletariado!"

Já na mesma obra assinala: "a classe trabalhadora não pode apoderar-se simplesmente da máquina do Esta-

do que encontra à sua disposição e aproveitá-la para os próprios fins".

Daí deduz-se, evidentemente, que Marx queria destruir a velha máquina e construir uma nova. Quanto à natureza dêsse Estado provisório, assim assinalava: "Gradualmente se socializarão os meios de producção, a producção será colocada sôbre bases cooperativas, a educação será combinada com o trabalho productivo, com o objecto de transformar os membros da sociedade em productores. Enquanto dure o período de transição, não pode chegar a funcionar a máxima comunista, "de cada um segundo sua capacidade, para cada um segundo suas necessidades", pois êste período está ainda assinalado em todos os aspectos — econômicos, sociais e intelectuais — com os traços da velha sociedade e "os direitos não podem transcender a estructura econômica da sociedade e o desenvolvimento cultural por ela determinado" (Citação de Beer).

Só depois dêsse período transitório se chegaria à sociedade livre, sem classes. É Engels quem a anuncia nessas palavras:

"Quando se organize outra vez a producção sôbre a base de uma associação livre e igual dos productores, a sociedade desterrará tôda a máquina do Estado para o lugar então mais adequado a ela — o museu de antiguidades, junto à forja e ao machado de bronze."

* * *

Determinar quais as fôrças motrizes do capitalismo, em seu pleno desenvolvimento, não consiste apenas em encontrar formas simplistas. É preciso investigar mais longe. A "tendência do capital à **plus-valia**", embora seja exactamente uma fôrça motriz, não é a única, nem sempre foi o ponto central do sistema econômico capitalista. A **plus-valia** é um simples esquema de relação social.

Sombart assinalou muito bem que fenômenos tais como "divisão do trabalho" ou a competição são mais efeitos que pròpriamente causas. Mostra-nos como a ordem jurídica não determina, não "produz" sempre uma ordem econômica. E citou-nos o exemplo da lei da ordem industrial livre prussiana de 1810 e 1811. Quanto à técnica de per si não é suficiente. Basta recordarmos certas descobertas, em certos momentos da história, desprezadas e não aproveitadas. Nem o aumento de população gera sempre mudanças econômicas como se verificou na China e na Índia.

O papel dialéctico da cooperação dos factôres de emergência e de predisponência, que temos estudado em nossos livros de filosofia, mostram-nos como se dá o processo social que não pode ser visto de ângulos abstractos e primários sob pena de falsear a realidade, por não considerar suas coordenadas.

Seria um grande êrro e uma desonestidade negar o papel importante que tem Marx para o pensamento histórico e econômico. Podemos encontrar defeitos e não recusamos atribuí-los à sua obra. Mas é preciso reconhecer que elementos dispunha em sua época.

Marx fundamentou suas teorias sôbre as condições prevalecentes no século XIX. Mas no século XX, a burguesia modificou muito as suas condições, como já vimos. Seus postulados precisavam ser novamente adaptados a êste século. Foi o que tentou Lenine, com relativo sucesso.

A lógica deve ser construída sôbre a natureza e não julgar-se que se pode construir a natureza sôbre a lógica. Os marxistas nem sempre compreenderam essa verdade, e muitas de suas afirmações caracterizam-se mais pelo desejo de torná-las verdadeiras do que deduzi-las da existência. A dialéctica necessita, por isso, novas investigações, apesar de muitos julgarem tenha alcançado o fim, a meta do caminho. Êste é um dos preconceitos mais ingênuos que conhecemos.

* * *

A interpretação econômica da história exige expliquemos o conteúdo da idéia econômica, segundo Marx. Para Tugan-Baranovski, se a definição marxista do econômico se estender até incluir a coordenação da actividade humana exercida sôbre o mundo exterior, que tem como objectivo a criação de um meio material necessário para a satisfação das necessidades humanas, poderemos incluir

naqueles até os factôres fisiológicos e os não práticos, incluindo os religiosos, que realmente muitas vêzes preponderam no desenvolvimento social, como vimos.

A dependência do homem aos factôres econômicos é variável. Se em certas épocas, êsses predominam com mais fôrça, não predominam noutras, e encontramos variações da influência de indivíduo para indivíduo, de grupo para grupo. Essa lei conhece, portanto, uma variabilidade, e se poderá prever, até, que o homem se liberte dêsse factor.

Uma visão genuìnamente dialéctica evita as interpretações primárias que, ao caírem na afirmação absolutista de um factor, que é complexo e vário, levam a tomadas de posição apriorísticas, abstractas, perigosas, e pouco dialécticas, que se tornam, afinal, causas de futuros erros maiores.

* * *

Podem muito admitir que não caiba ao filósofo descobrir a **unidade** do cosmos, mas a êle cabe, pelo menos, **construir** essa unidade: eis uma bela tarefa para a Filosofia.

Quando Marx estabeleceu leis na vida social, procurou apenas construir uma interpretação, um corpo de leis interpretativas, que pudessem explicar a história. Desta forma, devemos humanizar Marx.

Outros podem afirmar que é precisamente uma supervivência atávica da tendência mística de emprestar ao homem de ciência o mesmo carácter do legislador religioso.

Querer afirmar que as leis dialécticas, essas leis que operam sôbre a inteligência humana, são as mesmas dos processos da natureza, é a base da dialéctica marxista.

"As circunstâncias podem ser alteradas pelo homem", afirmava Marx, e nessa afirmativa havia muito de subjectivismo. Lenine, ao criar a teoria do "revolucionário profissional", realmente a sua maior contribuição ao marxismo, pois tudo quanto afirmou de aparentemente novo estava já implicado na doutrina de Marx, prossegue naquele terreno e afasta-se, assim, do fatalismo econômico de Plekhanov, seu mestre e verdadeiro iniciador doutrinário.

É natural que, no ambiente predominante do século XIX, o subjectivismo fôsse pôsto à margem e pôsto em dúvidas. Mas, assim como o subjectivismo de muitos socialistas russos, como Lavrof, os Narodniki, Michailovski, etc., pecasse pelo excesso, pecava, também, por excesso, o fatalismo econômico, que era uma degeneração da verdadeira concepção de Marx.

Na sociedade e no mundo, o homem não é um ser passivo, apenas dirigido pelas fôrças da natureza. É um ser que sente, que pensa, que quer.

E o sentimento, o pensamento e a vontade são, também, fôrças dinâmicas, que actuam sôbre o meio ambiente e determinam a sua acção.

Marx, quando afirmou a acção do objecto sôbre o sujeito, não negou a acção do sujeito sôbre o objecto. Esta interpretação faz parte da doutrina marxista, embora tantas vêzes tenha sido esquecida, como tantas outras idéias, por seus epígonos.

* * *

No mundo social, o mais difícil de determinar é a direcção. Pode haver antevisões geniais, intuitivas até. Mas, quando as condições são indeterminadas e as possibilidades variam, a direcção, quando decretada, está sujeita a imprevistos. Ainda hoje é difícil uma visão total do conjunto social, e menos ainda no tempo de Marx. Decretar uma direcção correspondia mais a um desejo do que a uma previsão do amanhã. Se muitas previsões de Marx não se deram, decorre das condições indeterminadas ainda da época.

Êle viu no capitalismo o prólogo do socialismo. Sim, êste só poderia sobrevir após aquêle. Como nada do nada se cria, o socialismo deveria estar incluído, em germe, naquele. Essa a contradição do próprio capitalismo, que o criava como uma fatalidade. Daí desejar Marx ardentemente o desabrochamento total do capitalismo. Êste precisava alcançar sua plena maturidade, atingir sua totalidade para estancar-se, para conhecer, então, seu fim.

Foi êste o desenvolvimento lógico do pensamento de Marx. E se aceitarmos que o socialismo é a decorrente de certas condições sociais determinadas em dado momento histórico, muito de verdade lhe assistia.

São os discípulos, muitas vêzes, os inimigos dos mestres. Nem sempre por desvirtuá-los, mas por condenarem à esterilidade as primeiras investigações, por tornarem estáticas as doutrinas ou conseqüências decorrentes das obras. Os epígonos são temerosos de avançar, de aventar novas possibilidades. Vemos isso patentemente no que se refere a Marx. Em sua obra foi um grande interrogador, um investigador, um analisador. No entanto, seus epígonos, com raras excepções, querem condenar sua doutrina à mais absoluta esterilidade.

Nós reconhecemos na obra de Marx a influência das condições históricas que a geraram. Conhecendo o capitalismo em seus albores, era obrigado mais a deduzir dos factos o futuro. Dispondo de elementos tão precários, sua obra tinha de sofrer a faltal imperfeição de quem dispõe de parcos elementos.

Por outro lado, não podia libertar-se das próprias condições psicológicas. O crime dos "marxistas" consistiu, e consiste, principalmente, em terem procurado esterilizar sua obra, quando lhes cabia continuá-la.

Marx julgou que o capitalismo era um sistema de transição, no que estava certo. Equivocou-se, porém, ao julgá-lo mais transeunte do que o foi, e o é.

O capitalismo, como sistema econômico, mostrou-se mais rico em novas fórmulas do que parecia aos olhares "históricos" de Marx. Precisava êle ter-se lembrado que o imprevisto é um elemento que sempre se deve contar.

As próprias condições imprecisas em que desabrochava o capitalismo não lhe permitiam uma visão maior e mais nítida da realidade futura.

Êle teria caído no imaginativo se tentasse figurar o amanhã, e dêsse imaginativo nem sempre pôde esquivar-se. O impossível não é nunca um argumento de fraqueza para alguém. Humanizar Marx é uma tarefa hoje para seus discípulos; o contrário é que o tem comprometido.

* * *

Pode-se acreditar que do capitalismo surja o socialismo? Que Marx tivesse se empolgado nessa antevisão era mais fruto de seus desejos.

O capitalismo não é uma fôrça criadora de formas que o neguem. Precisamente nas zonas mais desenvolvidas do capitalismo é onde o proletariado é menos revolucionário.

A teorização do socialismo em nosso tempo, e sobremaneira ainda no de Marx, seria sempre uma obra imperfeita, primitiva, eivada de erros, sobretudo pela interpenetração dos conceitos referentes ao domínio das idéias com os correspondentes a realidades.

Que diríamos de alguém que, em pleno século XVI, quisesse teorizar sôbre o capitalismo ainda mal esboçado?

Assim como a teorização do capitalismo é obra tardia, possível no crepúsculo de sua vida, a teorização do socialismo não pode preceder a êste, mas se fará sòmente quando o socialismo já conheça sua plena maturidade.

O capitalismo conhecerá o seu declínio ou será vencido pelo socialismo, ou por uma nova concepção social, em que o **kratos político** passe para outras mãos, sem desaparecerem totalmente de imediato suas formas econômicas, que conhecera uma lenta agonia, depois de sua derrota.

Durante o domínio do capitalismo não desapareceram outras formas de sistemas econômicas e não foi o único. O artesanato, a agricultura, conheceram até novos desenvolvimentos.

Talvez o desenvolvimento do socialismo conheça um predomínio e possa viver e desabrochar concomitantemente com outros sistemas econômicos.

São estas perguntas uma verdadeira temática para futuras análises.

MARX E PROUDHON

Quando Proudhon publicou seu famoso livro "Sistema das contradições econômicas" ou "Filosofia da Miséria" foi êste recebido por Marx com entusiasmo.

Nesta época, era êle proudhoniano, e elogiou a obra considerando-a um trabalho "científico", que honrava o socialismo francês. (Lembremo-nos que êle sempre fêz questão, posteriormente, de distinguir o socialismo francês do socialismo alemão).

Sùbitamente, porém, lançou seu livro "Miséria da Filosofia", um panfleto virulento, que se difundiu entre os marxistas que o lêem, sem ler a obra de Proudhon, já "totalmente refutada" por Marx.

No entanto, poderíamos aconselhar aos marxistas que a lessem ao mesmo tempo, comparando-a com a de Marx, e veriam quanta coisa interessante acabaria por surgir. É mesmo êste um dos pontos mais graves do movimento socialista, um daqueles em que as maiores patranhas perduram.

O afastamento entre os dois socialistas, e o ataque posterior, no entanto, tem sua nítida explicação nestas cartas que reproduzimos. Uma de Marx para Proudhon e a resposta dêste ao primeiro, ao qual nunca devotou grande simpatia.

A simples leitura destas cartas explicam melhor do que se pensa, o divórcio posterior, e nos mostra o grau de ressentimento de Marx, ante a negativa de Proudhon de acompanhá-lo em seus planos autoritários.

"Bruxelas — 5 de maio de 1846

Caro sr. Proudhon

Propus-me freqüentemente escrever-lhe, desde que saí de Paris; cirscunstâncias independentes de minha vontade me impediram até agora.

Rogo-lhe que creia que o excesso de trabalho, os inconvenientes de uma mudança de domicílio, são os únicos motivos do meu silêncio.

E agora, sobretudo, saltemos em **medias res.** Conjuntamente com os dois meus amigos Frederico Engels e Felipe Gigot (os dois em Bruxelas), organizei, com os comunistas e os socialistas alemães, uma correspondência contínua, que deverá ocupar-se da discussão de questões científicas e da vigilância dos escritos populares e de propaganda socialista, que se possam fazer na Alemanha por êsse meio. O objectivo principal de nossa correspondência será, contudo, pôr os socialistas alemães em contacto com os socialistas franceses e inglêses; manter os estrangeiros a par dos movimentos socialistas que se realizam na Alemanha e informar aos alemães, na Alemanha, sôbre os progressos do socialismo na França e na Inglaterra. Desta maneira, as diferenças de opinião poderão manifestar-se; chegar-se a uma troca de idéias e a uma crítica imparcial. É um passo que terá dado o movimento social em sua expressão literária para desembaraçar-se dos limites da nacionalidade. E no momento da acção, é certamente de um grande interêsse para cada um estar a par do estado dos assuntos no estrangeiro, tanto como no próprio país. Além dos comunistas da Alemanha, nossa correspondência compreenderá, também, os socialistas alemães em Paris e em Londres. Nossas relações com a Inglaterra já estão estabelecidas; quanto à França, cremos todos que não podemos encontrar melhor correspondente que você; você sabe que os inglêses e os alemães lhe apreciaram até o momento, muito mais que seus próprios compatriotas. Você vê, pois, que se trata apenas de criar uma cor-

respondência regular e de assegurar-lhes os meios para seguir o movimento social nos diferentes países, para chegar a um benefício rico e variado, que o trabalho de um só nunca poderia realizar. Se você quer concordar com a nossa proposta, os gastos de correio das cartas que lhe sejam enviadas, como os de que você envie serão pagas por aqui, pois as coletas feitas na Alemanha estão destinadas a cobrir os gastos da correspondência.

Não tenho necessidade de acrescentar que tôda esta correspondência exige, por sua parte, o mais absoluto segrêdo; na Alemanha, nossos amigos devem agir com a maior circunspecção, para não se comprometerem. Responda-nos logo e creia na amizade muito sincera de seu abnegado Karl Marx.

P. S. Denuncio-lhe o senhor Grün, em Paris. Êste homem é apenas um cavalheiro de indústria literária, uma espécie de charlatão, que quer comerciar com as idéias modernas. Procura ocultar sua ignorância sob frases pomposas e arrogantes, mas apenas conseguiu pôr-se no ridículo por meio de seu palavrório. Além disso, é um homem perigoso. Abusa do conhecimento que estabeleceu com autores de renome, graças à sua impertinência, para fazer construir, com isso, um pedestal, e comprometê-los ante o povo alemão.

Em seu livro sôbre os socialistas franceses, atreveu-se a chamar-se **privat dozent** de Proudhon, e pretende ter-lhe revelado os axiomas importantes da ciência alemã, e critica seus escritos. Cuide-se, pois, dêste parasita, talvez volte a escrever-lhe mais tarde sôbre êste indivíduo.

Marx

Aproveito com prazer a ocasião que se me oferece com esta carta para assegurar-lhe quão agradável é para mim entrar em contacto com um homem tão distinto como você.

Seu **Felipe Gigot.**

Quanto a mim estou certo de que você, sr. Proudhon, aprovará êste projecto que acabamos de propor-lhe, e que terá a complacência de não nos recusar a sua cooperação. Asseguro-lhe o profundo respeito que seus escritos me inspiraram, para com você, sou atentamente seu.

Frederico Engels".

RESPOSTA DE PROUDHON

"Lyon — 17 de maio de 1846

Caro sr. Marx

Consinto de boa vontade ser um dos membros de sua correspondência, cujo propósito de organização me parece devem ser muito úteis.

Não lhe prometo, contudo, escrever-lhe muito a miúdo; minhas ocupações de tôda espécie, unidas a uma preguiça natural, não me permitem êstes esforços epistolares. Tomarei, também, a liberdade de expor-lhe algumas reservas que me são sugeridas por diversas passagens de sua carta.

Antes de tudo, minhas idéias em matéria de organização e de realização estão, neste momento, por completo definidas.

Creio que é meu dever, que é o dever de todo socialista, conservar por algum tempo ainda a forma antiga dubitativa; numa palavra, professo ante o público um anti-dogmatismo econômico quase absoluto.

Busquemos juntos, se você quiser, as leis da sociedade, o modo como se realizam essas leis, o progresso, segundo o qual chegamos a descobri-las; mas, por Deus, depois de ter demolido todos os dogmatismos **a priori**, não caiamos na contradição de seu compatriota Martin Lutero, o qual, depois de ter derruído a teologia católica, pôs-se logo, com grandes esforços de excomunhão e de anátemas, a fundar uma teologia protestante.

Há três séculos a Alemanha tem se preocupado exclusivamente em destruir o remendo de Martin Lutero; não venhamos a dar ao gênero humano um novo trabalho com novas confusões. Aplaudo de todo o coração seu pensamento de expressar um dia tôdas as opiniões; façamos uma boa e leal polêmica; demos ao mundo o exemplo de uma tolerância sábia e previdente, mas, por estar à frente do movimento, não nos tornemos chefes de uma nova intolerância, nem nos apresentemos como apóstolos de uma nova religião, embora fôsse a religião da lógica, a religião da razão. Acolhamos, estimulemos todos os protestos, anatematizemos tôdas as exclusões, todos os misticismos, e nunca consideremos uma questão como esgotada, e quando tenhamos empregado até o nosso último argumento, voltemos a começar, se fôr preciso, com a eloqüência e a ironia. Com esta condição, entrarei com prazer em sua associação; do contrário, não. Tenho, também, de fazer alguma observação sôbre estas palavras de sua carta: "No momento da acção". Talvez conserve você a opinião de que nenhuma reforma é actualmente possível sem um golpe de mão, sem o que antes se chamava uma revolução, e que, afinal de contas, não passa de uma sacudida. Essa opinião, que eu concebo, que eu escuso, que eu discutiria de boa vontade, tendo eu a compartilhado por muito tempo, confesso-lhe que meus últimos estudos me fizeram revisá-la completamente. Eu creio que nós não temos necessidade disso para triunfar; e que, em conseqüência, não devemos apresentar a acção revolucionária como meio de reforma social, porque êste pretendido meio seria simplesmente um apêlo à fôrça, à arbitrariedade, numa palavra, uma contradição. Eu coloco assim o problema: fazer entrar na sociedade, por uma combinação econômica, as riquezas que saíram da sociedade por outra combinação econômica. Noutros têrmos, converter em economia política a teoria da propriedade, contra a propriedade, de maneira como para engendrar o que vocês, socialistas alemães, chamam

comunidade, e que eu me limitarei no momento, a chamar liberdade, igualdade.

Muito bem, creio conhecer o meio para resolver, em curto prazo, êste problema; prefiro, pois, fazer arder a sociedade em fogo lento, antes de lhe dar uma nova fôrça, fazendo uma São Bartolomeu de Proprietários.

Eis aqui, meu querido filósofo, onde estou no momento; salvo se me engano, e que se tal se der, receba eu a férula de sua mão; à qual me submeto de boa vontade à espera de minha "revanche".

Devo dizer-lhe por alto que tais me parecem ser, também, as disposições da classe operária da França; nossos proletários têm tanta sêde de ciência, que seria mal acolhido por êles todo aquêle que lhes desse a beber apenas sangue. Numa palavra, seria na minha opinião uma má política para nós falarmos como exterminadores; a violência virá por si só; o povo não tem necessidade, para isso, de nenhuma exortação.

Lamento sinceramente as pequenas divisões, que, segundo parece, existem já no socialismo alemão, e do qual suas queixas contra o sr. Grün me oferecem a prova. Temo muito que você tenha visto êste escritor sob uma luz falsa; apelo, querido sr. Marx, ao seu sentido sereno, Grün encontra-se desterrado, sem fortuna, com mulher e dois filhos, sem outra coisa para viver do que a sua pena. Que quer você que explore para comer senão as idéias modernas? Compreendo sua cólera filosófica, e aceito que a santa palavra da humildade nunca deveria constituir matéria de comércio, porém não quero ver aqui mais do que a desgraça, a extrema necessidade, e desculpo o homem. Ah, se todos fôssemos milionários, as coisas iriam melhor; seríamos santos e anjos.

Mas é preciso viver, e você sabe que esta palavra não expressa ainda nem de leve a idéia que dá a teoria pura da associação. É preciso viver, quer dizer, comprar pão, lenha, carne, pagar o

senhorio; e assim o creio, o que vende idéias sociais não é mais indigno do que o que vende um sermão. Ignoro completamente se Grün se apresentou como meu mestre; mestre de quê? Eu só me ocupo de economia política, coisa de que êle não sabe quase nada; considero a literatura como um brinquedo para meninas; e quanto à filosofia, sei o bastante para ter o direito de burlar-me dela quando seja ocasião. Grün nada me revelou em absoluto; se o disse, disse uma impertinência de que estou certo que se arrepende.

O que eu sei e estimo mais do que censuro, um pequeno acesso de vaidade, é que devo ao sr. Grün, assim como a seu amigo Ewerbeck, o conhecimento que tenho de seus escritos, meu querido sr. Marx, dos do sr. Engels, e da obra tão importante de Feuerbach. Êsses senhores, a meu pedido, quiseram fazer algumas análises para mim em francês (porque tenho a desgraça de não ler o alemão), das publicações socialistas mais importantes e é a seu pedido que devo incluir (o que teria feito por mim mesmo) em minha próxima obra, uma menção das obras dos senhores Marx, Engels, Feuerbach, etc. Finalmente, Grün e Ewerbeck trabalham para manter o fogo sagrado entre os alemães que residem em Paris, e a deferência que têm para êsses senhores os operários, que os consultam, parece-me uma segura garantia da retidão de suas intenções.

Veria com prazer, meu querido sr. Marx, que retificasse um juízo, producto de um instante de irritação, porque você estava colérico quando escreveu. Grün me testemunhou o desejo de traduzir meu livro actual. Compreendi que essa tradução, precedendo a qualquer outra, lhe daria algum auxílio. Ficar-lhe-ia, pois, muito agradecido, assim como a seus amigos, não por mim, mas por êle, se lhe prestassem assistência nesta ocasião, contribuindo para a venda de um escrito que poderia, sem dúvida, com sua ajuda, dar-lhe mais proveitos que a mim.

Se você me quer dar a segurança de seu concurso, querido sr. Marx, enviarei sem interrupção minhas provas ao sr. Grün, e creio, apesar de seus aborrecimentos pessoais, dos quais não quero constituir-me juiz, que essa conducta nos honraria a todos.

Minhas saudações aos seus amigos, srs. Engels e Gigot. Seu abnegado

P. J. Proudhon".

O que dizem estas duas cartas é de uma eloqüência pasmosa. Temos, daí, o início da ruptura no movimento socialista de tão grandes conseqüências posteriores.

Daí por diante, o socialismo, que era homogêneo, passa a subdividir-se em três movimentos nitidamente separados:

1) socialismo democrático (trabalhistas, fabianos, socialistas reformistas, etc.);

2) socialismo libertário (mutualistas, proudhonianos, anarquistas, etc.);

3) socialismo autoritário, o de Marx.

Essa subdivisão atrasou sem dúvida a eclosão da revolução socialista, esperada até em dias do século passado.

A crise aberta no socialismo, prosseguiu num crescendo, e hoje essas três correntes se digladiam mùtuamente, num encarniçamento extremado. Há mais ódios entre êles do que contra as classes possuidoras, até então combatidas.

E com isso, o capitalismo respirou. Quanto às conseqüências dêste divórcio, teremos, em breve, oportunidade de falar.

Como não caberia neste livro um melhor estudo de luta entre Marx e Proudhon, deixamo-lo para trabalhos posteriores. Mas essa luta tem uma importância muito maior do que julgam os socialistas de hoje. E o importante disso tudo é que as idéias proudhonianas, julgadas

pelos marxistas como definitivamente destruídas, conhecem hoje uma ressurreição, embora com outros nomes, que marcam um novo destino ao socialismo que, afirmamos, sem poder por ora demonstrar, avassalarão, em breve, todo o movimento social. O marxismo está atravessando uma crise interna, que as depurações e o autoritarismo excessivo dos seus dirigentes, as ameaças que fazem aos seus adeptos, não são mais capazes de conter a massa que ameaça romper os diques da coesão do partido, a qual é mais uma coesão produzida pela fôrça do que uma fôrça produzida pela coesão.

Outro momento crítico do socialismo foi o rompimento entre Marx e Bakunine. Para os marxistas, a batalha foi ganha por Marx, mas os frutos dessa victória estão amadurecendo e são bem ácidos.

Contemos, pois, esta página da história do socialismo.

Bakunine opusera-se a Marx na 1.ª Internacional. Acusava-o de autoritário, e pretendia que se concedesse, ou melhor, se respeitasse a liberdade das organizações operárias. Marx, que pretendia dominar a Internacional, via em Bakunine, como em Guillaume, dois inimigos de que era preciso desfazer-se.

Não titubeou em lançar mão de infâmias. Conhecem bem os marxistas a Franz Mehring, que foi o mais famoso biógrafo de Marx. Foi um marxista, sôbre o qual nunca puseram dúvidas. Mas Mehring, em face dos factos da expulsão de Bakunine, na pág. 42 de seu "Karl Marx, o fundador do socialismo científico" diz estas palavras:

"Esta cena final do Congresso de Haia não era, na verdade, digna dêle (trata-se de Marx). Claro está que ainda não havia razões para saber que os acordos tomados pela maioria da comissão **eram nulos** já de per si, por haver intervido nêles um **espião;** assim mesmo teria sido humanamente explicável, pelo menos, que se houvesse expulso Bakunine por razões políticas, simplesmente pelo convencimento moral de que era um perturbador incorrigível, embora não se lhe pudessem provar documentadamente tôdas as suas intrigas. **O que não tinha perdão era manchar o nome e a honra de Bakunine em questões de propriedade, e desgraçadamente, era a Marx que cabia a culpa disso".**

E depois de relatar tôdas as misérias desta página negra, negras do socialismo, termina, à pág. 435, por dizer:

"Bakunine morreu em Berna, no dia 1.º de julho de 1876. Havia merecido uma morte melhor e uma recordação mais leal que a que lhe aguardam, senão todos, ao menos alguns sectores desta classe operária, pela qual tanto lutou e tão duramente sofreu".

Estas palavras são por si mesmas demasiadamente eloqüentes para nos mostrar um dos aspectos do carácter do fundador do "socialismo científico".

MARX E ENGELS CONTRA OS MARXISTAS

Nos últimos dias de sua vida, Marx, ao assistir ao que os seus discípulos faziam de suas idéias, não pôde deixar de exclamar frases como estas: "se isso é marxismo, eu não sou marxista". Ou, com um olhar magoado, e uma voz que não escondia a revolta: "semeei dragões e colhi pulgas". E essas "pulgas", exegetas do marxismo, acusavam-se mùtuamente de traidores, de falsificadores do pensamento do mestre. Marx viveu, assim, em seus últimos anos de vida, o que monòtonamente conhece a história. Não tinha sido êle, também, um epígono de Hegel? E êste, se fôsse vivo, e examinasse a obra de Marx, não poderia dizer o mesmo: "semeei dragões e colhi pulgas?"

Marx pretendera superar o mestre, que, na verdade, nunca o fôra, e não havia apenas mal interpretado, como tantos outros, a filosofia hegeliana?

Em "Lógica e Dialéctica", estudámos essa interpretação, e em face dos textos de Hegel, mostramos quanto havia de falsificação de sua obra, apreendida por aquêles que se digladiavam, acusando-se uns aos outros, de falsificadores, mas todos falsificando, por sua vez, o pensamento hegeliano, que é nítido e claro, apesar das aparentes nebulosidades em que se oculta, como já vimos.

Mas voltemos às sombrias queixas de Marx e de Engels quanto aos marxistas. Vejamos esta carta de Engels a Conrad Schmidt, de 5 de agôsto de 1890. Reproduzamos suas palavras:

"... Em geral, a palavra "materialista" serve a muitos escritores recentes, na Alemanha, de simples frase por meio da qual se dá nome a tôda espécie de coisas sem es-

tudá-las mais a fundo, pensando que basta colar-lhes esta etiquêta para se resolver a questão. Ora, nossa concepção da história é, antes de tudo, uma diretriz para o estudo e não uma alavanca que sirva para fazer construções à maneira de Hegel. É necessário reestudar tôda a história, é necessário submeter a uma investigação detalhada as condições de existência das diversas formações sociais antes de procurar deduzir das mesmas os modos de concepção políticos, jurídicos, estéticos, filosóficos, religiosos, etc., que lhes são correspondentes. A êsse respeito, só se fêz pouca coisa até agora, porque poucas pessoas se dedicaram sèriamente a êstes assuntos. A êss respeito, temos necessidade da ajuda de grande número; seu domínio é infinitamente vasto; e aquêle que quiser trabalhar sèriamente muito pode fazer e distinguir-se na matéria. Mas, em lugar disso, o materialismo histórico, que foi transformado numa frase (pode-se transformar **tudo** numa frase), não tem servido a numeroso grupo de jovens alemães senão para fazer, o mais ràpidamente possível, de seus conhecimentos históricos relativamente minguados — não é verdade que a história econômica se acha ainda em sua infância? — uma construção sistemática e artificial, com o que imaginam ser, desde logo, espíritos muito poderosos...

Você, que já fêz realmente alguma coisa, deve ter notado, certamente, quão reduzido é o número de jovens literatos aderentes ao Partido, que se dão ao trabalho de estudar economia, história da economia e história do comércio, da indústria, da agricultura, das organizações sociais. Que conhecem êles a respeito de Maurer a não ser seu nome? É a suficiência do jornalista que deve fazer tudo; e tudo está, também, na mesma proporção. Dir-se-ia, por vêzes, que êsses senhores acreditam que, para os operários, qualquer coisa serve. Se êsses senhores soubessem que Marx achava que suas melhores producções não eram ainda suficientemente boas para os operários e considerava um crime dar aos mesmos alguma coisa inferior ao que há de melhor!..."

A concepção da história é apenas uma directriz e não uma alavanca para fazer construcções. O materialismo histórico fôra reduzido a uma frase e ainda é uma frase. As construcções sistemáticas foram realizadas e os factos vieram desmenti-las.

E prossegue Engels, numa carta a Bloch:

Londres, 21 de setembro de 1890

... Segundo a concepção materialista da história, o facto determinante da mesma é, **em sua última análise**, a producção e a reproducção da vida real. Nem Marx, nem eu afirmamos jamais outra coisa senão isso. Se, posteriormente, alguém deturpou êsse conceito, chegando ao ponto de dizer que o factor econômico é o **único** determinante, êsse alguém transforma essa proposição numa frase vazia, abstracta, absurda. A situação econômica é a base, mas as diversas partes da superestrutura (as formas políticas da luta de classes e seus resultados), as Constituições estabelecidas, uma vez ganha a batalha pela classe vitoriosa, as formas jurídicas, e até mesmo os reflexos de tôdas essas lutas reais no cérebro dos seus protagonistas, teorias políticas, jurídicas, filosóficas, concepções religiosas, e seu desenvolvimento ulterior até o dogma transformado em sistema, tudo isso exerce igualmente sua acção sôbre o curso das lutas históricas e determina, de maneira preponderante, sua forma em muitos casos. Verifica-se a acção e a reacção de todos êsses factôres, no seio dos quais o movimento econômico acaba por abrir caminho forçosamente através de uma infinita multidão de casualidades (isto é, de coisas e acontecimentos cuja ligação íntima entre si está tão afastada ou é tão difícil de demonstrar que podemos considerá-la como inexistente e desprezá-la). Não fôsse assim, a aplicação da teoria a um período qualquer da história seria, posso garantir, mais fácil que a resolução de uma simples equação de primeiro grau.

Nós fazemos nossa própria história, mas, antes de mais nada, de acôrdo com premissas e condições perfeitamente determinadas. Entre essas são as condições econômicas que se tornam, finalmente, preponderantes. Mas as condições políticas, etc., e até mesmo a tradição, que se enraíza nos hábitos dos homens, desempenham, também, seu papel, embora não seja decisivo. Foram as causas históricas e, em última análise, econômicas, que deram origem ao Estado prussiano e continuaram na base de seu desenvolvimento. Mas difìcilmente **se poderia pretender, sem certo pedantismo, que entre os numero-**

sos **pequenos Estados da Alemanha do Norte, o Brandeburg tenha sido destinado pela necessidade econômica e não por outros factôres** (como, por exemplo, sobretudo, devido à sua difícil situação em face da Polônia, graças à posse da Prússia e, portanto, no terreno das relações políticas internacionais e que são decisivas igualmente na formação da Casa d'Áustria) a tornar-se a grande potência em que concentraram as diferenças na economia, na língua e, também, depois da Reforma, na religião entre o norte e o sul. **Dificilmente se poderia explicar, sem o risco de cair no ridículo, baseados em causas econômicas, a existência de todos os pequenos Estados alemães do passado, e do presente ou, ainda, a origem da troca de consoantes do alto alemão**, que ampliou a linha geográfica divisória constituída pela cadeia de montanhas dos Sudetos até o Taumus, estabelecendo uma verdadeira cunha através da Alemanha.

Mas, de maneira secundária, a história processa-se de tal forma **que o resultado é sempre uma conseqüência do conflito de grande número de vontades individuais que, por sua vez, se apresentam tais como são em virtude de várias condições particulares da existência.** Existem, pois, inumeráveis fôrças que se contrapõem mùtuamente, um grupo infinito de paralelogramos de fôrça que produzem uma resultante — o acontecimento histórico — que, por sua vez, pode ser considerado como producto de **uma fôrça agindo como um todo, de maneira inconsciente e cega.** Isso porque, o que deseja cada indivíduo é contrariado por outros e o que daí resulta é coisa que ninguém desejou. Por isso é que a história, até hoje, se tem desenvolvido à maneira de um processo da natureza, sendo, também, submetida, em sua essência, às mesmas leis do movimento que regem a esta. Mas, do facto de que as diversas vontades cada uma desejando aquilo a que a impelem sua constituição material e as circunstâncias exteriores ou econômicas, em última análise, (ou suas próprias **circunstâncias pessoais** ou as circunstâncias sociais gerais) não consigam chegar a realizar o que desejam, fundindo-se numa média geral, numa resultante comum, por êsse facto **não temos o direito de concluir que elas são iguais a zero. Pelo contrário, cada uma delas contribui para determinar a resultante e, dessa forma, está incluída nela.**

Desejava, além disso, pedir-vos para estudar essa teoria em suas fontes originais, e não de segunda mão, o que é muito mais fácil. Marx raramente escreveu alguma coisa em que ela não desempenhe seu papel. Mas, particularmente, o "18 Brumário de Luís Bonaparte" é um exemplo excelente de sua aplicação. Em "O Capital", encontramo-la muitas vêzes. Em seguida, tomo a liberdade de vos recomendar igualmente minhas obras: "Le Bouleversement de la Science par Monsieur E. Dühring" e "L. Feuerbach et la fin de la philosophie classique allemande", onde faço, sôbre o materialismo histórico, a exposição mais detalhada que, a meu ver, existe.

A Marx e a mim, parcialmente, deve caber a responsabilidade pelo facto de, por vêzes, certos jovens emprestarem mais importância do que é devida ao lado econômico de nossa teoria. Em face de nossos adversários, impunha-se-nos que déssemos maior destaque ao princípio por êles negado. Mas a verdade é que nunca encontramos tempo, nem lugar, nem ocasião para fazer justiça aos outros factôres, que participam da acção recíproca. Mas, desde que se tratava da descrição de um pedaço de história, isto, é, de passar à aplicação prática, a coisa mudava de carácter e não havia êrro possível. Infelizmente, porém, acontece, com muita freqüência que acreditemos ter compreendido perfeitamente uma nova teoria e poder manejá-la sem dificuldade, uma vez que nos tenhamos apropriado de seus princípios essenciais, e isso nem sempre com exactidão. Não me é possível isentar dessa censura a mais de um de nossos novos marxistas, tantas são as coisas esquisitas feitas neste caso."

As partes grifadas o foram propositadamente por nós. A simples leitura destas páginas oferece dados importantes para se compreender qual o clima do marxismo naquela época. É muito diferente acaso o de hoje?

"A Economia não cria diretamente nada por si mesma, mas determina a espécie de modificação e de desenvolvimento da matéria intelectual existente, e faz isso, na maioria das vêzes, indiretamente, pelo facto de que são os reflexos políticos, jurídicos e morais, que exercem a principal acção directa sôbre a filosofia". (Engels "Carta a Heins Starkenburg").

E aceitava de tal forma a influência da vontade humana na história, que estas suas palavras são expressivas:

"Se Ricardo Coração de Leão e Felipe Augusto tivessem instaurado o livre cambismo em lugar de se terem engajado nas Cruzadas, ter-nos-iam poupado quinhentos anos de miséria e de estupidez.

Êste aspecto do problema, que posso aqui apenas aflorar, todos o temos negligenciado, segundo penso, mais do que merece o mesmo. É a eterna história: no comêço, negligenciamos sempre a forma em benefício do fundo. Conforme já o disse, eu procedi da mesma maneira e essa falta não me foi revelada senão **post-festum.**

Eis por que, não sòmente estou muito longe de vos fazer qualquer censura a êste respeito, sendo eu um velho cúmplice de forma alguma qualificado para isso, mas, pelo menos, desejaria chamar vossa atenção para êsse ponto daqui para o futuro.

A isso está ligada igualmente esta concepção estúpida dos ideólogos: como recusamos às diversas esferas ideológicas, que desempenham certo papel na história, um desenvolvimento histórico independente, lhes recusamos, também, qualquer eficácia histórica. É partir de uma concepção banal, não dialéctica, entre causa e efeito, como se fôssem pólos opostos um ao outro de maneira rígida, revelando uma ignorância absoluta da acção recíproca. Êsses senhores esquecem-se inteiramente, quase sempre, a seu bel-prazer, de que o facto de um factor histórico, desde que engendrado por outros factôres econômicos, reage também, por sua vez, e pode reagir, sôbre o seu meio e até mesmo sôbre as suas próprias causas. Como Barth, por exemplo, referindo-se à casta dos padres e à religião (V. seu livro, pág. 465)..."

A aceitação da reciprocidade do ideal sôbre o real, embora considerando aquêle como tendo sua origem neste, mas actuando, posteriormente, sôbre o real, já coloca Marx e Engels num ponto diferente ao dos seus epígonos. Todos êsses elementos cooperam para que possamos, afinal, fazer a nossa análise dialéctica, mostrando quanto de abstracto dominava e ainda domina o pensamento marxista que se julga dialéctico.

Marx e Engels não só se queixavam de seus discípulos, mas até de si mesmos. Êles não haviam impedido de se terem deixado avassalar pelas suas próprias paixões. As suas confissões valem muito. Mas, como tôdas as confissões, só foram proclamadas após os erros praticados. Mas o pior, e êste é o argumento dos adversários, não serviram de exemplos. Os discípulos enveredaram pelos mesmos caminhos, herdando dos mestres o que tinham de mais fraco, e não de mais poderoso.

Veremos, em breve, se há ou não razão a favor dos que afirmam tal ponto de vista.

É o que se dá também na arte. Petrarca não foi imitado, mas o petrarquismo foi. Assim, Marx não teve imitadores, mas **marxistas,** um "ismo" a mais, para evidenciar a forma viciosa, que teimosamente surge na história, como destino de tôdas as idéias ou atitudes.

A TEORIA MARXISTA DO ESTADO

Vejamos, através das próprias palavras dos marxistas, como concebem êles o Estado. Em "A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado", assim Engels se expressa resumidamente:

"O Estado não é, de forma alguma, uma fôrça imposta, do exterior, à sociedade. Não é, tampouco, "a realidade da Idéia moral, a imagem e a realidade da Razão," como pretende Hegel. É um producto da sociedade numa certa fase do seu desenvolvimento. É a confissão de que essa sociedade se embaraçou numa insolúvel contradição interna, dividiu-se em antagonismos inconciliáveis de que não pode desvencilhar-se. Mas, para que essas classes antagônicas, com interêsses econômicos contrários, não se entredevorassem e não devorassem a sociedade numa luta estéril, sentiu-se a necessidade de uma fôrça que se colocasse aparentemente acima da sociedade, com o fim de atenuar o conflito nos limites da "ordem". Essa fôrça, que sai da sociedade, ficando, porém, por cima dela, e dela afastando-se cada vez mais, é o Estado".

E comentando a citação acima, escreve Lenine em "O Estado e a Revolução":

"Eis, expressa com tôda a clareza, a idéia fundamental do marxismo no que concerne ao papel histórico e à significação do Estado. O Estado é o producto e a manifestação do antagonismo inconciliável das classes. O Estado aparece onde e na medida em que os antagonismos de classes não podem objectivamente ser conciliados. E, reciprocamente, a existência do Estado prova que as contradições de classes são inconciliáveis."

Em síntese, para o marxismo, o Estado:

a) não é uma fôrça imposta do exterior à sociedade;

b) é um producto da sociedade numa certa fase de seu desenvolvimento;

c) é resultante de um embaraço decorrente de uma insolúvel contradição interna da sociedade, dividida em antagonismos inconciliáveis;

d) para evitar o entredevoramento entre si e da própria sociedade, por parte das classes com interêsses antagônicos, cria-se uma fôrça **aparentemente** acima da sociedade (Estado), com o fim de atenuar o conflito.

Para tanto, é preciso haver, na sociedade, um antagonismo **inconciliável** de classes.

Diz ainda Lenine:

"Para Marx, o Estado é um órgão de domínio de classe, um órfão de submissão de uma classe por outra; é a criação de uma "ordem" que legalize e consolide essa submissão, amortecendo a colisão das classes."

E' mais adiante acrescenta: ao comentar a opinião de Kautsky:

"Teòricamente", não nega que o Estado seja o órgão de dominação de uma classe, nem que as contradições de classe sejam inconciliáveis; mas, omite ou obscurece o seguinte: se o Estado é o producto da inconciliabilidade das contradições de classe, se é uma fôrça superior à sociedade, "afastando-se cada vez mais da sociedade", é claro que a libertação da classe oprimida só é possível por meio de uma revolução violenta e da supressão do aparelho governamental criado pela classe dominante e que, pela sua própria existência, "se afasta" da sociedade. Esta conclusão, teòricamente clara por si mesma, tirou-a Marx com inteira precisão."

Até aí, em linhas gerais, com as próprias palavras dos maiores teóricos do marxismo, temos, em síntese, a concepção do Estado, da qual não divergem, em suas linhas gerais, os socialistas libertários.

A concepção do Estado, exposta pelos maiores teóricos do marxismo, reconhece que êle é "um producto da sociedade numa certa fase de seu desenvolvimento", contrariando a opinião de alguns que julgam que o Estado

sempre existiu como uma necessidade de ordem e de coordenação da sociedade.

Engels, na citada obra, ainda caracteriza o Estado de duas maneiras:

"Contràriamente à antiga organização patriarcal (da tribo ou do clã), o Estado se caracteriza, em primeiro lugar, pela divisão dos súditos segundo o território. O segundo traço característico do Estado é a instituição de um poder público, que já não corresponde directamente à população e se organiza também como fôrça armada. Êsse poder público separado é indispensável, porque a organização espontânea da população em armas se tornou impossível desde que a sociedade se dividiu em classes... Êsse pode público existe em todos os Estados. Compreende não só homens armados, como também elementos materiais, prisões e instituições coercitivas de tôda espécie, que a sociedade patriarcal (clã) não conheceu."

Entre as características do Estado, salientadas por Engels, está "a instituição de um poder público, que já não corresponde directamente à população". E isto se dá porque a organização espontânea da população em armas se tornou impossível, desde que a sociedade se dividiu em classes.

Deduzamos: segundo Engels, quando a sociedade está dividida em classes, a organização espontânea da população armada torna-se impossível, e determina a formação de uma fôrça armada, que apóie o poder público, a qual não corresponde mais directamente à população.

É, em suma, o caso da Rússia, que tendo se apoiado durante a Revolução na "guarda vermelha", no povo insurreto, que correspondia espontâneamente à população em armas, apoiou-se, depois, num exército permanente e numa burocracia, fundamentos e instrumentos salientados por Lenine como próprios de todo poder governamental.

"A organização espontânea da população em armas" foi logo abandonada, porque os que divergiam das decisões do partido bolchevista ameaçavam sempre a predominância dos líderes, que mantinham em suas mãos o poder.

A burocratização do Estado soviético, procedida desde as primeiras horas, e a formação do exército permanente e da organização policial mais prepotente do mundo, asseguravam aos detentores do poder a garantia do mando.

Pois se a burocracia havia sido derrotada na Rússia, e os elementos que a representavam, depois das grandes matanças, era mínima, e a totalidade quase do povo russo proletarizava-se, por que, e em que, se fundamentava o poder estatal dos Sovietes? Uma classe, que representa a totalidade, que domina os meios de produção, não precisa da mais terrível prepotência para manter-se no poder. Ninguém poderá aceitar honestamente que os remanescentes da burguesia, na Rússia, ante o proletariado, tenham a capacidade de organizar uma luta contra o Estado soviético internamente, depois de ter sido aquela liquidada após as matanças já conhecidas.

O proletariado e os elementos do partido, uns desejando a liberdade, outros o poder, podem ameaçar a posição dominante dos líderes. Para êsses, então, o Estado torna-se uma necessidade (1).

"Para manter um poder público separado da sociedade e situado acima dela são necessários os impostos e uma dívida pública", diz Lenine.

"Investidos do poder público e do direito de cobrança dos impostos — escreve Engels — os funcionários, considerados como órgãos da sociedade, são colocados acima da sociedade. O respeito livre, voluntário, de que eram cercados os órgãos da sociedade patriarcal (do clã) já lhes não bastaria, mesmo que pudessem adquiri-lo". E comenta Lenine:

"Fazem-se leis sôbre a "santidade" e "inviolabilidade" dos funcionários".

"O mais insignificante agente de polícia" tem mais "autoridade" que os representantes do clã, mas o chefe

(1) A alegação leninista-estalinista de que o cêrco capitalista exige um Estado fortíssimo é contrariada por muitos socialistas, e os argumentos que propõem serão por nós estudados, mais adiante.

militar de um país civilizado poderia invejar um chefe de clã, que a sociedade patriarcal cercava de um respeito "voluntário e não impôsto pelo cacête".

E prossegue:

"Como o Estado nasceu da necessidade de refrear os antagonismos de classes, no próprio conflito dessas classes, resulta, em princípio, que o Estado é sempre o Estado da classe mais poderosa, da classe econômicamente dominante, que, também, graças a êle, se torna a classe politicamente dominante e adquire, assim novos meios de oprimir e explorar a classe dominada".

Mas não é só a "classe politicamente dominante", mas a **casta** dominante, por meio do Estado, que adquire os meios de opressão sôbre os adversários. Foi com o poder nas mãos que os bolchevistas dominaram os "socialistas revolucionários" e os anarquistas, que se opunham à transformação dos sovietes livres em simples executores das ordens emanadas do poder central.

E foi em tôrno dêsse poder central que a luta posterior, entre os próprios bolchevistas, se acendeu, surgindo os famosos processos e as não menos famosas "depurações" do partido, com seu corolário de vidas arrancadas, aumento dos campos de concentração, etc.

Nada melhor do que estas palavras de Engels para resumir a concepção marxista do Estado:

"O Estado, por conseguinte, não existiu sempre. Houve sociedades que passaram sem êle e que não tinham a menor noção de Estado nem de poder governamental. A um certo grau do desenvolvimento econômico, implicando, necessàriamente, na divisão da sociedade em classes, o Estado tornou-se uma necessidade, em conseqüência dessa divisão. Presentemente, marchamos a passos largos para um tal desenvolvimento da producção, que a existência dessas classes não só deixou de ser uma necessidade, como se torna mesmo um obstáculo à producção. As classes desaparecerão tão inelutàvelmente como apareceram. Ao mesmo tempo que as classes, desaparecerá inevitàvelmente o Estado. A sociedade, reorganizando a producção sôbre a base da associação igual de todos os productores, enviará a máquina governamental para o lu-

gar que lhe convém: o museu de antiguidade, ao lado da roda de fiar e do machado de bronze".

E prossegue:

"O proletariado se apodera da fôrça do Estado e começa por transformar os meios de producção em propriedade do Estado. Por êsse meio, êle próprio se destrói como proletariado, abóli tôdas as distinções e antagonismos de classes, e simultâneamente, também o Estado, como Estado. A antiga sociedade, que se movia através dos antagonismos de classe, tinha necessidade do Estado, isto é, de uma organização da classe exploradora, em cada época, para manter as suas condições exteriores de producção e, principalmente, para manter pela fôrça explorada nas condições de opressão, exigidas pelo modo de producção existente (escravidão, servidão, trabalho assalariado). O Estado era o representante oficial de tôda a sociedade, a sua síntese num corpo visível, mas só o era como Estado da própria classe que representava em seu tempo tôda a sociedade. Estado de cidadãos proprietários de escravos, na antiguidade; Estado da nobreza feudal, na Idade Média; e Estado da burguesia de nossos dias. Mas, quando o Estado se torna, finalmente, representante efectivo da sociedade inteira, então torna-se supérfluo. Uma vez que não haja nenhuma classe social a oprimir; uma vez que, com a soberania de classe e com a luta pela existência individual, baseada na antiga anarquia da producção, desapareçam as colisões e os excessos que daí resultavam, não haverá mais nada a reprimir, e um poder especial de repressão, um Estado, deixa de ser necessário.

O primeiro acto pelo qual o Estado se manifesta realmente como representante de tôda a sociedade — a posse dos meios de producção em nome da sociedade — é, ao mesmo tempo, o último acto próprio do Estado. A intervenção do Estado nas relações sociais se vai tornando supérfluo daí por diante. e desaparece automàticamente. O govêrno das pessoas é substituído pela administração das coisas e pela direcção do processo de producção. O Estado não é "abolido": morre. É dêsse ponto de vista que se deve apreciar a palavra de ordem de "Estado livre do povo", tanto em seu interêsse passageiro para a agitação, como em sua definitiva insuficiência científica; é, igualmente, dêsse ponto de vista, que se deve apreciar a reivindicação dos chamados anarquistas, pretendendo que o Estado seja abolido de um dia para o outro."

Ao apoderar-se da fôrça do Estado, o proletariado começa por transformar os meios de producção em propriedade do mesmo, destruindo-se a si próprio, por êste meio, como proletariado.

Na Rússia, processou-se o apoderamento da fôrça do Estado, a princípio pelo povo insurreto, que, em muitas partes, pôs-se a quebrar essa fôrça, e a transformar os meios de producção, capitalista ou feudal, não em propriedade do Estado, mas em producção socialista, organizada espontâneamente pelo povo. Quem se apoderou da fôrça do Estado e transformou os meios de producção em propriedade do mesmo foram precisamente os bolchevistas.

Desta forma, não se processou o que esperava Engels, que era a abolição do proletariado como proletariado, e a abolição de tôdas as distinções e antagonismos de classe e, decorrentemente, também, o Estado como Estado. Êste continuou a existir, e a hipertrofiar-se de maneira espantosa, como ainda não conhecera a História, tornando-se a maior fôrça de opressão jamais conhecida.

Para Engels, quando o Estado, finalmente, representa o efectivo da sociedade inteira, então torna-se supérfluo. Ora, a vitória do proletariado e dos camponeses na Rússia assegurava essa situação e permitia ao Estado soviético organizar-se **interiormente**, tendendo para a sua abolição. Mas, precisamente na prática, sucedeu o contrário do que estava exposto na teoria, dizem os socialistas libertários. O Estado deixa de ser necessário quando desaparecem as classes, as colisões e excessos resultantes delas. O primeiro acto do Estado, como representante de tôda a Sociedade, é o último, também. Consiste êste na posse dos meios de producção. Daí a intervenção do Estado nas relações sociais vai tornando-se supérflua e desaparece automàticamente. Concluiu Engels que os anarquistas estavam errados ao pretender a abolição pura e simples do Estado, quando êsse se processaria au-

tomàticamente pela **morte.** Mas Lenine explica Engels; aproveitemos as suas próprias palavras:

"Sem receio de êrro, pode-se dizer que, de todo êsse raciocínio de Engels, de uma notável riqueza de pensamento, só resta, nos partidos socialistas de hoje, como verdadeira acquisição do pensamento socialista, a fórmula de Marx, segundo a qual o Estado "morre", contràriamente à doutrina anarquista da "abolição" do Estado. Amputar, assim, o marxismo é reduzi-lo ao oportunismo, pois que, depois de um tal "comentário", não fica senão a concepção de uma transformação lenta, igual, progressiva, sem sobressalto nem tempestade, sem revolução. A "extinção" do Estado, na concepção corrente, espalhada, popular por assim dizer, é, sem dúvida alguma, o esquecimento, senão a negação da revolução."

Os comentários de Lenine ao pensamento de Engels colocam claramente a idéia marxista do Estado. E êle prossegue:

"Logo no início do seu raciocínio, Engels diz que, ao tomar o poder, o proletariado, "por êsse meio, abóli o Estado como Estado". "Não se costuma" aprofundar o que isso significa. Em geral, despreza-se inteiramente êsse pensamento ou se vê nêle uma espécie de "fraqueza hegeliana" de Engels. De facto, Engels fala da "abolição" do Estado burguês pela revolução proletária, ao passo que as suas palavras sôbre o definhamento e a "morte" do Estado se referem aos vestígios do Estado proletário, que subsistem depois da revolução socialista. Segundo Engels, o Estado burguês não "morre", é "aniquilado" pelo proletariado na revolução. O que morre, depois dessa revolução, é o Estado proletário ou semi-Estado".

Note-se bem o pensamento teórico de Lenine: O proletariado "aniquila" o Estado burguês pela revolução. Não morre, porém. O que morre, depois, é o Estado ou semi-Estado proletário, que substitui o Estado burguês. E êste subsiste, depois da revolução, apenas em **vestígios.**

Dois pontos importantes transparecem aqui, e que representam a divergência com o pensamento anarquista e da polêmica, que há tanto tempo vem sendo travada entre aquela doutrina e a dos marxistas.

1) Com a revolução proletária, o Estado burguês é **aniquilado.**

2) O Estado proletário tem apenas **vestígios de Estado, e definha.**

Há, portanto, **aniquilamento** do Estado burguês e **definhamento** do Estado proletário, que o substitui:

"O Estado — prossegue Lenine — é uma fôrça especial de repressão". Esta notável e profunda definição de Lenine é de uma absoluta clareza. Dela resulta que essa "fôrça especial de repressão" do proletariado pela burguesia, de milhões de trabalhadores por um punhado de ricos, deve ser substituída por uma "fôrça especial de repressão" da burguesia pelo proletariado (a ditadura do proletariado). É nisso que consiste a "abolição do Estado como Estado". É nisso que consiste o "acto" de posse dos meios de producção em nome da sociedade. Conseqüentemente, essa substituição de uma fôrça especial" (da burguesia) por outra "fôrça especial" (a do proletariado) não pode equivaler para aquela a um "definhamento".

Aqui já se caracteriza outra nota da teoria marxista do Estado, e a mais importante de tôdas, **a ditadura do proletariado.** Esta é a fôrça de opressão à burguesia pelo proletariado. Nisso, esclarece Lenine, é que consiste a "abolição do Estado como Estado".

Lenine esclarece como, e quando se processará o "definhamento":

"Êsse "definhamento" ou, para falar com mais relêvo e côr, essa "letargia", coloca-a Engels, claramente, no período posterior ao "acto de posse dos meios de producção pelo Estado, em nome da sociedade", posterior, portanto, à revolução socialista. Todos nós sabemos que a forma política do "Estado" é, então, a plena democracia. Mas, nenhum dos oportunistas, que impudentemente desvirtuem o marxismo, concebe que Engels se refira à "letargia" e à "morte" da democracia. À primeira vista, parece estranho; mas só é incompreensível para quem não reflete que a democracia é também Estado e, por conseguinte, desaparecerá quando o Estado desaparecer. Só a revolução pode "abolir" o Estado burguês. O Estado

em geral, isto é, a plena democracia, só por definhamento".

Verifica-se, assim, que, segundo Engels e Lenine, o definhamento processa-se **depois** da posse dos meios de producção pelo Estado. Estabelecida a expropriação, inaugura-se o período do "definhamento". Isto na parte teórica do marxismo. Quanto à prática, veremos depois.

Quanto ao esclarecimento de Lenine sôbre a **democracia** é claramente incluído no pensamento marxista do Estado.

Outra característica é o emprêgo da violência como forma de destruição do Estado burguês. Não que a violência seja desejada pela violência, mas como resultante fatal da resistência, que oporá a burguesia por seus órgãos de direcção ao pleno desenvolvimento da revolução, pois històricamente se sabe que nenhuma classe cede sua posição de mando pacìficamente, sem luta. Aqui, mais uma vez, para explanação da doutrina marxista, servimo-nos das palavras de Lenine:

"Já dissemos que a doutrina de Marx e Engels sôbre a necessidade da revolução violenta se refere ao Estado burguês. Êste só pode, em geral, ceder lugar ao Estado proletário (ditadura do proletariado) por meio da revolução violenta e não por meio do "definhamento". A apologia que Engels faz da revolução violenta está plenamente de acôrdo com as numerosas declarações, altivas e categóricas, de Marx (lembremo-nos do final de "A Miséria da Filosofia" e do "Manifesto Comunista") sôbre a inevitabilidade da revolução violenta; lembremo-nos da crítica ao programa de Gotha em 1875, quase trinta anos mais tarde, em que Marx flagela, desapiedadamente, o oportunismo. Essa apologia de Engels não é, decerto, o producto do "entusiasmo", nem das necessidades da declaração ou da polêmica. A essência de tôda a doutrina de Marx e de Engels é a necessidade de inocular, sistemàticamente, nas massas, essa idéia da revolução violenta. É a omissão dessa propaganda, dessa agitação, que marca com mais relêvo a **traição** doutrinária das tendências social-patrióticas e kautskistas.

A substituição do Estado burguês pelo Estado proletário não é possível sem revolução violenta. A abolição do Estado proletário, isto é, a abolição de todo e qualquer Estado, só é possível pelo "definhamento".

Os socialistas libertários em geral, também pensam assim: só a revolução possibilitaria a destruição do Estado burguês. Para êle, a "revolução", na linguagem política e social — e também na linguagem popular — é um movimento geral, através do qual um povo ou uma classe, saindo da legalidade, e transformando as instituições vigentes, despedaçando o pacto leonino impôsto pelos dominadores às classes dominadas, com uma série mais ou menos longa de insurreições, revoltas, motins, atentados e lutas de tôda espécie, abate, definitivamente o regime político e social ao qual até então estava submetido e instaura uma ordem nova, como diz Fabri, anarquista, e prossegue:

"Como batidos por todos, lutamos sempre dentro de nosso programa e dêle não nos afastamos um passo. Essa a nossa fraqueza, mas também a nossa fôrça. Os anarquistas têm um escasso espírito de partido; não se propõem nenhum fim imediato que não seja a extensão de sua propaganda. Não são um partido de govêrno, nem um partido de interêsses, a menos que, por interêsse, não se entenda o pão e a liberdade para todos os homens, mas sòmente um partido de idéias. Esta a sua debilidade, pois lhe está vedado todo êxito material, e os outros, ou mais astutos ou mais fortes, exploram e utilizam os resultados parciais de sua obra.

Mas é também a fôrça dos anarquistas, pois só afrontando as derrotas, êles — os eternos vencidos — preparam a vitória final, a verdadeira vitória. Não tendo interêsses próprios, pessoais ou de grupos, para fazer valer, e rechassando tôda pretensão de domínio sôbre a multidão, em cujo meio vivem e do qual compartem as angústias e as esperanças, não dão ordens que depois devem obedecer, não pedem nada, mas dizem: Vossa sorte será tal qual a quiserdes; a salvação está em vós mesmos; conquistai-a com vosso melhoramento espiritual, com vosso sacrifício e vosso risco. Se quiserdes, vencereis. Nós não queremos ser na luta mais que uma parte de vós mesmos."

ESQUEMA DA TEORIA MARXISTA DO ESTADO

não existiu sempre — Houve sociedades sem Estado.

Organismo posterior, implica divisão da sociedade **com classes antagônicas e irreconciliáveis.**

Ao desaparecerem as classes e, conseqüentemente, seu antagonismo e irreconciliabilidade, processa-se o desaparecimento inevitável do Estado.

CARACTERÍSTICAS DO ESTADO

a) uma fôrça interna, **não imposta do exterior;**

b) producto de certa fase de desenvolvimento da sociedade embaraçada numa insolúvel contradição interna, que gera antagonismos inconciliáveis;

c) necessidade de uma fôrça para atenuar o conflito nos limites da "ordem" — colocação superior dessa fôrça, e seu afastamento cada vez maior;

d) organização da fôrça armada, independentizada da população, homens armados, prisões, instituições coercitivas;

e) funcionalismo.

REVOLUÇÃO PROLETÁRIA
FASES

a) aniquilamento do Estado burguês (pela forma violenta e revolucionária);

b) definhamento dos **vestígios do Estado** proletário, que o substitui.

CARACTERÍSTICAS DOS VESTÍGIOS
DO ESTADO PROLETÁRIO

a) ditadura do proletariado;

o definhamento começa a processar-se **depois** da posse dos meios de producção;

Lenine combate:

os "pseudo-revolucionários" {
a) colaboracionistas
b) e os que desejam vencer **democràticamente,** na sociedade burguesa.

AS EXPERIÊNCIAS DAS REVOLUÇÕES PARA OS MARXISTAS

No Manifesto Comunista expõem Marx e Engels:

"Esboçando a largos traços as fases do desenvolvimento proletário, expusemos a história da guerra civil, mais ou menos latente na sociedade, até a hora em que se transforma em revolução aberta e em que o proletariado funda a sua dominação pela derrubada violenta da burguesia...

Como vimos acima, a primeira etapa da revolução operária é a constituição (literalmente: a elevação, **Erhebung**) do proletariado em classe dominante, a conquista da democracia.

O proletariado aproveitará a sua supremacia política para arrancar, pouco a pouco, todo o capital à burguesia, para centralizar todos os instrumentos de producção nas mãos do Estado, isto é, do proletariado organizado como classe dominante, e para aumentar o mais ràpidamente possível a quantidade das fôrças productoras."

Estabelece aqui um parêntese importante: Para Marx, o **Estado é o proletariado organizado como classe dominante.** E Lenine, em sua obra citada, comenta:

"O proletariado tem necessidade de um Estado, repisam todos os oportunistas, os social-patriotas e os kautskistas, afirmando ser essa a doutrina de Marx, mas "esquecendo-se" de acrescentar: primeiro, que o proletariado, segundo Marx, só tem necessidade de um Estado em definhamento, isto é, constituído de tal forma que comece sem demora a definhar, e que não possa deixar de definhar; depois, que o Estado, de que os trabalhadores precisam, não é outra coisa senão "o proletariado organizado como classe dominante".

Para Lenine, o Estado será "constituído de tal forma que comece sem demora a definhar, e que não possa deixar de definhar". Eis o teórico; na prática, os bolchevistas não procederam assim. Quando as massas revoltadas, na Rússia, destruíram a máquina do Estado, e iniciaram, por conta própria, a expropriação, os bolchevistas criaram os maiores embaraços sob o pretexto de evitar "desordens", e outros pretextos, e o definhamento do Estado não se processou "sem demora", mas ao contrário, surgiu a hipertrofiação do Estado pelo aproveitamento dos quadros administrativos burgueses, pela centralização absorvente da administração, pela instalação de uma polícia férrea, pela instalação do exército permanente, pelo desarmamento do povo, anteriormente permitido e preconizado, pela dissolução das fôrças de voluntários, pelo impedimento de tôda organização livre de productores e consumidores, o que, desde o início, se tentou organizar de modo impressionante na Rússia. Por quê? Não se deve culpar os bolchevistas de tudo. Reconhecem os socialistas, adversários do marxismo, que há razões históricas que condicionaram essa hipertrofia não prevista teòricamente, mas prevista pelos socialistas libertários, sobretudo os anarquistas, como ainda veremos.

Além do definhamento, que deveria ter-se processado "sem demora", caracteriza Marx e Engels que o "Estado seria, então, o proletariado organizado como classe dominante", aceitando, portanto, a permanência ainda de outras classes, por algum tempo, mas sempre em minoria, e enfraquecidas.

Mas que classes permanecem na sociedade e devem ser subjugadas? Lenine responde:

"Evidentemente, só a classe dos exploradores, a burguesia. Os trabalhadores só têm necessidade do Estado para quebrar a resistência dos exploradores, e só o proletariado tem envergadura para quebrá-la, porque o proletariado é a única classe revolucionária até o fim, e capaz de unir todos os trabalhadores e todos os explorados na luta contra a burguesia, a fim de a suplantar definitivamente".

Mas a quem cabe o grande papel da derrocada da burguesia? Responde Lenine:

"A derrocada da dominação da burguesia só é possível pelo proletariado, única classe cujas condições econômicas de existência torna-a capaz de preparar e realizar essa derrocada. O regime burguês, ao mesmo tempo que fracciona, dissemina os camponeses e tôdas as camadas de pequena burguesia, concentra, une e organiza o proletariado. Em virtude do seu papel econômico na grande producção, só o proletariado é capaz de ser o guia de todos os trabalhadores e de tôdas as massas que, embora tão exploradas, escravizadas e esmagadas quanto êle, e mesmo mais do que êle, não são aptas para lutar independentemente por sua emancipação."

É interessante salientar-se a opinião de Lenine quanto ao proletariado. Embora julgue êle a classe mais revolucionária da sociedade, o que não é sempre uma constante histórica, pois há momentos de mais ou de menos revolucionarismo do proletariado, cujo conceito não é suficientemente claro para os marxistas — reconhece a possibilidade de existir, na sociedade, massas tão exploradas e escravizadas e esmagadas quanto o proletariado, **e até mais do que êle**, as quais não são aptas, porém, para lutar independentemente daquele.

Prossegue Lenine:

"A doutrina da luta de classes, aplicada por Marx ao Estado e à revolução socialista, conduz, fatalmente, a reconhecer a supremacia política, a ditadura do proletariado, isto é, um poder proletário, exercido sem partilha e apoiado directamente na fôrça das massas em armas."

Mais adiante dá um papel de dirigente ao marxismo, como partido de vanguarda do proletariado, como o proletariado mais clarividente da situação. E o poder proletário, que deveria apoiar-se **directamente** na fôrça das massas em armas, passa-se, no caso russo, a apoiar-se numa organização policial e num exército, enquanto o povo é desarmado.

Assim, o monopólio das armas passa para o Estado, que não é mais o proletariado, mas sim constituído por representantes e por uma burocracia, a mais numerosa e mais forte que a História regista. Não cabe aqui, ainda, examinar êsses aspectos da chamada "ditadura do

proletariado" na Rússia. Queremos, por enquanto, apenas registrar o pensamento marxista sôbre o tema do Estado.

Marx, citado por Lenine, critica a centralização do Estado francês em seu "18 Brumário de Luís Bonaparte", e tem palavras como estas:

"Êsse poder executivo, com a sua imensa organização burocrática e militar, com o seu mecanismo complicado e artificial, êsse exército de mais de meio milhão de funcionários, êsse espantoso parasita que, como uma rêde, envolve o corpo da sociedade francesa e lhe tapa todos os poros, nasceu na época da monarquia absoluta, no declínio do feudalismo que êle ajudou a precipitar."

E que diria Marx dos 25 milhões de burocratas russos?

E acrescenta Lenine: A primeira revolução francesa desenvolveu a centralização. E prossegue citando Marx:

"Mas, ao mesmo tempo, precisou aumentar a extensão, as atribuições e o número de auxiliares do poder governamental. Napoleão completou êsse mecanismo. A monarquia legítima e a monarquia de Julho nada lhe acrescentaram de novo, salvo uma maior divisão de trabalho...

Por fim, a república parlamentar, na sua luta contra a revolução, viu-se obrigada a reforçar, com suas medidas repressivas, os recursos e a centralização do poder governamental. Tôdas as subversões aperfeiçoaram essa máquina, em vez de a despedaçarem. Os partidos que, cada qual por seu turno, lutavam pela supremacia, viam no acto de posse dêsse enorme edifício a prêsa principal do vencedor."

E comenta:

"Nesse notável raciocínio, o marxismo realiza um progresso considerável em relação ao Manifesto Comunista. A questão do Estado era ainda posta, no Manifesto, de uma forma muito abstracta, nos têrmos e expressões mais gerais. Aqui, a questão se põe concretamente e a dedução é inteiramente precisa, bem definida, pràticamente tangível: tôdas as revoluções anteriores não fizeram senão aperfeiçoar a máquina governamental, quando o necessário é abatê-la, quebrá-la".

Precisamente o que era criticado nas revoluções anteriores é o que se processou, depois, na revolução russa. O bolchevismo, em vez de abater, quebrar a máquina governamental, centralizou-a ainda mais, e substituiu a livre iniciativa revolucionária do proletariado pela iniciativa centralizada no govêrno.

Mas citemos ainda Lenine:

"O poder centralizado do Estado, característico da sociedade burguesa, nasceu na época da queda do absolutismo. As duas instituições mais **típicas** dessa máquina governamental são a burocracia e o exército permanente. Marx e Engels falam várias vêzes, em suas obras, das inúmeras ligações dessas instituições com a burguesia."

O poder centralizado do Estado, a burocracia e o exército permanente são características da sociedade burguesa. Mas são também do Estado marxista instalado na Rússia. E Lenine, referindo-se à experiência do proletariado ao poder centralizado, à burguesia e ao exército permanente, dizia que cada trabalhador conhece essa ligação, porque a classe aprende a conhecê-la à sua própria custa. Sabe o porquê da inevitabilidade dêsses laços, que os democratas burgueses renegam por ignorância e por irreflexão, quando não têm a leviandade ainda maior de a reconhecer "em geral", esquecendo-se de deduzir as conseqüências práticas.

A burocracia e o exército permanente são "parasitas" da sociedade burguesa, parasitas engendrados pelos antagonismos internos, que esfacelam essa sociedade, parasitas que tampam os póros da vida. Kautsky considerava essa teoria do Estado parasitário como própria dos anarquistas e sòmente dos anarquistas. Lenine afirmava como também dos marxistas, os quais reconheciam as características fundamentais do Estado burguês.

Nunca um Estado proletário pode fundar-se num exército permanente e numa burocracia, afirmava com

ênfase Lenine. Pois, então, a Rússia não é um Estado proletário. Quem afirma é Lenine.

O "definhamento", para os marxistas, processa-se imediatamente após a vitória revolucionária do proletariado.

Ao proletariado cabe a destruição da burguesia como classe.

Centralização do poder burocrático, polícia e exército permanente	Características **próprias do Estado burguês**, para Lenine.

LIBERTÁRIOS E ANARQUISTAS
O ESTADO PARA OS SOCIALISTAS

O conceito anarquista do Estado é:

"O Estado — isto é, a instituição governativa que faz as leis e as impõe por meio da fôrça coercitiva, com a violência ou a ameaça, tem uma vitalidade própria e constitui, com seus componentes estáveis ou electivos, com seus funcionários ou magistrados, com seus policiais e com seus clientes, uma verdadeira e própria casta social à parte, dividida em tantas castas quantas sejam as ramificações de seu poder; e esta classe tem seus interêsses especiais, parasitários ou usurários, em conflito com os da colectividade restante, que o Estado pretende representar."

"Êste imenso polvo é o inimigo natural da sociedade, da qual absorve sua alimentação. Ainda num regime capitalista, onde o Estado é o aliado natural e a garantia material, armada, dos privilégios econômicos, não são sòmente os trabalhadores conscientes que vêem, no Estado, um inimigo, também uma parte da burguesia sente aversão pelo Estado, pois vê, no govêrno, um competidor, que a rouba, com a fiscalização, uma parte de seus benefícios e lhe impede desenvolver e exercer mais além de seus limites sua função exploradora" (Fabbri). E bastava citar os exemplos de Bastiat e de Spencer. Escrevia Malatesta há quarenta anos atrás: "Não se deve dizer que, quando deixem de existir as classes privilegiadas, o govêrno não poderá ser outra coisa que o órgão da vontade colectiva; os governantes constituem, por si mesmos, uma classe, e entre êles se desenvolve uma solidariedade de classe muito mais poderosa que a existente entre as classes, fundadas sôbre privilégios econômicos. É verdade

que hoje o govêrno é o servo da burguesia, não precisamente, porque seja govêrno, mas porque seus membros são burgueses; por outra parte, enquanto govêrno, êle, como todos os criados, engana a seu patrão e o rouba.

O que está no poder quer permanecer ali, e quer, a qualquer preço, fazer prevalecer sua vontade, e pôsto que a riqueza é um instrumento eficacíssimo de poder, o governante, se não abusa também e não rouba pessoalmente, fomenta, à sua volta, o surgimento de uma classe que lhe deverá seus próprios privilégios e que estará interessada em sua permanência no poder. Os partidos do govêrno são, no campo político, o que são as classes possuidoras no campo econômico.

Propriedade individual e poder político são os dois anéis da cadeia que oprime a uma cidade. Não é possível libertar-se de um dêles sem libertar-se do outro. Aboli a propriedade individual, sem abolir os governos, e aquela se constituirá por obra dos governantes. Aboli o govêrno, sem abolir a propriedade individual, e os proprietários reconstituirão o govêrno.

Quando Engels, talvez para resguardar-se da crítica anarquista, dizia que, desaparecidas as classes, o Estado pròpriamente dito não tem razão de ser e se transforma, de govêrno dos homens em administração das coisas, não fazia mais que um vão jôgo de palavras. Quem tem o domínio sôbre as coisas tem o domínio sôbre os homens; o que governa a producção governa os productores. Quem mede o consumo, é o senhor dos consumidores.

O problema é êste: ou as coisas são administradas, segundo os livres acordos dos interessados, e por parte dos próprios interessados, e em tal caso se realiza a anarquia, ou as coisas são administradas, segundo as leis feitas pelos administradores, e, então, existe o govêrno, o Estado, que fatalmente se torna tirânico."

Nunca os anarquistas se iludiram nem se empolgaram com as promessas dos socialistas autoritários, que pretendem substituir um Estado por outro, com a promessa de que êste definharia logo a seguir. O fortalecimento crescente do novo Estado, sua centralização, seu poder cada vez maior, foi o que êles previram. E realmente a história veio dar-lhes razão. Tudo quanto sucedeu à Rússia, anos antes da revolução e nos dias agitados desta, foi previsto pelos anarquistas, como ainda veremos.

Os anarquistas previram que Lenine seria vítima de seu Estado e, depois dêle, Trotsky, e todos os outros, que estiveram desde a primeira hora na vanguarda da Revolução. A vitória de Stálin foi prevista por Malatesta e por Fabbri, e por muitos outros. Sua falta de escrúpulos e seu desejo oriental de poder, transformá-lo-iam no mais poderoso dos ditadores. Os factos confirmaram tudo, depois.

Os socialistas libertários não crêem que a Revolução social se faça através do Estado, seja êste qual fôr. Não se trata de substituir uma dominação por outra, como sucedeu tantas vêzes na História, mas abolir o domínio do homem sôbre o homem, a exploração do homem sôbre o homem, representada no próprio Estado. A luta contra êste é, portanto, a principal acção. E podemos terminar com as palavras de Fabbri escritas nos dias da Revolução de Outubro:

"A ditadura, que é o Estado sob a forma de govêrno absoluto e centralizado, embora tome o nome de proletária ou revolucionária, é, no entanto, a negação da revolução. Depois que as velhas dominações tenham sido abatidas, o Estado tirânico renascerá de suas cinzas".

Marxista é aquêle que	a) reconhece a luta de classe; b) reconhece a ditadura do proletariado; c) admite a supressão de tôdas as classes e a formação de uma sociedade sem classes.
Socialistas libertários (anarquistas), etc.	a) o Estado é sempre ditadura; b) A revolução não pode ser processada pelo Estado, mas pelo próprio povo; c) quem administra as coisas, administra os homens; d) a supressão das classes não pode processar-se através do Estado, que cria novas classes.

PODE A DITADURA SER UMA ESCOLA DE LIBERDADE?

Antes da revolução russa, não se tinha uma idéia concreta do que seria a chamada "ditadura revolucionária do proletariado". Os escritores socialistas divergiam quanto à visão dos acontecimentos futuros. Enquanto uns falavam em constituinte revolucionária, em república social, outros falavam em ditadura, ou até em democracia operária. Os factos processados na e durante a revolução russa vieram apenas confirmar aquilo que alguns socialistas mais esclarecidos previam com a instalação de um novo Estado proletário. Durante os primeiros anos da revolução russa, quando a burguesia internacional armada tudo envidava para destruir a revolução, e impor à Rússia a sua vontade, a posição dos anarquistas foi a de colocar-se ao lado do proletariado insurreto, lutar contra a burguesia, e tudo fazer para que a revolução não conhecesse compassos de espera perigosos, sempre aproveitados pelos oportunistas e ambiciosos de todos os tempos. A preocupação crescente e dominante dos anarquistas era evitar a crítica ao que se passava na Rússia, evitar, nessa crítica, a análise dos actos governamentais perigosos, para impedir, assim, que ela fôsse servir de elemento de propaganda para os inimigos. No entanto, muitas foram as vozes que se ergueram antes e durante a revolução, vozes de bom senso, vozes honestas, que procuravam, por todos os meios, fazer ver aos dirigentes do movimento bolchevista, que êles, na prática, não estavam realizando a teoria, e estavam preparando a armadilha que iria servir, depois, para enlear muitos dêles. A História nos ensina uma verdade, uma grande verdade, para a qual temos sempre os nossos olhos voltados, diziam os anarquistas. Não nos iludamos nunca com as

exclamações de boa vontade, nem com as declarações de sinceridade revolucionária. Sabemos que há homens bem intencionados e revolucionários honestos entre os nossos adversários, mas sabemos, também, que êles, colocados em postos de mando, tornam-se, finalmente, iguais aos outros, opressores como os outros. Nós, que renunciamos a tôda e qualquer função de mando, não o fazemos por um gesto de renúncia idealista. Fazemos num gesto de vontade e por sabermos que se a nós nos fôsse dado o poder, e nós o aceitássemos, ao mesmo tempo que deixaríamos de ser anarquistas, nos transformaríamos, pela fôrça das circunstâncias, em novos opressores dos nossos camaradas. Assim a nossa crítica não representa a estúpida e ingênua acusação tão comum nos meios dos socialistas, prosseguem os anarquistas, de que entre nós estejam os melhores homens e os piores entre os nossos adversários. Não! Entre nós, como entre êles, há homens, e êsses homens, impulsionados por sua vontade de potência, transformada na luta em desejo de dominar e mandar, transforma-os de idealistas e revolucionários sinceros em opressores de seus irmãos e camaradas.

Logo no início da revolução russa muitos escritores socialistas libertários perceberam os erros que estavam sendo cometidos. Chamaram a atenção para êles, enquanto punham tôdas as suas fôrças na defesa da revolução. Eram vozes que se erguiam, cheias de boa vontade e de experiência, enquanto tudo era feito para evitar que a revolução sofresse uma derrota fatal.

Entregar "todo o poder aos Sovietes" é perigoso, mas o aceitamos, declaravam os anarquistas, porque os Sovietes não são criação de um partido político, mas uma espontânea realização do povo russo. Se o poder permanecesse nêles, o perigo para a revolução seria muito menor. Mas os bolchevistas, organizados em partido, ambicionavam o poder. E, com o tempo, deu-se o que os anarquistas previram: os sovietes perderam o poder, transferindo-o para a organização burocrática do Estado, que monopolizou o mando supremo. E depois viria a outra fase: o aniquilamento dos partidos de oposição. Todos os compromissos assumidos com os anarquistas e os socialistas revolucionários foram postos de lado, e êstes foram massacrados aos milhares, para que sòmente

os bolchevistas pudessem dirigir, e nenhuma voz mais se erguesse. Foi a terceira fase. Mas a quarta era inevitável; a centralização crescente do poder nas mãos de um grupo de homens do partido, de uma elite. E, em pouco tempo, o partido bolchevista desapareceu, e perdeu a sua chamada democracia interna, e a direcção de cima para baixo tornou-se absoluta. Um grupo dirigia a vontade e a consciência de todo um povo. Mas viria a quinta fase fatal, que os anarquistas previram: o ditador. E veio. Lenine assumiu todo o poder, sua vontade reinava soberana. Mas Lenine não seria ainda a última fase. Outro viria após a sua morte, que ainda assumiria mais poder. E sucedeu a **sexta fase:** o poder absoluto de um dirigente. E após a morte de Lenine, a luta travou-se pelo poder. E a revolução começou a devorar os filhos. Vencedor, Stálin foi inexorável para com todos os que lhe fizeram frente e os que não caíram sob as balas dos pelotões assassinos, gelaram nas regiões perdidas da Sibéria ou conheceram o exílio, depois. O bonapartismo é a **sétima fase** prevista para o bolchevismo, e não está muito longe. Tudo isso não foi demonìacamente criado. Foi a conseqüência das circunstâncias históricas. Sabíamos, dizem os anarquistas, que tal sucederia, quando vimos a revolução não seguir o caminho teòricamente traçado por Lenine em "O Estado e a Revolução". Sabíamos que o deperecimento do Estado não se processaria logo após a quebra do Estado czarista, mas que o Estado proletário iria conhecer uma hipertrofia crescente até se transformar na forma de opressão maior que conheceu a História. Nietzsche dizia que se os socialistas um dia governassem a sociedade, fariam leis mais duras e terríveis que quaisquer outros, por mais que falassem na liberdade. E então, dizia êle, "o mundo conhecerá a mais terrível e opressora forma de govêrno".

Os anarquistas também sabiam e os factos vieram confirmar posteriormente as suas previsões.

* * *

Os frutos da revolução russa não devem ser desprezados e nos devem servir para que estudemos novamente, e com acuidade, os problemas surgidos ao movimento socialista.

Durante os primeiros anos da revolução russa, Fabbri escrevia estas palavras:

"Rússia está experimentando, uma vez mais, uma orientação autoritária da revolução. Quais são os frutos e as lições da mesma? Uma resposta definitiva só poderá ser dada quando tôdas as fronteiras se abram e possamos ter relações com nossos companheiros dali, e ouvir os testemunhos mais sérios segundo nosso ponto de vista.

Não obstante, desde já podemos verificar muitas coisas e tirar muitas deducções.

A Rússia proletária, em sua revolução, seguiu um pouco a mesma trajetória que seguiu a revolução burguesa de França em 1789: derrocada do govêrno, com a ajuda de uma parte das tropas, tentativas de acomodamento, primeiro constitucionais e depois republicanos, sempre mais avançados. Mas, afinal, com a queda do govêrno burguês — que em França teria correspondido em 1793 ao triunfo dos hebertistas, os quais, ao contrário, foram guilhotinados — as coisas tomaram um aspecto diverso. Isto é, o aspecto foi diverso no sentido de terem subido ao poder os representantes dos proletários, os partidários da igualdade econômica; mas, no terreno político, quanto ao que respeita à formação do govêrno, êste assumiu um carácter muito parecido ao centralista e ditatorial dos jacobinos e de Robespierre.

Na polêmica com os anarquistas, os socialistas e comunistas costumam freqüentemente chamar aquêles de **jacobinos**; contudo, não se compreende por quê. A orientação jacobina da revolução é precisamente a preconizada pelos socialistas partidários da ditadura proletária. Pode dizer-se, com efeito, que foram os jacobinos os que criaram a primeira ditadura revolucionária. Quem goste das semelhanças históricas pode, portanto, dizer que os comissários do povo, com Lenine à cabeça, são, na Rússia, o que foi em França o "Comité de Salut Publique", com Robespierre à frente; e os Sovietes locais russos, com o Soviete Central de Moscou, são o que eram as sociedades e os clubes jacobinos nos vários pontos de França com a Sociedade **mater** de Paris, na cabeça.

A semelhança, ademais, foi aceita também por Lenine, quando, em 1904, os mencheviques russos acreditavam ofendê-lo, acusando-o de jacobinismo. "O jacobino — respondia — que une seu destino ao da classe social mais avançada de seu tempo, a do proletariado, é o revolucionário social-democrata". Quatorze anos depois, a 6 de setembro de 1918, num discurso na assembléia do Soviete de Petrogrado, no dia seguinte ao atentado contra Lenine, um dos homens mais importantes do movimento bolchevista, Zinovieff, morto depois como traidor, fazia a apologia, recordando a resposta mencionada, e acrescentando: "A figura do proletário-jacobino Lenine escurecerá a recordação dos mais famosos jacobinos da grande revolução francesa." Os nomes novos, os barbarismos introduzidos na linguagem socialista, não deve esconder-nos a essência das coisas. Os bolchevistas não são mais que a fração majoritária do partido marxista russo, chamado social-democrático antes da guerra; e esta fração é uma das tendências mais autoritárias e centralistas do socialismo internacional, a mesma contra a qual polemizaram, continuamente, os anarquistas, desde os tempos de Bakunin em diante."

A própria Rosa Luxemburgo, em 1918, dizia para Lenine e para Trotsky:

"O Socialismo não pode ser outorgado por dentro... por uma dezena de intelectuais reunidos em tôrno de um pano verde... Algumas dezenas de chefes, de uma energia infatigável e de um idealismo sem limites, dirigem o govêrno e, entre êles, os que governam de facto são uma dezena de cabeças eminentes, enquanto que a elite da classe operária é convocada, de tempos em tempos, para reuniões, com o fim de aplaudir os discursos dos chefes e de votar unânimemente as resoluções que lhe são apresentadas."

Isso, no fundo, diz ela, é um govêrno de grupo, uma ditadura... "de um punhado de figurões", uma "ditadura no sentido burguês".

E como se tamanha previsão não fôsse bastante, a grande revolucionária a completava com êste pressentimento ainda mais impressionante: "Um tal estado de

coisas deve provocar, necessàriamente, uma barbarização da vida pública."

É oportuno recordar as palavras de Fabbri, escritas em 1921:

"Confunde-se freqüentemente bolchevismo com sovietismo, devido à impressão que adquirem estas duas palavras, transportadas tal e qual, em lugar de serem traduzidas aos outros idiomas. O bolchevismo não é mais do que uma doutrina de partido, e êste partido é o marxismo revolucionário. O sovietismo é muito diferente: um sistema prático de organização das relações obreiras e revolucionárias, o modo de prosseguir a vida social ainda em tempo de revolução e depois de derruir o poder, quer de acôrdo com o novo poder, quer independentemente dêle. De certo modo, os sovietes, na Rússia, se tornaram bolchevistas, porque, especialmente nas grandes cidades, os bolchevistas constituíram maioria em seu seio, e puderam, assim, impor o seu sistema aos outros, por meio do poder político, conquistado pelo proletariado industrial nos grandes centros.

Isto não quer dizer que os sovietes sejam ao mesmo tempo bolchevistas. Todos recordarão que, precisamente no princípio da recente revolução russa, alguns dêles eram socialistas revolucionários, outros menchevistas, havia outros mais moderados ainda, e alguns mais avançados, e até em muitos lugares exerciam os anarquistas uma influência preponderante.

Os sovietes nasceram na realidade independentemente do bolchevismo; surgiram do espírito de iniciativa dos operários das cidades e dos campos, aguilhoados pela necessidade de prover imediatamente, e de modo orgânico, as necessidades práticas da revolução, as relações, a alimentação das massas, a producção, o armamento, etc. Tinham a organização mais simples, que poderia dizer-se federalista ou autonomista, embora permanecendo cada um em relação com os outros para as necessidades da vida social no próprio povoado, bairro ou cidade. O acôrdo entre os vários sovietes fazia-se sôbre bases igualitárias e sem coerções de uns sôbre os outros.

A breve experiência de 1905 foi sumamente útil. Apenas estalada a segunda, e esta vez vitoriosa revolução em massa de 1917, os sovietes se reconstruíram de uma maneira mais ampla, até abarcar, com uma espêssa rêde, tôda a Rússia. Seus caracteres próprios, ligeiramente esboçados e não bastante claros há doze anos atrás, concrecionaram-se e delinearam-se muito melhor ainda. A nova instituição fêz-se tão forte, que nenhum govêrno teria podido existir sem ser, ao menos, tolerado por ela. Os bolchevistas bem compreenderam isto, e trabalharam sistemàticamente para adquirir nela uma maioria efectiva, pelo menos nas cidades mais importantes e mais populosas, onde, por outra parte, o predomínio do proletariado industrial, já inclinado a segui-los, facilitava-lhes as tarefas, e onde era, também, mais fácil apoderar-se do govêrno por meio de golpes e insurreições armadas."

Cita ainda Fabbri as opiniões de um artista americano, Robert Minor, que se encontrava na Rússia, quando se deu a revolução, o qual dizia:

"A existência dos sovietes não se deve precisamente aos líderes bolchevistas, os quais não os criaram, nem os guiaram durante alguns meses, nem até quando eram considerados seus dirigentes.

Os bolchevistas encontraram os sovietes já constituídos, brotados do solo, por assim dizer, criação de milhares de inteligências, numa tentativa de regular as coisas sem necessidade do govêrno."

E acrescenta Fabbri estas palavras: "Esta origem espontânea e popular dos sovietes, não previsto nem preordenado por partido algum, é admitido também pelo conhecido escritor bolchevista Carl Radeck, segundo o qual, a idéia dos conselhos foi engendrada e formou-se do mesmo modo genial que a natureza gera e forma seus cristais.

Minor prosseguia: "Os originários sustentadores dos sovietes podem justamente ser chamados anarquistas e comunistas. A grande emprêsa consistia, pois, em apoderar-se dessa imensa fôrça anárquica, domesticá-la e guiá-la."

E Fabbri comenta: "Em suma, os sovietes devem, mais do que nada, às tendências anárquicas das massas

rurais; e se os bolchevistas conseguiram transformá-los em seus organismos de govêrno, isto não impede que a idéia sovietista, antiautoritária e federalista, contradiga e se choque com o espírito autoritário e centralizador do bolchevismo e, portanto, da concepção social-democrata e marxista da revolução. Também é verdade que os anarquistas russos, partidários e entusiastas dos sovietes, no período de sua formação original, encontram, na Rússia, a maior hostilidade pròpriamente nos bolchevistas, que devem à instituição dos sovietes seu poder e sua fortuna política. Isto só se pode explicar de uma maneira. Os anarquistas, defendendo a liberdade e a autonomia dos sovietes, contra a preponderância do govêrno central, que está em mãos dos bolchevistas, impedem a êstes consolidar-se, e fazem assim menos "forte" a ditadura.

Certamente na hostilidade para com os anarquistas não pode deixar de ter influído o antigo "ódio teológico" marxista, que ficou como herança nos bolchevistas, e que nunca se atenunou, mas que sòmente silenciou nos momentos em que a ajuda das fôrças anárquicas lhes era necessária para conquistar o triunfo. Especialmente Lenine não deixou escapar ocasião para falar com desprêzo dos anarquistas e também com aquela mesma patente ignorância de suas idéias, que se encontra tão freqüentemente nos escritores social-democratas. Assim, por exemplo, êle se satisfaz em atribuir ao anarquismo, copiando a Karl Marx na polêmica sustentada contra Proudhon, um carácter pequeno-burguês, que é bastante mais atribuível ao socialismo autoritário e parlamentário.

Proudhon, autor tão desordenado como enciclopédico, pode ser considerado como o último dos socialistas utópicos, e o primeiro dos socialistas modernos, impròpriamente chamados "científicos".

Deixou uma enorme producção intellectual, na qual uma parte é forte e originalmente anárquica, que lhe valeu o nome de "pai da anarquia".

Mas há ainda tôda uma parte utópica, na qual Proudhon propõe várias reformas e vários modos de chegar à solução no problema social, que nunca os anarquistas tornaram-na própria (e é aquela mais criticada por Marx), mas que foi literalmente saqueado pelo socialismo reformista, ao qual se podia, portanto, com tôda a oportunidade atribuir o epíteto marxista de "pequeno-burguês".

Podemos agora caracterizar, de maneira evidente, as diferenças profundas que se interpõem entre os socialistas libertários e os socialistas autoritários. A velha polêmica já tem um século e a experiência evidenciou o acêrto das opiniões libertárias, bem como a evidência de que os autoritários são, na prática, completamente distintos da teoria.

Para os anarquistas, não é a ditadura o que interessa, mas a revolução permanente, a oposição a tôda a autoridade atribuída, a acção directa dos operários contra tudo quanto seja resíduo do antigo regime, e a instalação de associações livres de productores e consumidores, que representarão a verdadeira transição da sociedade burguesa para a sociedade socialista. Lenine e seus sequazes conceberam sempre a ditadura no seu aspecto mais despótico. Acreditaram que seria a única capaz de modificar a estructura social e para aquêles que julgam que o conceito de ditadura do proletariado é só um sinônimo de violência proletária, conciliável com a liberdade do movimento individual e colectivo da classe obreira e da fôrça revolucionária em acção, basta reproduzirmos aqui o discurso pronunciado por êle no congresso pan-russo dos sovietes, em abril de 1918, que expõe claramente a concepção ditatorial, tão diferente daquela que anos antes da revolução era exposta em teoria:

"Se não somos anarquistas, devemos admitir a necessidade do Estado, quer dizer, da **coerção**, no período de transição do capitalismo ao socialismo. A forma de coerção será determinada pelo grau de evolução da verdadeira classe revolucionária, além das circunstâncias especiais como a herança de uma guerra longa e reaccionária e as formas de resistência da burguesia e da pequena burguesia. **Não há, portanto, absolutamente, nenhuma contradição de princípio entre a democracia dos sovietes e o uso de poder ditatorial por parte de algumas pessoas.** A distinção entre uma ditadura proletária e uma burguesia consiste nisto: A primeira dirige seus ataques contra a minoria dos exploradores, em interêsse da maioria explorada; e ainda mais, que a primeira, embora exercida

por algumas pessoas, não só é actuada pela massa de trabalhadores explorados, mas também pelas organizações que se formaram com o propósito de elevar estas massas ao trabalho criador da história.

Os sovietes constituem parte desta classe de organizações.

Em mérito à segunda questão sôbre o significado do poder ditatorial e individual, sob o ponto de vista dos problemas específicos do período presente, nós devemos dizer que tôda a grande indústria de maquinarias — que é a causa productiva do material e a base do socialismo — exige **a mais ilimitada e rígida unidade da vontade, que dirige o trabalho** comum de centenares de milhares e de dezenas de milhares de pessoas.

Esta necessidade é óbvia desde o ponto de vista histórico, técnico e econômico, e foi sempre reconhecida por todos aquêles que trouxeram algumas idéias ao socialismo como um requisito indispensável. Como podemos assegurar uma firme unidade de vontade? **Com a subordinação da vontade de milhares de pessoas à vontade de uma só.**

Esta submissão, se os participantes do trabalho comum são idealmente conscientes e disciplinados, podem assemelhar-se à débil direcção de um director de orquestra; mas pode assumir a forma extrema de uma ditadura se falta a disciplina ideal e consciente. Mas, de qualquer modo, a subordinação indiscutível a uma vontade única é absolutamente necessária para o êxito do processo do trabalho organizado, segundo o tipo da grande indústria mecânica. Isto é duplamente verdadeiro para as estradas de ferro.

É precisamente esta passagem de um trabalho político a outro, que na aparência não tem semelhança com o primeiro, que constitui a característica do período presente. A revolução rompeu apenas as mais antigas, as mais fortes, as mais pesadas cadeias, às quais foram as massas obrigadas a submeter-se. Assim era ontem e hoje a própria revolução — e no interêsse do socialismo, verdadeiramente — exige absoluta submissão das massas à vontade única daqueles que dirigem o processo do trabalho."

E Fabbri comentando êste discurso escreve: "Como se vê, aqui não se trata de violência e de coacção contra os velhos dominadores e a supervivente burguesia apenas, mas é exercida também sôbre as massas populares.

A ditadura de classe converte-se, efectivamente, na ditadura de um partido, na ditadura pessoal dos dirigentes dêsse partido, tanto no campo da organização política como no da organização econômica."

Tudo isto comprova quão diferente da teoria é a prática dos socialistas autoritários. Êstes "soi-disant" socialistas científicos, apesar de iluminados pela verdade, e de serem senhores do método mais científico quanto à observação dos factos sociais, nunca conseguem teorizar algo que a realidade posterior não desminta de modo flagrante. Vemos, assim, através dos factos e das palavras dos teorizantes do marxismo, a evolução de tôda a doutrina proletária, atravessar as seis fases acima descritas, para transformar-se, finalmente, na mais férrea das ditaduras, ante as quais, aquelas chamadas burguesas, chegam a ser pálidas experiências opressoras. Quando a prática não confirma a teoria, é porque a teoria era apenas uma locubração, e lhe faltavam os fundamentos reais, embora aparentemente chamados científicos por êles, mas afastados da grande realidade que é o homem com os seus apetites e seus impulsos, colocado no meio social, e que busca, apesar de empolgado por suas idéias mais puras, realizar seus baixos apetites.

Pregar no socialismo as idéias autoritárias, justificar a necessidade de uma ditadura, da alienação da liberdade individual e colectiva, em benefício de uma aparente realização melhor das suas idéias, não se cria, assim, homens aptos para o uso futuro da liberdade, mas sêres predispostos a aceitar novas algemas.

No exemplo alemão, um povo já històricamente educado para a alienação da liberdade, para a disciplina consciente ou não, tôda a propaganda dos partidos do socialismo autoritário favoreceram o advento do nazismo.

Na Alemanha, não se lutou para transformar o povo alemão num povo de homens livres, capaz de repelir tôda e qualquer tentativa de transformá-lo em rebanho.

Ali, o socialismo autoritário não mostrou ao povo alemão a realidade da sua situação de oprimidos, e fortalecendo tôda a história alemã e tôda propaganda em prol da alienação da liberdade, o socialismo autoritário preparou as novas gerações alemãs a compreenderem que só se liberta de uma ditadura caindo noutra ditadura, e ao reconhecer, psicològicamente, a fatalidade da ditadura, tão evidenciada pela propaganda prática e teórica, o nazismo sobreveio à Alemanha, sem encontrar, a não ser dos socialistas libertários e dos católicos, uma reacção à altura da dignidade humana.

DITADURA E LIBERDADE

"Os partidários da ditadura proletária — diz Fabbri — caem num êrro ao crerem trazer um remédio, ao substituir mais ou menos a mascarada ditadura burguesa por aquela dos representantes dos trabalhadores.

E a nós, que afirmamos que se deve deixar a revolução desencadear-se com o máximo possível de liberdade, deixando o caminho aberto a tôdas as iniciativas populares, nos respondem com uma quantidade de objecções, que podem ser resumidas num sentimento único que, ademais, não são capazes de confessar nem sequer a si mesmos: o mêdo à liberdade.

Depois de terem exaltado o proletariado durante cinqüenta anos, agora que está em vésperas de romper as suas cadeias, duvidam dêle, reputam-no, no íntimo de seu pensamento, incapaz de administrar por si próprio seus interêsses e pensam num novo freio que será preciso pôr-lhe para guiá-lo pela fôrça para a libertação...

... Tôdas as objecções, que apresentam os partidários da ditadura, giram em tôrno dêste principal argumento: a incapacidade da classe obreira para governar-se por si mesma, para substituir a burguesia na administração da producção, para manter a ordem sem o govêrno; quer dizer, reconhecem-lhe apenas a capacidade de eleger representantes e governantes."

Os socialistas libertários são acusados de pequenos-burgueses porque crêem no proletariado, e não nos intelectuais do partido apenas.

Os anarquistas respondem: "Uma das críticas mais contumazes dos marxistas consiste em chamar-nos de pequenos-burgueses. O anarquismo, para êles, é uma filo-

sofia tìpicamente pequeno-burguesa, proclamou um dia Lenine. E agora todos os seus corifeus e sequazes repetem a mesma frase. E com essa afirmação julgam-se satisfeitos. Aliás, a pecha de pequeno-burguês é a grande arma polêmica da qual usam e abusam em suas questões, quer com os adversários socialistas de qualquer espécie, quer até com os próprios companheiros que um dia cometem o grande sacrilégio de discordar da acção infalível dos chefes, bafejados pelo espírito-santo da presciência absoluta. É difícil, quando em polêmica com os bolchevistas, manter-se ela num terreno digno, por que êles descambam para o ataque pessoal, para a infâmia, para a acusação sórdida. Seguem o velho método do chefe que um dia disse que lançassem infâmias e mais infâmias sôbre o adversário, porque alguma coisa havia de ficar.

Quando um de seus companheiros diverge, sobrevém logo a acusação: pequeno-burguês, fascista, contra-revolucionário, etc. E o homem endeusado da véspera, o "nosso grande companheiro", passa a ser o canalha de hoje.

Todos os adversários dos bolchevistas são pequenos-burgueses, ou burgueses, ou fascistas. Ninguém pode ser revolucionário senão êles. Êles são os únicos filhos da revolução, os monopolizadores da revolução, os donos da revolução. Ingênua afirmativa, mas eternamente usada. Para ignorantes que os seguem, pode isso causar efeito, mas para a grande maioria do proletariado revolucionário, tais afirmativas causam dó e têm servido apenas para criar abismos intransponíveis entre os adversários socialistas, naturalmente com grandes proveitos para as camadas dominantes. Aliás, o papel dos bolchevistas, nestes últimos vinte anos, tem sido admiràvelmente executado: conseguiram, com bastante eficiência, dividir as fôrças do proletariado e fortalecer, com a sua acção, a burguesia internacional". E prosseguem:

"Mas, voltando à pecha de pequenos-burgueses, com que sempre brindam os socialistas libertários, devemos dizer aos marxistas o seguinte: uma análise bem singela da psicologia e da situação de classe do pequeno-burguês, nos mostra que é uma camada entre duas classes: uma camada que teme tornar-se proletária, isto é, proletarizar-se, e que deseja ascender à situação da burguesia. Quando sente a impossibilidade de aburguesar-se, então revolucionariza-se. Aproxima-se do proletariado, torna-se socialista. Mas quando se torna socialista não afasta o olhar da posição de mando da burguesia. Deseja substituí-la. Ninguém, como ela, está à altura da posição de mando. Ela é a vanguarda consciente, porque ela sabe, é mais culta, mais inteligente. Ela é a vanguarda do proletariado. Então torna-se socialista, mas autoritária. O socialismo autoritário é tìpicamente pequeno-burguês. E isto porque não acredita na capacidade criadora do proletariado, porque não acredita que êste seja capaz de criar por si mesmo suas formas de vida. O pequeno-burguês não compreende como se possa fazer uma administração sem govêrno, isto é, sem êle. Como as massas humanas poderão se dirigir por si mesmas? É necessária uma fôrça coercitiva, que guie o proletariado, o povo, em suma, para a liberdade.

E nós, que acreditamos na fôrça criativa das massas humanas é que somos os pequenos-burgueses. A quanto leva a dialéctica falsificada!..."

* * *

E diz Fabbri: "Mas os bolchevistas, partidários da ditadura, aceitam, postulativamente, a incapacidade da classe operária para governar-se por si mesma, "para substituir a burguesia na administração da producção, para manter a ordem sem o govêrno; quer dizer, reconhecem sòmente a capacidade de eleger representantes e governantes". E acrescenta: "Naturalmente não declaram êste conceito com as nossas próprias palavras; ao contrário, mascaram-no a si mesmos mais cuidadosamente que aos outros, com raciocínios teóricos diversos. Mas, a sua preocupação dominante é esta: que a liberdade é perigosa, que a autoridade é necessária para o povo, assim como os ateus burgueses dizem que a religião é necessária para não desviar-se êle do bom caminho... Aquêles que falam da ditadura como de um mal necessário no primeiro período da revolução — no qual, pelo contrário, seria necessário um máximo de liberdade, — não advertem que êles mesmos contribuem para torná-la

necessária com sua própria propaganda. Muitas coisas se tornam inevitáveis à fôrça de crer nelas e de querê-las como tais..."

* * *

E os anarquistas prosseguem: "Nós sempre acreditamos que um êrro gera outro, sobretudo no tocante à acção social. Por isso, somos visceralmente éticos em nossas atitudes e por isso tão combatidos. Como não aceitamos o uso da astúcia, nem das formas vacilantes ou turvas, nem das táticas indirectas, que usam de meios para enganar o adversário, com o uso da mentira, da infâmia, da falsidade, e que acreditamos que melhor faremos se agirmos directamente, frente à frente, e que, embora derrotados muitas vêzes, sempre o fomos com honra, não concordamos nunca com os processos ardilosos que poderíamos classificar de pequenos-burgueses, se tivéssemos a preocupação, que têm os marxistas, de emprestar sempre aos adversários a psicologia de uma classe, que as circunstâncias obrigam a mostrar-se sempre com duas faces, porque ela está sempre com um ôlho voltado para o proletariado e outro para a burguesia.

Quando combatemos, às vésperas da revolução russa, a ditadura do proletariado, acusaram-nos de pequenos-burgueses, porque temíamos dar o poder aos trabalhadores. Não! O que temíamos não era isso, mas o contrário: que o poder não seria tomado pelos trabalhadores. E mais: sabíamos que êle iria cair, fatalmente, na mão de pequenos-burgueses "soi-disant" revolucionários. Dissemos então: A ditadura do proletariado dará o poder aos Sovietes. Até aí aceitamos como uma necessidade passageira. Mas sabíamos que os Sovietes acabariam perdendo o poder em benefício dos bolchevistas. Êstes, depois, perderiam o poder, como conjunto, pela centralização fatal dos poderes. As ordens viriam de cima para baixo. E o poder passaria para um grupo de dirigentes. Mas tais dirigentes, previamos, lutarão entre si para ter o poder supremo. E, fatalmente, a ditadura proletária na ditadura de um homem, como sempre se deu na história. Fabbri, antes da morte de Lenine, previa a luta fatal entre Trotsky e Stálin. Lenine seria a primeira vítima. Depois se travaria entre êles a luta pelo poder. Mas Stálin ganharia por ser menos escrupuloso. E conseqüentemente, os partidários de Trotsky iriam morrer nas masmorras, na Sibéria, ou ante os pelotões de fusilamento. E tudo isso se deu. Stálin dominou omnipotentemente. Esta a **etapa** final do que previamos para a chamada ditadura do proletariado. Sobreviria depois de Stálin o bonapartismo e a derrota final."

* * *

Há uma página de Fabbri, escrita nos primeiros dias da revolução russa, quando ainda o mundo desconhecia a realidade do que ali se passava, que tem o valor de uma profecia. Vamos reproduzi-la:

"Não somos profetas nem filhos de profetas, e não podemos prever o modo como tudo isso poderá acontecer. Mas chamamos a atenção dos leitores, e especialmente dos socialistas, para êste facto: que o proletariado não é uma classe única e homogênea, mas um conjunto de categorias diversas, de algumas espécies de subclasses, etc., no meio do qual há mais ou menos privilegiados, mais ou menos evolucionados e, ainda, alguns que são, de certo modo, parasitas dos outros.

Há nessas classes minorias e maiorias, divisões de partido, de interêsses, etc. Hoje tudo isto pouco se nota, porque o domínio burguês obriga um pouco a todos sentirem-se solidários contra êle; mas o facto é evidente para quem estuda de perto o movimento operário e corporativo. A ditadura proletária seguramente iria para as mãos das categorias operárias mais desenvolvidas, organizadas e armadas, e poderá significar a constituição da classe dominante futura, à qual já lhe agrada chamar-se a si mesma de "elite" obreira, para prejuízo, não sòmente da burguesia, simplesmente destronada em seus componentes anteriores, mas também das grandes massas menos favorecidas pela posição que ocupavam no momento da revolução.

Certamente se constituirá outra classe dominante — poderia melhor chamar-se uma casta, muito semelhante à actual casta burocrática governamental, a qual justa-

mente substituirá — integrada por todos os actuais funcionários dos partidos, das organizações, dos sindicatos, etc. Além disso, a ditadura terá também, junto com o govêrno central, seus órgãos, seus empregados, seu exército, seus magistrados, seus politiqueiros; e êstes, junto com os funcionários actuais do proletariado, poderão precisamente constituir a máquina estatal para o domínio futuro, em nome de uma parte privilegiada do proletariado e aliada a ela. Esta, naturalmente, cessará de ser, de facto, "proletariado", e se faria mais ou menos (o nome pouco importa), o que na realidade é hoje a burguesia. As coisas poderão ocorrer diversamente nos pormenores, poderão, também, tomar outra orientação, mas será parecida a esta, e terá os mesmos inconvenientes. Em linhas gerais, o caminho da ditadura não pode conduzir à revolução, mas a uma perspectiva dêste gênero; quer dizer, ao contrário da finalidade principal da anarquia, do socialismo e da revolução social.

Tão errôneo é dizer que se quer a ditadura para a revolução, como é ela desejada para a guerra. Que seja desejada para a guerra que a burguesia e o Estado realizam, com a pele dos proletários, é natural. Trata-se de fazer a guerra pela fôrça, de fazer combater pela fôrça a maioria do povo contra os seus próprios interêsses, contra as suas idéias, contra a sua liberdade, e é natural que, para obrigá-lo, necessita-se de um verdadeiro esfôrço violento, uma autoridade coercitiva, e que o govêrno se arme de todos os poderes...

Mas a revolução é outra coisa; é a luta que o povo empreende por sua vontade (ou cuja vontade é determinada pelos factos) no sentido de seus interêsses, de suas idéias, de sua liberdade. É preciso, por conseguinte, não refreá-lo, mas deixá-lo livre em seus movimentos; desencadear com inteira liberdade seus amôres e seus ódios, para que brote o máximo de energia necessária para vencer a oposição violenta dos dominadores.

Todo poder limitador de sua liberdade, de seu espírito de iniciativa e de sua violência, seria um obstáculo para o triunfo da revolução; a qual não perde nunca por que se atreve demasiado, mas só quando é tímida e se atreve a pouco".

O DEFINHAMENTO DO ESTADO

Para Lenine, o definhamento do Estado começa logo após a quebra do estado burguês, embora o prazo do "definhamento" possa ser de longa duração.

"Só na sociedade comunista, quando a resistência dos capitalistas estiver perfeitamente quebrada, quando os capitalistas tiverem desaparecido e já não houver classes, isto é, quando não houver mais distinções entre os membros da sociedade em relação à producção, só então é que "o Estado deixará de existir, e se poderá falar de liberdade". Só então se tornará possível e será realizada uma democracia verdadeiramente completa, cuja regra não sofrerá excepção alguma. Só então a democracia começará a definhar — pela simples circunstância de que, desembaraçados da escravidão capitalista, dos horrores da selvageria, da insânia, da ignomínia sem nome da exploração capitalista, os indivíduos se habituarão, pouco a pouco, a observar as regras elementares da vida social, de todos conhecidas e repetidas, desde milênios, em todos os mandamentos, a observá-las sem violência, sem constrangimento, sem subordinação, sem êsse aparelho especial de coacção, que se chama o "Estado".

A expressão "o Estado definha" é muito feliz porque exprime ao mesmo tempo a lentidão do processo e a sua espontaneidade. Só o hábito é que pode produzir êsse fenômeno, e sem dúvida há de produzi-lo. Já vimos em tôrno de nós, com que facilidade os homens se habituam a observar as regras indispensáveis da vida social, contanto que nelas não haja exploração, e que não havendo nada que provoque a indignação, o protesto, a revolta, nada necessite de repressão."

Êsse definhamento se processaria no período de transição do capitalismo para o comunismo. Mas, neste, a repressão é menor que no Estado burguês, enquanto neste é uma minoria que oprime uma maioria, no Estado proletário seria uma maioria a oprimir a minoria, o que seria, portanto, mais fácil, e tornaria desnecessário um aparelho maior. É Lenine quem diz:

"O aparelho especial de repressão do "Estado" é ainda necessário, mas é um Estado transitório, já não é o Estado pròpriamente dito, visto que o esmagamento de uma minoria de exploradores pela maioria dos escravos assalariados de ontem é uma coisa relativamente tão fácil, tão simples, **tão natural, que custará à humanidade muito menos sangue do que a repressão das revoltas de escravos, de servos e de operários assalariados"** (O grifo é nosso).

E mais adiante diz:

"A partir do momento em que os próprios membros da sociedade, ou, pelo menos, a sua imensa maioria, tenham aprendido a gerir o Estado, tenham tomado a direcção das coisas e organizado o seu contrôle, tanto sôbre a ínfima minoria de capitalistas como sôbre os pequenos senhores, desejosos de conservar os seus ares de capitalistas e sôbre os trabalhadores profundamente corrompidos pelo capitalismo, desde êsse momento tenderá a desaparecer a necessidade de qualquer administração. Quanto mais perfeita fôr a democracia, tanto mais próximo estará o dia em que se tornará supérflua. **Quanto mais democrático fôr o Estado, constituído por operários armados e deixando, por isso mesmo, de ser "o Estado no sentido próprio da palavra", tanto mais rápida será também a extinção de qualquer Estado".**

A diferença entre a teoria e a prática no marxismo nos mostra quanto de realmente utópico havia e há na sua obra teórica. Nada melhor ilustra a nossa apreciação que os factos posteriores, havidos na Rússia. Tudo quanto fôra previsto, acalentado, admitido, não se deu. A burocracia, temida e negada a pés juntos pelo marxismo, assenhoreou-se da máquina estatal.

Hoje, falar-se na Rússia na supressão, ou até no definhamento do Estado, é algo impossível. Kalenin tentou fazer um discurso no qual perguntava quando se iniciaria êsse definhamento. Dias depois "renunciou" à presidência da república por "motivos de saúde", e uma semana após, "morria". Convém, porém, ressaltar dois pontos importantes: dizem os marxistas que a centralização do poder na Rússia foi uma necessidade ante a oposição feroz do capitalismo internacional. Se ali houvesse liberdade, a República "soviética" já teria sido destruída. Perguntam os anarquistas: por quê?

Porque o capitalismo teria mais fàcilmente destruído um Estado fraco. Por quê? Tornam a perguntar. Porque o capitalismo poria em perigo a nossa situação.

Mas, raciocinemos com calma, dizem os anarquistas. Se houvesse liberdade na Rússia e menos centralização de poderes, se ali se respirasse mais liberdade, qual seria a atitude do proletariado internacional? Se ali houvesse respeito aos socialistas revolucionários, aos libertários, a todos os partidos ou grupos que representam a luta contra o capitalismo, o proletariado internacional olharia a Rússia com olhos iguais aos que olha hoje? Teria a burguesia internacional tantas armas como as que tem para combatê-la?

"Nós dizemos não!" exclamam os anarquistas. Quando rompeu a revolução russa, e quando a liberdade ainda era um facto, o proletariado internacional recebeu a revolução com um entusiasmo nunca registrado até então, na História. Quando sobrevieram as reacções internas, todos os socialistas de esquerda, que dissentiam da acção estatal bolchevista, começaram a perder a simpatia, e com isso fortaleceram-se os sindicatos amarelos e os partidos burgueses. Ao fortalecimento da centralização estatal russa aumentou a resistência e o desentusiasmo das classes proletárias no resto do mundo. Os bolchevistas não souberam fazer um cálculo de equação de primeiro grau, nem aplicar a dialéctica.

Nós afirmamos, prosseguem: quanto mais socialismo houvesse na Rússia (e socialismo é liberdade), mais fraca seria a resistência da burguesia, porque mais forte seria o apoio do proletariado internacional e das classes populares. Uma Rússia socialista nunca poderia temer que o proletariado internacional ajudasse a burguesia para com-

batê-la. Mas, quanto mais opressora, quanto mais estatal, quanto mais centralizadora de poderes, quanto mais intransigente contra os que querem que a revolução prossiga seu caminho, mais forte se tornará a burguesia. O proletariado, que goza de alguma liberdade nos países burgueses, não pode ter entusiasmo para lutar por uma comissariocracia, que não admite nem de leve que alguém levante a voz para perguntar: mas, e o socialismo? Quando começaremos a realizá-lo? Daí porque, hoje, a Rússia encontra-se numa situação perigosíssima. Querendo fortalecer-se interiormente, aumentou a fôrça contrária exterior. E perguntam ainda os anarquistas: nos dias em que o proletariado ainda era livre, dentro da Rússia, não lutou ela contra a intervenção de 16 nações e contra a contra-revolução interior? Por acaso, na Ucrânia, onde os machnovistas (anarquistas) preponderaram, não foi onde a luta assumiu as proporções mais épicas da revolução? E não foi com homens livres que se destruíram as tropas de Kolchak, de Gregorief, de Petliura e de Wrangel?

Por que temer a liberdade? Não é ela, acaso, a escolha de homens capazes de lutar com mais entusiasmo do que escravos?

Estamos num momento histórico de máxima significação. E, no futuro, quando se escreverem as páginas dessa história, poderão os historiadores dizer quão inimiga da liberdade e do socialismo foi essa casta de burocratas e de estatistas russos, que arrastaram a revolução, não ao definhamento do Estado e ao socialismo, mas à maior derrota proletária, que talvez venha a registrar a História. E os anarquistas prosseguem:

"Os que hoje ouvem a linguagem marxista-leninista--estalinista ou trotskista ou dissidente, sôbre o Estado, deveriam demorar um pouco a sua atenção para o que os marxistas **diziam antes** de fazer sua revolução e o que **disseram depois**, para justificar o "então-estávamos-enganados", que fôra **cientificamente** afirmado, segundo os **fundamentos científicos** do marxismo-leninismo.

Como as teorias científicas e as suas hipóteses têm a vida de alguns anos, e novas teorias substituem as antigas, não é de admirar que o marxismo tenha sido, na

prática, outra coisa do que foi na teoria, o que ainda não lhe deu a menor originalidade, pois apenas repetiu o que é freqüente na história humana.

Não são apenas nas páginas de Marx e Engels, e posteriormente em Lenine (em o "Estado e a Revolução"), que vemos tratar **não-utòpicamente** do Estado, mas cientìficamente. Durante os dias da "kerenskiada", enquanto os bolchevistas se apresentavam ao assalto ao poder, ainda as palavras de Lenine eram como estas:

"Precisamos do Estado, mas não da espécie usada pela burguesia, com órgãos de poder na forma de polícia, exército, burocracia, distinta e oposta ao povo". (Obras completas de Lenine, vol. XX, pág. 50, ed. inglêsa do Inst. Lenine de Moscou). Seria uma polícia diferente, e uma burocracia diferente, muito diferente. E realmente foram e são. A polícia encarcera, leva para campos de concentração, tortura, obriga às confissões (como a dos médicos), e o exército atira sôbre operários que se rebelam contra a opressão (como na Alemanha Oriental), e a burocracia russa só defende os interêsses do povo, consumindo grande parte da arrecadação por pesadíssimos impostos e contribuições.

Mas, no mesmo tópico, adiante, Lenine ratifica a posição ante a polícia. Êle exclama com ênfase: "Não permitiremos o estabelecimento da polícia! Não queremos os órgãos de govêrno. Criaremos uma milícia universal, dirigida pelo proletariado" (pág. 51). Essa milícia seria o "órgão executivo dos Sovietes de Operários e Soldados, que merecerá a **completa** confiança da população, porque será uma organização de tôda a população" (pág. 53). A polícia, o exército e a burocracia seriam substituídos pelo povo armado. E na pág. 100, combatendo a polícia, dizia que a sua existência "era a razão do malôgro das revoluções". E era inegàvelmente verdade. E exclamava ao povo: "Experimentem, façam erros, mas aprendam a governar!" Mas logo depois, quando no poder, os bolchevistas deliberaram que só êles tinham o direito de errar, naturalmente, à custa do povo, e êste de obedecer.

E êle, nesta época, sabia tão bem como a polícia actua, que, à pág. 142, repetia:

"Prevenir o reestabelecimento da polícia, reunir tôdas as fôrças de organização de todo o povo para a criação de uma milícia universal, tais são as tarefas que cabe ao proletariado levar às massas com o fim de projetar, fortalecer e desenvolver a revolução". Do contrário..." E o contrário, dialècticamente, veio.

Não queremos pôr em dúvida a boa fé de Lenine. Êle certamente a teria. Os factos contrariaram as suas palavras, e os factos acabaram por vencê-lo. Êle acreditava que bastariam os Sovietes e o povo armado. Admitia que todo o poder caberia aos Sovietes de deputados.

E exclamava: "não admitiremos a formação de um exército separado do povo, que servirá para incentivo a vários atentados à liberdade..." (pág. 221).

Seria longo citar as inúmeras passagens, artigos, cartas, discursos, proclamações, que foram feitas durante os meses de março a outubro de 1917, isto é, nos meses que antecederam à revolução bolchevista, e até depois, até à NEP, a grande guinada de direita.

Por quê? Era impossível caminhar para o socialismo? Um socialista libertário protestaria logo e diria: é sempre possível caminhar para o socialismo. Mas o caminho é um só: o socialista. Todo e qualquer outro caminho é afastar-se dêle. Tôdas as razões dos bolchevistas pecam pela base. Crentes até ao fanatismo em suas interpretações da história, duvidosos da capacidade popular, ansiosos de poder, que nêles gestou o autoritarismo, não concebem que a liberdade só pode ser gerada na liberdade, como o socialismo no socialismo. Precisam os contrários, como manda a sua dialéctica. Então, piedosamente, como aquêles devotos da Idade Média, que levavam lenha para as fogueiras dos herejes, êles oprimem o povo para forjarem, assim, a sua contradição, a liberdade, sem a qual não há socialismo. Têm razão. A liberdade e o socialismo só podem surgir por oposição, por antítese aos bolchevistas."

* * *

Procuramos, nestas páginas, atermo-nos apenas aos textos da grande polêmica sôbre o Estado, entre marxistas e socialistas libertários. Os argumentos foram sintetizados, tanto quanto era possível.

Tais elementos são imprescindíveis à análise decadialéctica, que procederemos mais adiante, quando já tenhamos, bem esclarecidos, os pontos fundamentais.

AS CONCEPÇÕES LIBERTÁRIAS E SUA CRÍTICA DO MARXISMO

Se considerarmos o socialismo genèricamente, teríamos, como já o fizemos, de caracterizar como suas espécies:

a) o socialismo libertário, representado sobretudo pelas tendências anarquistas;

b) o socialismo democrático dos partidos e organizações operárias, filiados à 2.ª Internacional (de Amsterdam) e;

c) o socialismo autoritário, o dos partidos comunistas, filiados tanto à 3.ª Internacional, ou ao Comintern, que a substituiu, ou à 4.ª Internacional trotskista, e os dissidentes marxistas.

Nos seus métodos de luta, para alcançar, pela revolução social, o socialismo, que todos aceitam, e sem precisar nitidamente o que entendem por tal, pois há dezenas de delineamentos mais ou menos tênues do seu conceito, como vimos, os primeiros são adeptos da acção directa, não política, contrários ao monopólio de poder dado ao Estado, que pretendem desde logo destruir e substituir pela sociedade administrativamente organizada, enquanto os segundos aceitam a luta democrática, eleitoralista, parlamentar, até alcançar o domínio do Estado, que passaria a servir aos interêsses das classes operárias, em vez das classes chamadas burguesas, e, finalmente, os terceiros são pela insurreição, com a instalação do que chamam a "ditadura do proletariado", o qual se encarregaria da transformação social, pela aplicação de uma férrea ditadura.

Os libertários negam terminantemente que o Estado seja um órgão capaz de realizar uma ampla e profunda reforma social de base socialista, pois sendo um órgão opressor, de insaciável poder, tende naturalmente a divorciar-se das massas, a tornar-se, de meio, em fim, e a fazer malograr tôdas as tentativas de transformação social. Em abono de sua tese, trazem os factos da história, tanto a passada como a contemporânea, e argumentam, sobretudo com o que se deu na Rússia, que revelou que o Estado, em vez de deperecer, aumentou cada vez mais de poder, tornando-se tudo quanto os marxistas, antes, haviam dito que não se tornaria em suas hábeis e científicas mãos.

Os socialistas democráticos não admitem a ditadura do proletariado, mas sim a acção evolucionista e prática do socialismo, estimulada pela acção das massas sob a direcção de seus partidos, dentro da luta parlamentar e não pretendem, dêste modo, realizar uma revolução total, com a subversão completa de tôda a ordem, feita de modo imediato, mas mediata e lentamente, através das organizações estatais. Aceitam, portanto, uma acção indirecta, política e econômica. Os socialistas autoritários são pela subversão, embora aceitem prèviamente a luta, indirecta, sob a alegação de que serve como meio de agitação e de preparação das massas para as grandes batalhas decisivas, aceitando, segundo as circunstâncias, ora a acção directa (quando da insurreição), ora a acção indirecta (política, eleitoralista, etc.).

A crítica cerrada, que fazem entre si essas três espécies do socialismo, não se mantém dentro de normas genuìnamente filosóficas e éticas. Não se cansam de explorar armas ignóbeis, calúnias, ofensas, uns mais do que outros, no intuito de denegrir seus adversários, e nisso, pode-se dizer, sem a menor sombra de exagêro, que os socialistas são verdadeiros mestres, pois nunca, na história humana, houve tamanho uso do desaforo. Tudo quanto a imaginação humana foi capaz de criar para ofender quem quer que seja, os socialistas souberam usar num desperdício de ofensas sem fim. Não há entre êles quem não seja acusado de traidor, policial, vendido, desde que pertença a uma das espécies contrárias.

Neste ponto, porém, temos de reconhecer, e os socialistas de todos os matizes não poderão deixar de fazê-lo em boa consciência, que os libertários são os mais comedidos, embora entre êles também surjam muitos que não põem rédeas nas línguas.

Mas êsse aspecto desagradável do socialismo, que deveria, já que os socialistas se atribuem tantas virtudes, não se verifica, é alguma coisa que paira de tétrico em sua história. Poderíamos até aventar aqui, e os socialistas em geral repelirão com energia, que a palavra **socialista** acabará na história humana tendo o mesmo destino de palavras como **cínico, sofista, epicurista, libertino,** e outras, que terminaram por ser usadas, popularmente é certo, em sentido plenamente pejorativo.

O que nos interessa, agora, é ver como procedem em linhas gerais os socialistas libertários em suas críticas ao *socialismo democrático* e ao autoritário.

Vejamos os principais postulados.

§ 1 — O Estado político é uma forma de opressão. E quando êle estabelece para si uma "filosofia oficial", torna-se duplamente opressivo.

A Filosofia é uma busca contínua. E o inesperado pode surgir nessa viagem dos argonautas do espírito. O inesperado pode trazer a derruição de muitas verdades anteriormente aceitas. Uma filosofia oficial, como desejam alguns marxistas, seria escrever, prèviamente, o último capítulo da História da Filosofia.

Se as novas buscas nos oferecem uma nova concepção do mundo e das coisas, o papel do filósofo é submeter-se à nova evidência. Nenhum verdadeiro marxista poderá admitir que a sociedade socialista desejada não possa oferecer novas possibilidades à Filosofia. E se pensasse de outra maneira, exerceria, dêste modo, uma violentação inominável e criminosa ao espírito.

O socialismo revelará o inesperado, o imprevisto. Nenhum homem de boa fé pode temer o imprevisto no conhecimento humano.

Uma filosofia oficial é um crime ao conhecimento. Filosofar é um constante reexaminar, analisar, discipli-

nar, inquerir. O exame da História mostra-nos quão odienta tem sido a intolerância. Mas tolerância não consiste em transigir com as idéias alheias ou em aceitá-las em parte ou no todo, mas em compreender o **direito** que cabe aos outros de pensar diferentemente de nós. Devemos dar aos outros o "direito de errar". Junte-se êste aos **novos direitos do homem.**

§ 2 — Para organização da administração social, com base na livre cooperação dos indivíduos, é capítulo hoje da ciência. Pode, pelo menos, ser organizada cientificamente. A administração das coisas, da producção e da economia, é assunto que tècnicamente pode ser resolvido, e o papel do socialismo tem de ser êste: organizar a sociedade tècnicamente na base da livre cooperação dos indivíduos com administração técnica da economia social, para a qual todos poderão e devem exercer uma parte de acção.

Mas daí intervir na liberdade do homem e no **homem**, e estabelecer-lhe uma escala única de valôres, é violentar-lhe o direito de dirigir a si mesmo quando em cooperação com seus semelhantes.

§ 3 — O Estado, em vez de pôr-se ao serviço da cultura, põe a cultura ao seu serviço. Em vez de pôr-se a serviço do indivíduo e da espécie, põe a espécie e o indivíduo ao serviço do Estado. Em vez de ser um meio para administrar as coisas em benefício do homem livre, torna-se um fim que governa o homem e as coisas em benefício de si próprio.

Êste é um exemplo vivo do fatalismo das formas viciosas. Mas a forma viciosa só se manifesta quando algo aparentemente puro traz em si seu germe. A autoridade atribuída, característica do Estado político, traz em si sua própria degeneração viciosa, que é a autoridade exercida como uma razão em si, como fim.

O marxismo é uma ideologia nascida na paleotécnica e por ela influída. A organização industrial na paleotécnica, que se estabeleceu no século XIX e ainda preponderа hoje, é ainda uma forma primitiva e brutal de organização técnica, dominada pelo princípio de que a quantidade supera a qualidade. Na eotécnica, predominou a

qualidade, porque a producção era dominada pelo artesanato. Na paleotécnica, predomina a quantidade, porque a producção é feita em grandes massas e destina-se aos grandes mercados.

Dialècticamente, podemos concluir que a neotécnica buscará a quantidade com a qualidade, porque libertará o homem das grandes aglomerações, devolverá o prazer da realização de obras melhores e será orientada por técnicos, já libertados dos preconceitos políticos, que tanto têm prejudicado a marcha da evolução.

O marxismo, portanto, não representa a última palavra.

As novas descobertas, que apareceram nesta guerra, iniciaram o caminho da biotécnica, e esta evidencia já a decadência dos políticos. Nem a ciência nem a técnica poderão avançar, conhecer as grandes descobertas, sem a liberdade.

A liberdade é o fundamento de todo o progresso científico, técnico e artístico. Esta última guerra encerra para o homem a última página da ilusão dos regimes autoritários. As grandes massas bovinas, que ainda seguem os chefes dos diversos partidos, pretensamente revolucionários, são precisamente o producto dessa paleotécnica, em que o homem passou a ser uma engrenagem a mais de uma máquina, um autômato da producção, sem conhecer o prazer da producção nem da vitória, mas a sensação do pássaro prêso a uma cadeia. Esse autômato, ressentido pela miséria e pela opressão, sentindo-se fraco, aproxima-se de seus irmãos de miséria para enfrentar o Moloque autoritário que o oprime.

É o proletariado revolucionário de hoje predecessor do homem libertado de amanhã, senhor de seus actos e de suas idéias. Mas, para o proletariado conhecer a libertação de si mesmo e romper as suas algemas, nunca o conseguirá entregando-se às ordens de novos chefes e guias. Será só buscando a si mesmo, e por si mesmo, para obter a libertação de sua condição de massa.

§ 4 — Tôda filosofia, que apenas **a priori** quer resolver as investigações, é visualmente falsa. São as investi-

gações, feitas com liberdade, que constroem a Ciência e a Filosofia.

§ 5 — O homem desempenha um papel como ser social, é **pessoa.** Quem não quer ser pessoa, mas um zero, não refuta o desejo humano de ser **algo.** Para os líderes, para os guias, nada melhor que os numerosos zeros, que lhes dão importância e os seguem de olhos fechados. Êste o personalismo nietzscheano, que consiste em **ser algo** e não em ter **algo,** que é característica do individualismo burguês.

Wilhelm Stern distingue desta forma pessoa de coisa: "Uma pessoa é uma existência tal, que apesar da multiplicidade de partes, forma uma unidade peculiar e com valor próprio, e como tal, apesar da multiplicidade de funções parciais realiza uma espontaneidade unitária e que tende a um fim. A coisa é o contraditório oposto". E acrescenta: "A pessoa é um todo; a coisa, um agregado. A pessoa é activa e espontânea; a coisa é passiva e receptiva. A actividade da pessoa é finalista; a da coisa, mecânica. Nas pessoas, a acção do todo sôbre as partes é uma causalidade interior; nas coisas, só há causalidade exterior, quer dizer, relação de um elemento com outro. A pessoa tem "dignidade", e a coisa "preço".

§ 6 — O socialismo, em sua tendência libertária, que deseja libertar o homem da "estandardização", para devolvê-lo a si mesmo, é personalista no sentido libertário; **ser algo** ante a forma inferior do **ter algo** do individualismo burguês.

Pecquer julgava, ante o desenvolvimento da indústria, nos albores da paleotécnica, que o homem, pela grande concentração humana, se compreenderia melhor e se amaria mais. O exemplo que nos dão as grandes cidades, com seu espírito exclusivista, sua pouca humanidade, provam o contrário.

O homem afastou-se mais do homem quanto mais fìsicamente seus corpos se aproximaram. As grandes concentrações humanas geraram monstros de egoísmo e de ressentimento, de egoísmo no mais vil sentido. Ao mesmo tempo, essa civilização em que vivemos é uma destruidora da personalidade. O homem é número e não pessoa,

quer na contagem dos capitalistas como na dos falsos revolucionários, que prometem a substituição apenas de cadeias e de senhores.

§ 7 — Libertarmo-nos da estructura é a tarefa que nos está legada. Se a liberdade é o conhecimento da necessidade, é também um estímulo para nos libertarmos da necessidade. Podemos, assim, examinar melhor, porque pensamos assim ou doutro modo, permitindo-nos, portanto, que acrescentemos o conhecimento de nós mesmos. Nesse ponto estará, talvez, todo o desejo nietzscheano de superação do homem. Libertar os nossos pensamentos e as nossas idéias das cadeias estructurais, será o grande gesto libertário do espírito e a superação do homem.

Liberdade não é aqui um conceito qualquer. Cada um sabe o que significa para si liberdade. Liberdade é livrar-se das cadeias, das fôrças irracionais interiores, vencer tôdas as cadeias exteriores, conquistar a personalidade pelo aperfeiçoamento de nossa capacidade técnica. Tudo isso é liberdade, e é absolutamente prática.

§ 8 — Investigar o mundo metafísico, estudá-lo, interpretá-lo, explicar o porquê de sua construcção, é o nosso desejo. Incluí-lo em nosso mundo, e não separá-lo, e compreender até o porquê dessa separação, é uma tarefa que nós traçamos. Há os que desejam viver em dois universos e os que desejam viver num só. Nós nos colocamos entre êstes últimos.

Nenhum abismo nos separa do universo metafísico, e verificá-lo e explicá-lo é, para nós, mais que um desejo, um dever. O universo metafísico não é fictício; fictício é a maneira de interpretá-lo como totalmente separado do universo real.

§ 9 — As concepções **puras** não agem dinâmicamente sôbre a sociedade e a História.

Não é sòmente a Ciência (ou a pseudo-ciência), que nos oferece os elementos indispensáveis para a análise dos fenômenos sociais. Há outros elementos que ainda estão **fora** da Ciência e não menos adequados e eficientes que aquêles.

§ 10 — O homem precisa construir a humanidade e não a humanidade o homem. O homem explicitará a humanidade para que o homem seja explicitado pela humanidade.

§ 11 — Foi uma grande ingenuidade do século dezenove julgar que poderíamos descrever os fenômenos sociais com os têrmos da Física ou da Química ou da Biologia, e que, ao usá-los, estávamos fazendo obra genuinamente científica. Não é a terminologia que dá o carácter científico aos fenômenos sociais. Êste foi e ainda continua sendo o grande equívoco de muitos.

Um dos preconceitos mais século-dezenove foi o de julgar a Ciência não como um meio eficaz para o conhecimento do mundo, mas como o mais eficaz, senão o único valioso. Em todo o fim do século dezenove, e grande parte do nosso, ser "científico" era o melhor rótulo para qualquer coisa. Viam-se propagandas das mais variadas: método científico para emagrecer, aparelho científico para isto ou para aquilo, medicamentos científicos de tôda espécie. A palavra "científico" tinha o poder maravilhoso de afastar tôdas as dúvidas e de valorizar tôdas as charlatanices.

Hoje o cientista, que conhece o campo determinado da Ciência, olharia com um sorriso o entusiasmo juvenil dos homens do século dezenove (entusiasmo êsse bem patente na obra de Marx e dos marxistas, que descobriram o socialismo "científico", querendo, assim, dar a entender que as conclusões, por êles tiradas, são as **únicas** que têm validez universal).

O mundo torna-se outra vez mais misterioso, e os avanços da Ciência não foram feitos à custa da Filosofia, pois o campo desta cresceu outra vez, de maneira espantosa, porque as interrogações cresceram, e são mais numerosas ainda.

§ 12 — Quando falamos na **autonomia** das organizações de producção e consumo, compreendemos o contrário de **heteronomia,** isto é, que a ordem da associação não está outorgada (imposta) por quem quer que seja fora da mesma e exterior a ela (pensamento de Max Weber), mas por seus próprios membros e em virtude da qualidade de tais (qualquer que seja a forma em que isto tenha lugar).

"Outorgada é tôda ordenação que não deriva de um pacto social e livre de todos os membros".

Poder significa a probabilidade de impor a própria vontade, dentro de uma relação social, ainda contra tôda resistência, e qualquer que seja o fundamento desta probabilidade.

O conceito de disciplina encerra o de obediência habitual por parte das massas sem resistência nem crítica.

Por **Estado** deve entender-se um **instituto político** de actividade continuada, quando e na medida em que seu quadro administrativo mantenha com êxito a pretensão ao **monopólio legítimo** da coacção física para a manutenção da ordem vigente.

Diz-se de uma acção que está politicamente orientada quando e na medida em que tende a influir na direcção de uma associação política; em especial à apropriação ou expropriação, à nova distribuição ou atribuição dos poderes governamentais (Max Weber).

Êsse monopólio de poder, que caracteriza o Estado, politicamente organizado, ou serve aos interêsses de classes, ou constrói, em si mesmo, uma casta de beneficiários. O Estado torna-se de **meio** em **fim.**

Há sempre uma forma viciosa quando os meios se transformam em fins. A hipertrofiação do Estado, que se processa em nossa época, trará, como está trazendo, o que sempre trouxe em tôda a história humana: males incomensuráveis. Seu gigantismo incontrolável terminará por sufocar a população, por encarecer a producção, e por criar, em todos, um único desejo: não o de ser um productor mas um beneficiário da producção, em suma, o **burocrata perfeito.**

§ 13 — A base do princípio libertário está no valor do indivíduo, independentemente das relações objectivas, isto é, no indivíduo pôsto como criação imediata e autônoma do poder productivo, ente sem intermediário na consciência de seu ser e de sua causa. O indivíduo-ente

é fim absoluto e inviolável, origem e referência de outro mais complexo valor social.

O invidíduo individuado do anarquismo não é, portanto, o indivíduo abstracto como gostam de forjá-lo, por convenção, os marxistas e outros, que substituem a individualidade concreta por um ente sistemático, que é producto mediato. O indivíduo, identificado pelo princípio libertário, desenvolve-se através das relações sociais. Mas do facto do desenvolvimento individual efectuar-se exclusivamente através das relações sociais, não se pode deduzir que o valor ultrapassa a realidade do indivíduo ao sistema das condições efectivas do seu desenvolvimento, mas sòmente que a sociedade é a condição geral de desenvolvimento do indivíduo.

O indivíduo passa, portanto, da consciência da própria identidade à conquista das condições que lhe permitem a própria autônoma manifestação.

A reflexão idêntica e a vontade de conquista nascem nas massas de indivíduos sempre mais grandiosas, e conseqüentemente, a sociedade sempre apresenta êste resultado em seu incessante transformar-se.

As relações econômicas, cujas bases primitivas são as necessidades materiais, são a parte conspícua da condição geral do desenvolvimento social.

Compreende-se como muitos teóricos, seduzidos pelo volume destas relações, tenham tentado uma dilatação geral da vida baseada ùnicamente nestes, pondo todos os outros em relação com êstes, e interpretando, portanto, a relação como dependência. O marxismo, que tenta puramente virar de cabeça para baixo a dialéctica hegeliana e as concepções hegelianas do Estado, concebe o indivíduo, não como homem, mas como expressão abstracta de um grupo de relações econômicas.

Entre o indivíduo de Marx e o indivíduo, como é concebido pelo anarquismo, não há relação, porque são entes distintos, sem têrmos de similitude. Um é um ente sistemático, personificação de uma relação estrictamente econômica, històricamente individualizado numa determi-

nada forma de desenvolvimento (sociedade capitalista), o outro é a expressão de uma realidade primordial, um ente permanente, ponto de referência de todo momento, sustentáculo de todo o desenvolvimento histórico.

A concepção anárquica do indivíduo é potentemente orgânica.

Para o idealista estatólatra, o indivíduo (real) é nulo, o Estado é a sociedade e é absoluto; para o liberal burguês, todos os indivíduos são abstractamente participantes da vida social e podem encontrar, nesta, as condições do próprio desenvolvimento. Para o anarquismo, o indivíduo é apenas ente concreto, que, encontrando nas relações sociais as condições do seu desenvolvimento, deve incluir neste as transformações das relações sociais. A necessidade de dominar a economia e a política e a ordenação científica da producção não são, portanto, desejos dependentes da boa vontade de qualquer sonhados, mas resultados que decorrem da necessidade, sob a pressão constante da vontade primordial de desenvolvimento de todos os indivíduos. O desenvolvimento social do indivíduo é o processo real, no qual adquire senso e valor efectivo a sua libertação. Êstes são os postulados dos anarquistas.

E prosseguem êles por afirmar que, na realidade, o que foi desmentido pelos factos, não foi o materialismo histórico e a teoria da luta de classes, mas o unilateralismo e o exclusivismo destas idéias. A sua aplicação forçada a todos os fenômenos históricos e sociais é que constitui uma violentação dos factos.

No fundo, tôdas as instituições, todos os projectos, tôdas as utopias seriam igualmente boas para resolver o problema, isto é, para contentar a todos, se os homens tivessem o mesmo desejo e a mesma opinião, e se encontrassem nas mesmas condições. Mas esta unanimidade de pensamento e esta identidade de condições são impossíveis, e francamente hoje menos que nunca, pensam os libertários. Por isso, na conduta actual e nos projectos de futuro, os anarquistas têm, como um dever, que não vivem, e não viverão nem sequer amanhã num mundo po-

voado ùnicamente de anarquistas. Ao contrário, sabem que serão por muito tempo uma minoria relativamente pequena. Isolar-se não o querem por que sabem ser impossível, e se fôsse possível seria em detrimento da missão que assumiriam, pois buscariam apenas o bem estar pessoal. É necessário, portanto, encontrar o modo de viver entre os não-anarquistas, no modo mais anárquico possível, e para que, pela acção, propugnem, com exemplos, as suas idéias, como o propunha Malatesta.

Não querem os anarquistas fazer a revolução, pelo simples facto de acreditarem na necessidade de uma transformação radical. Admitem muitos que não pode ser pacífica devido à resistência dos poderes constituídos, tanto na ordem política como na econômica vigente. Querem a revolução para criar um novo ambiente social, que torne possível o elevamento moral e material das massas, o que é impossível de realizar pela educação, impotente para produzir, nas circunstâncias actuais, a modificação desejada. Não querem, também, fazer uma revolução exclusivamente dêles, já que reconhecem que são uma pequena minoria, que não tem a seu lado o consenso da massa e não querem, mesmo que o pudessem, impor pela fôrça a sua vontade, pois actuariam contra os fins a que se propõem, e cairiam no círculo vicioso que leva as revoluções sociais ao malôgro. Malatesta dizia: "devemos nos contentar em fazer de uma revolução a mais "nossa" possível, favorecendo e participando, moral e materialmente, em todo o movimento directo, no sentido da justiça e da liberdade, e, triunfada a revolução, cuidarmos de que ela não pare, e proceda sempre para a conquista da maior liberdade e maior justiça. E isto não significa acomodar-se aos outros partidos, mas avançar e pôr a massa em presença dos vários métodos, a fim de que possa julgar e escolher. Poderemos ser abandonados, traídos, como tem acontecido muitas vêzes; mas é necessário correr o risco, se não queremos permanecer pràticamente inactivos, e levar a fôrça das nossas idéias e da nossa acção ao curso da História".

E prosseguia:

"Quanto a nós, não devemos destruir senão aquilo que possamos substituir por algo melhor e, portanto, trabalhar em todos os ramos para melhorar, negando-nos a aceitar e a exercer qualquer função coercitiva".

Foi por procederem assim que os anarquistas foram vencidos na Rússia pelos bolchevistas. Êstes riem-se daqueles. Mas os anarquistas retrucam: "Vocês não riem de nós como pensam, mas da revolução traída, das esperanças do proletariado que foram frustradas pela traição".

Negam a ditadura proletária, pois há uma diferença entre a violência que oprime e a violência que se rebela ante a opressão. Condenam a violência que oprime, e conseqüentemente também, a "ditadura proletária", que é uma locução equívoca, porque, sob qualquer ditadura, o proletariado será oprimido e explorado, embora os ditadores sejam intelectuais comunistas ou indivíduos saídos da classe proletária. Condenam também a violência dos governos capitalistas.

Não estão de acôrdo com os reformistas, pois, em sua maioria, acreditam os anarquistas, que é inevitável e necessária a violência revolucionária da libertação; e, neste ponto, os comunistas estão de acôrdo com êles. Mas não estão de acôrdo com os comunistas (e estão mais vizinhos, espiritualmente, por amor da liberdade, aos reformistas) em não quererem, como aquêles, o govêrno ditatorial da revolução, o qual matará a própria revolução e substituirá apenas uma antiga tirania por outra nova, como sucedeu na Rússia, o que já era aceito unânimemente pelos anarquistas, muito antes do golpe de Estado bolchevista.

"Numa *outra futura revolução*, seremos sempre uma minoria pequena, prossegue Malatesta, e não deveremos ainda desinteressar-nos no movimento, isto é, renunciar as próprias razões da nossa existência, que é aquela de combater sempre pela diminuição (já que não se pode conseguir a abolição completa) da autoridade e do privilégio — ao menos para nós, que acreditamos que a propaganda, a educação não possam, num dado ambiente social, que reúne um número limitado de indivíduos, mudar as condições ambientais antes de que seja possível a elevação moral de um novo indivíduo."

E conclui: "É necessário combater tôda centralização e deixar inteira liberdade às localidades singulares, e im-

pedir que outros se sirvam da massa mais atrasada, que é sempre a grande maioria numérica, para sufocar o impulso das regiões, das comunas e dos grupos mais desenvolvidos, e devemos, em todos os casos, pretender, para nós mesmos, a mais completa autonomia e os meios de poder organizar a nossa vida a nosso modo, e buscar convencer a massa com a fôrça do exemplo e a evidência dos resultados obtidos."

Não estabelecem os anarquistas planos prévios.

"É notório que nós, quanto ao modo de gerir, técnica e materialmente, a producção e a troca dos productos, não temos nenhuma idéia preestabelecida e absoluta. Nós nos submetemos à prática, à experiência e, sobretudo, à livre vontade dos productores e dos consumidores," diz Molaschi.

E Fabbri corrobora:

"O importante é que, qualquer que seja o tipo de producção adotado, o seja pela livre vontade dos próprios productores, e não seja possível a sua imposição, nem qualquer forma de aproveitamento do trabalho alheio. Baseado nestas premissas fundamentais, a producção torna-se secundária, nem os anarquistas excluem **a priori** nenhuma solução prática; e admitem que possa haver várias soluções diversas e contemporâneas, após o experimento das quais os lavradores possam encontrar, com conhecimento de causa, um caminho para produzir sempre mais e melhor."

"Esta idéia fundamental do anarquismo não exclui para nós a necessidade de estudar os problemas da producção e da troca para ter uma idéia precisa de como poder conduzir os primeiros experimentos.

Seria absurdo que, depois de ter conquistado a liberdade para todos, nós nos retirássemos para a arca santa de inércia, dizendo aos homens: "Fazei o que quiserdes: o único conselho que vos damos é o de não deixar-vos dominar pelos outros. Nenhum patrão e nenhum servo; nenhum ditador e nenhum súdito." Uma acção assim limitada não corresponderia às exigências dos ideais libertários." Êste é o pensamento de Molaschi.

"Portanto, as nossas idéias sôbre a organização da agricultura em bases libertárias, não têm valor de dogma, nem são idéias absolutas, são simplesmente idéias discutíveis e experimentáveis."

Molaschi observa o optimismo de Kropotkine que se torna paradoxal, quando imagina uma sociedade de lavradores, organizada anàrquicamente, e que conhece uma abastança exagerada. Molaschi considera êsse quadro de Kropotkine poesia, bela poesia, mas apenas poesia. O trabalho do homem, para ser veraz, conhecerá a fadiga, o suor humano adubará a terra. Mas o emprêgo das máquinas poderá substituir a fadiga do homem, ou melhor, poderá atenuá-la e, talvez, nunca aboli-la.

Quem quer associar-se que se associe, quem quer permanecer só, que permaneça só.

O anarquismo de batalha, organizador da luta por meios de liberdade, como o de Bakunin, já não é mais actual, embora conserve todo o seu valor para os anarquistas.

O anarquismo de Réclus e Kropotkine podem sempre satisfazer o espírito e permanecer como um índice para o futuro, indicando a estrada que muitos socialistas podem seguir e a meta ainda imperceptível a alcançar; contudo é insuficiente.

Um "anarquismo realizador e realizável", que seja a conclusão dos dois primeiros, é possível, e existe fragmentàriamente, embora não se apresente elaborado num todo orgânico, porque o espírito sectário domina a consciência de grande parte dos "anarquistas históricos", que não querem sair do século XIX, e nada querem saber das grandes experiências dêste século, que oferecem campo a novas conclusões.

"Nós daremos apoio a qualquer govêrno que se constitua no seio da revolução, mas há apoio e apoio: e poderão existir circunstâncias que impõem, embora indirectamente, defendê-lo, como sucedeu na Rússia aos anarquistas da Ucrânia, contra Denikini, Wrangel e Petliura. Portanto, se a maioria dos cidadãos quer um govêrno e o cria, nós podemos combatê-lo com a crítica e no terreno das idéias, rebelar-nos por nossa parte às suas eventuais

imposições: reivindicar o nosso direito de organização autônoma e de experimentação nos limites da nossa capacidade numérica e técnica, mas não podemos impor, pela fôrça, aos outros, que se organizem libertàriamente." Proclamam os anarquistas de idéias claras.

E referindo-se a um eventual govêrno democrático obreiro, assim se refere Fabbri em "Pensiero e Volontá": "Não poderemos aceitar êste tipo de organização e estaremos na oposição, para patrocinar por uma organização sempre mais livre. Não podemos excluir, porém, que algumas formas são mais autoritárias, e outras menos. E poderão ser regimes não anárquicos, mas acentuadamente revolucionários, socialistas, de base federalista e autonomista, que permitam o mais livre desenvolvimento pelo menos no terreno técnico, e, neste caso, os anarquistas não poderão negar a própria cooperação. A oposição da minoria a um regime estatal da maioria poderá ser impedida ante a necessidade superior da defesa revolucionária. Poderíamos nós, por exemplo, assumir a responsabilidade de provocar uma luta no interior de um território em revolução, quando êste fôsse assaltado, perigosamente, por fôrças armadas revolucionárias, vindas do exterior?

A resposta anarquista foi sempre não".

Os anarquistas não são exageradamente optimistas quanto às massas humanas.

"Esta fôrça cega, generosa ou egoísta, que forja ela própria as cadeias destinadas a mantê-la escrava, com o mesmo sentimento de impulsividade com que, em todo tempo, retempera as armas, que deverão servi-la para reconquistar a própria liberdade, é matéria plasmável nas mãos dos mais inteligentes, daqueles que mais profundamente possam conhecê-la e compreendê-la, e compreendendo-a, satisfazê-la, não para servi-la ou para tornar-se escravo dela, mas para tirar vantagem, dando-lhe vantagens..." (Volontá).

Querem os anarquistas convencer as massas a realizarem seus ideais pelo exemplo e pela palavra. "Mas se, apesar de nossos sacrifícios, apesar de todos os escravos com que combatemos em nossa luta — como sempre sustentamos em tôdas as ocasiões — viéssemos a reconhecer que, para atingir a nossa meta, seríamos constrangidos a recorrer a uma imposição violenta (ditadura, Estado, exército organizado), deveremos reconhecer que, nesse momento, cessaríamos de ser anarquistas para confundirmo-nos com a autocracia, seja com qual côr se apresente (Pensiero e Volontá).

Considerar o ambiente econômico como substracto da vida psíquica (como procede o materialismo histórico), é um método fecundo na busca histórica, e é a única justificação social da luta de classes. Mas, da filosofia da história, o marxismo passou à política, sob a luz de um fatalismo economicista, que não podia senão suscitar desconfiança e a hostilidade daqueles que aceitam, com Bakunin, que "tôda a história intelectual e moral, política e social da humanidade é um reflexo da história econômica", mas num sentido relativo.

Acusam os anarquistas a aridez do marxismo, estranho a êles, que têm uma concepção heróica da vida, a preocupação ética, a religiosidade em suma, o que, na escola marxista, ou não penetra ou permanece algo estranho, extemporâneo. O marxismo é materialismo e naturalismo. E a filosofia a qual tende a atingir está longe do mundo que os mais cultos anarquistas querem criar, sob o influxo de uma mais ampla e viva modernidade. Falta, ainda, no marxismo, e sobretudo em Marx, aquêle impulso épico, aquela riqueza e intimidade de paixão, que encontramos em Proudhon e Mazzini. O marxismo hoje não conquista entre os anarquistas nem adesões intelectuais nem espirituais.

Intelectuais, porque o marxismo é actualmente revisionismo reformista ou comunismo autoritário. Espirituais porque, se o revisionismo marxista, embora como aquêle de Antonio Labriola e de Rodolfo Mondolfo, alarga e anima o pensamento de Marx, não consegue diferenciar o marxismo daquele materialismo histórico político, que não satisfaz aos anarquistas, por ser unilateral, árido, exterior. O que caracteriza o sistema econômico e político de Marx está em grande parte ultrapassado para os anarquistas, e o que constitui o espírito do método marxista não é original, nem aceitável. O materialismo histórico, nos limites em que o constrange o revisionismo, é anterior a Marx e pertencia à Filosofia, e ligava-se com a filosofia dominante no período em que Marx pensava.

Que Marx tenha sido sistematizador, até o potencializador do materialismo histórico, não é uma boa razão para passar ao nome de marxismo o que pertence à moderna Filosofia da história que, compreendendo-o e corrigindo-o, supera-o, exclamam os anarquistas.

Tudo isso, que escrevemos, nos mostra, de modo claro, que os anarquistas são, sem dúvida, o remanescente aristocrático no período cesariocrata. As suas palavras e as suas atitudes estão cheias de valor e de honra, e sempre dignificaram a sua vida com uma exemplaridade nobre, sem paralelo na História.

Compreendê-los assim é fazer-lhes justiça. Seja como fôr, derrotados ou não, no campo das idéias sociais, os anarquistas foram e são o testemunho da nobreza do homem, que nem o mercantilismo nem os estatólatras nem as indignas submissões conseguiram destruir.

SÍNTESE DA CRÍTICA LIBERTÁRIA

Resumindo, tanto quanto possível, a crítica libertária ao marxismo, podemos salientar os seguintes pontos:

O socialismo tem uma meta naturalmente ideal: uma sociedade sem classes. Nesta, preponderará o princípio libertário, exposto muito antes dos comunistas: "de cada um segundo sua capacidade e a cada um segundo sua necessidade."

Para alcançar êsse desiderato, têm os socialistas que lutar contra tôdas as fôrças de oposição, que criam embaraços e desviam as massas humanas do ideal, que é uma sociedade sem poder organizado, em que cada indivíduo, èticamente, cumpre seus deveres e goza de seus direitos, sem prejudicar a quem quer que seja.

Êsse ideal é, para os anarquistas, apenas um ideal, e portanto, **talvez** nunca totalmente alcançável. Mas os caminhos, que poderão levar o homem a uma aproximação constante dessa perfeição, não podem ser os preconizados pelos socialistas democráticos e muito menos pelos autoritários.

O socialismo não pode ser estructurado num sistema dogmático, fatalmente fechado, embora proclamem que não, pois seria estabelecer uma concepção **a priori.** O socialismo é um ideal a ser realizado. E só poderá estructurar-se num sistema filosófico **a posteriori,** isto é, após a experiência. Por esta razão, consideram a obra de Marx falha pelos seguintes motivos:

a) por se fundar em factos ainda não bem comprovados na História;

b) por aceitar uma posição filosófica, sob precárias bases científicas;

c) por ter uma visão da economia, fundada apenas num período da história ocidental, sem considerar outros aspectos;

d) por ter partido de uma dialéctica falsa, que afirma a geração do heterogêneo pelo heterogêneo, e por concluir que a opressão pudesse gestar a liberdade, como se a geração não se processasse do semelhante para o semelhante (o tigre não gesta pombas, nem o touro andorinhas);

e) por não ter considerado que o desejo humano de felicidade terrena, e de paz e amor entre os homens, e o de liberdade, é mais profundo que o mero ressentimento das massas.

Conseqüentemente: o marxismo tem bases precárias: quer filosóficas, quer econômicas, quer psicológicas, quer históricas, quer sociais, etc.

Se como doutrina exerce alguma sugestão sôbre as massas, alegam, não é pròpriamente por ser marxismo, mas por empregar têrmos e expressões socialistas, cuja validez é aceita pelas massas oprimidas. Os êxitos do marxismo se devem apenas ao lastro de socialismo que lhe resta.

Por outro lado, a sua prática é uma refutação da teoria. Podem os marxistas dissidentes alegarem que a Rússia não é o verdadeiro exemplo do marxismo, mas os libertários acrescentam: de qualquer forma, a Rússia é um fruto da árvore marxista. E os frutos são a verdade da árvore. Uma pereira, que não dá peras, está automàticamente refutada. Se os marxistas, no seu primeiro exemplo, falharam tão desastradamente, devem ser postos de vez de lado, pois nada mais deu além do que já era esperado pelos libertários, cuja crítica (e basta compulsar a obra libertária durante o século passado e neste) afirmou sempre que a revolução russa degeneraria numa nova brutalidade na História.

Por outro lado, a alegação de que o marxismo é vitorioso numa grande parte do mundo, não prova a validez de sua tese. A História conheceu vitórias como essas, e grandes derrotas finais, com prejuízos dos elementos sãos. O marxismo ainda não venceu, e certamente não vencerá os seus adversários na última batalha.

Acusam os libertários o marxismo de ter prolongado a vida do capitalismo, já cambaleante no século passado, criando divisões entre os trabalhadores e reduzindo o socialismo a um verdadeiro saco de gatos. O próprio marxismo não consegue manter-se senão à custa de depurações e brutalidades. O govêrno soviético, por exemplo, não pode dar liberdade ao povo, a menor liberdade do mais reaccionário país capitalista, pois o govêrno não resistiria um mês sequer. Se não é verdade, dizem os libertários, dêem liberdade ao povo russo, e soltem os dez ou vinte milhões de escravos dos campos de concentração, e adeus os santos Marx, Lenine, Stálin, Malenkov, Kruchev e os próximos deuses...

A teoria marxista do Estado foi desmentida totalmente na prática. O deperecimento previsto foi substituído pela maior opressão que a História conhece.

Ademais, a abolição de classes não se deu. Ao contrário, surgiram novas: os burocratas do Estado, os burocratas do partido, os tecnocratas, os militares e policiais, etc. Quanto aos trabalhadores continuaram o que eram, sujeitos ao salariato, e pagando a mais alta **plus-valia** que se conhece, pois os parasitas do Estado absorvem a maior percentagem da producção.

Não aleguem os marxistas, acrescentam os libertários, que a Rússia ficou desamparada. Durante os dias da intervenção, quando ainda o Estado soviético era fraco, atacado por mais de uma dezena de nações, o povo russo e o proletariado mundial souberam defendê-lo. O proletariado mundial não abandonou os proletários russos; foram os dirigentes russos que os abandonaram, traindo a causa socialista e estabelecendo o Estado mais nacionalista dos nossos tempos. Basta que se considere o endeusamento dos heróis da antiga nobreza, em detrimento dos heróis populares, e a constante exaltação da "intelligentzia" eslava, como a criadora de tudo. "Se isso não é nacionalismo extremado, então eu sou andorinha" disse um crítico do marxismo.

O proletariado russo não administra a nação, mas sim uma casta de dirigentes, que não toma parte na producção, mas dela é usufrutuária. Quando aprenderá o trabalhador russo a administrar? Em mais de quarenta anos de experiência socialista ainda um grupo maneja e dispõe do destino de todo um povo.

"Se isso é socialismo, continuo sendo andorinha", repete o crítico.

"Nós somos os utópicos, mas previmos o que sucederia; êles (os marxistas) são os científicos, mas disseram uma coisa e fizeram outra", exclama um crítico libertário. Juntem-se a êstes argumentos, os que foram expostos no capítulo anterior, quando da análise da teoria marxista do Estado, e teremos uma síntese da crítica libertária à obra marxista, suficiente para que o leitor tenha presente os têrmos desta polêmica, que ainda não terminou e que antecede ao último acto de uma história que ainda está para ser escrita.

Se nós observarmos a história do partido comunista, desde os pródromos da Revolução de Outubro até Kruchev, observaremos, espantadamente, que êsse partido teve à sua frente, 90% (noventa por cento) de traidores, escapando-se apenas dessa pecha: Lenine e Kalenin. Quanto a Kalenin, faleceu uma semana após haver feito um discurso, após a guerra, em que pregou a diminuição do despotismo do Estado, e em que chegou a exclamar, num improviso: "Agora, que vencemos o nazismo, basta de ditadura, e marchemos para o socialismo!". Êsse discurso, ouvido no mundo inteiro, foi o último de Kalenin. Uma semana após, era o seu corpo levado pelos líderes compungidos do Partido, entre êles, Stálin, Molotov, Malenkov e outros.

Resta, portanto, perguntar, — diz um libertário — já que ainda somos sêres inteligentes: ou é verdade o que o partido tem dito ou não é verdade.

Se é verdade que Trotsky, Rikoff, Bukarin, Zinoviev, Kamenev, Molotov, Malenkov, etc., foram traidores, neste caso o Partido Comunista é um partido que teve 90% de traidores, ou seja um partido em que sua maioria absoluta é de traidores, portanto um partido de traidores; ou não é verdade, e neste caso o partido mentiu, acusando de traição os que não o eram. Então é um partido de canalhas, pois é um partido onde os canalhas vencem, dominam, substituídos por outros, que os acusam de traidores, que, como canalhas, são substituídos por outros, que os matam e acusam como traidores. Neste caso, é um partido de canalhas.

Não há saída para os marxistas, que seguem a linha justa. E não se alegue que, no futuro, será diferente, porque o cálculo das probabilidades não o permite.

Um socialista libertário, voltando-se para o povo, perguntou:

— "Com que direito, companheiros, um partido, que é composto em sua maioria ou de canalhas ou de traidores, ou de ambos, quer pedir às massas confiança em seus dirigentes?

Enquanto as massas seguirem tal partido, elas se afastam da pureza de si mesmas, do revolucionarismo puro das multidões anelantes de bem estar e de salvação, para cair nas garras ou de traidores ou de canalhas, ou dos dois juntos!

Não há que escolher aqui! Um homem inteligente só tem um caminho: escorraçá-los, repelir os dirigentes, que se apossaram do vocabulário e das teses socialistas, policiais do proletariado, que empregam promessas socialistas para darem em troca realidades marxistas! Êsses ambiciosos de mando, que se matam uns aos outros, depois de se acusarem mùtuamente de traidores, para justificar ante as massas os malogros econômicos, a miséria dos trabalhadores, pondo sôbre os vencidos, victoriosos de ontem, a culpa da traição, que os acompanhará amanhã, quando acusados pelos novos eventuais ocupantes do poder, como aconteceu com o vitoriado Béria, hoje culpado de todo o malôgro econômico do sovietismo bolchevista, devem ser repelidos pelo proletariado, do contrário êste sofrerá em suas carnes a derrota final que se avizinha a passos largos.

Por isso, os libertários não desanimam ante o refluxo de suas idéias. Êles sabem que da experiência bolchevista e do capitalismo de Estado, hão de surgir, purificadas pela experiência, as grandes teses, as genuínas teses do socialismo."

Foi essa, aliás, a última advertência de Stálin aos seus "fiéis" seguidores: "... do nosso malôgro, os que nos substituirão, serão os anarquistas, que muitos de vós, ingênuamente, julgam superados para sempre."

A REVOLUÇÃO CUBANA

Não iremos comentá-la, porque, inclusa no marxismo, a crítica feita a êste é a mesma que lhe caberia. Contudo, não nos podemos furtar a reproduzir o texto, o que abaixo fazemos, publicado em "Acción Libertária", n.º 172, de julho de 1961, em Buenos Aires, Argentina, que revela, em têrmos bem expressivos, como consideram essa revolução hoje os libertários, que lutaram ao lado de Fidel Castro, e que hoje se insurgem contra o rumo que tomaram os acontecimentos:

A DITADURA CASTRISTA É A CONTRA-REVOLUÇÃO

"O heróico impulso de um povo que acaba com a ditadura e expulsa o tirano e seus sicários, é a Revolução.

Tornar-se dono do poder em forma absoluta para dispor ditatorialmente sôbre o que deve fazer o povo recem-libertado, é a contra-revolução.

Limpar ao máximo o país das vergonhas do regime abatido, é a Revolução.

Implantar o terror para exterminar sem dó nem piedade aos inconformados com a nova ditadura, é a contra-revolução.

Dar participação directa ao povo nas novas criações e realizações de tôda espécie, é a Revolução.

Ditar por decreto como deve fazê-lo e limitar essas realizações sob o contrôle férreo do Estado, é a contra-revolução.

Tomar as terras para quem nelas trabalha e organizar-se em comunidades campesinas livres, é a Revolução.

Desvirtuar a Reforma Agrária, fazendo do **guajiro** um explorado ao serviço do Instituto de Reforma Agrária, é a contra-revolução.

Expropriar emprêsas capitalistas e entregá-las nas mãos dos trabalhadores e técnicos é a Revolução.

Convertê-las em monopólio do Estado onde os trabalhadores não têm mais direitos que a obediência, é a contra-revolução.

Suprimir fôrças clássicas como o exército e a polícia, é a Revolução.

Constituir milícias pela fôrça e manter um exército adido ao grupo governante, é a contra-revolução.

Combater a ingerência estrangeira na vida do povo e repudiar todo imperialismo, é a Revolução.

Entregar-se a potências estrangeiras sob pretexto de defender-se contra outras, é a contra-revolução.

Deixar que se manifestem e actuem tôdas as correntes revolucionárias autênticas, é a Revolução.

Reconhecer um único partido e exterminar e perseguir a todos aquêles que não aceitam a infiltração e dominação comunistas, é a contra-revolução.

Fazer da Universidade um magnífico centro de cultura, regido e orientado por professôres e estudantes, é a Revolução.

Convertê-la em instrumento da política do govêrno, expulsando e castigando aos insubmissos, é a contra-revolução.

Melhorar o nível de vida dos trabalhadores mediante um esfôrço productivo inspirado no bem estar geral, é a Revolução.

Impor planos elaborados nos órgãos do Estado e exigir tributos forçados aos que trabalham, é a contra-revolução.

Criar escolas e combater o analfabetismo é a Revolução.

Doutrinar as crianças na adoração aos ditadores e seus sequazes e militarizar a infância, é a contra-revolução.

Deixar que os sindicatos operários se organizem e sejam administrados em plena liberdade, como órgãos básicos da nova economia, é a Revolução.

Tolher pela fôrça a acção dos sindicatos e das suas federações, para dêles fazer um monolítico bastâi comunista, é a contra-revolução.

Dar ampla liberdade a tôdas as manifestações do intelecto, da arte, da literatura, das ciências, etc., é a Revolução.

Pôr-lhes e impor-lhes o sêlo da subordinação ao regime dominante, é a contra-revolução.

Semear o país de novos organismos populares de todos os tipos com fins constructivos, estimulando a livre iniciativa, é a Revolução.

Proibi-los, coarctar sua acção e acorrentá-los à doutrina e aos organismos do poder, é a contra-revolução.

Requerer a solidariedade de todos os povos, de todos os homens e mulheres dignos do mundo, para o povo que reconstrói sua vida, é a Revolução.

Identificar-se com o totalitarismo russo e com o "Estado Socialista" grato ao império soviético, é a contra-revolução.

Tudo o que se iniciou com o apoio do povo sob o signo da liberdade, aquilo que chegou a ser a esperança da América e do mundo, era a **Revolução Cubana.**

A ditadura sanguinária de Fidel Castro, qualquer que seja a máscara que se ponha e os fins que invoque, é a **verdadeira contra-revolução.**"